

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

THIAGO ALEXANDRE HAYAKAWA

**FACULDADES FRANCISCANAS:
ENTRECRUZANDO HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO ENSINO
SUPERIOR NA REGIÃO BRAGANTINA (1970-1980)**

Itatiba
2017

THIAGO ALEXANDRE HAYAKAWA – R.A. 002201501085

**FACULDADES FRANCISCANAS:
ENTRECRUZANDO HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO ENSINO
SUPERIOR NA REGIÃO BRAGANTINA (1970-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães

Itatiba
2017

271.3:37 Hayakawa, Thiago Alexandre.
H328f Faculdades Franciscanas : entrecruzando histórias e memórias do ensino superior na Região Bragantina (1970-1980) / Thiago Alexandre Hayakawa. – Itatiba, 2017.
125 p.

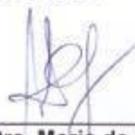
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

1. Franciscanos – Educação - História. 2. Faculdades Franciscanas. 3. Universidade São Francisco. 4. Ensino Superior. 5. Teologia da libertação. I. Guimarães, Maria de Fátima. II. Título.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO

Thiago Alexandre Hayakawa defendeu a dissertação "FACULDADES FRANCISCANAS: ENTRECruzando HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO BRAGANTINA (1970-1980)" aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 29 de junho de 2017 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Orientadora e Presidente



Profa. Dra. Luzia Bueno
Examinadora



Prof. Dr. Arnaldo Pinto Junior
Examinador



Profa. Dra. Cleonice Aparecida de Souza
Examinadora



Profa. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva
Examinadora

Aos sujeitos que constituem as histórias e memórias a serviço da Educação, em nossa Universidade São Francisco.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa delicada, pois corre-se o risco de, injustamente, esquecer alguém. Desta feita, esboço este agradecimento da seguinte forma.

O testamento de Santa Clara começa da seguinte forma: *In nomine Domini* – Em nome do Senhor! Com essa invocação começo agradecendo ao Senhor o dom da vida, do trabalho, desta pesquisa e, principalmente, os sujeitos que contribuíram e contribuem na constituição da minha história e memórias.

Em primeiro lugar, à minha mãe, Solange, que apesar da distância, sempre está próxima.

No esteio de minha mãe, agradeço às mulheres competentes, ternas e vigorosas que entrecruzam minha vida. Na árdua tarefa deste trabalho, a minha orientadora, professora Maria de Fátima, aos professores Arnaldo Pinto Junior, Cleonice Aparecida de Souza, Luzia B. de Oliveira Silva e Luzia Bueno, por aceitarem o convite para participar desta banca, e também às professoras Sandra Souza e Tamires Freire Silva, sempre atenciosas e colaborativas, assim como ao professor Adriel Gonçalves Oliveira.

Agradeço ao apoio e incentivo dos meus confrades da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, em especial àqueles que convivem comigo na Fraternidade Franciscana São Francisco de Assis, em Bragança Paulista, por toda compreensão.

Sou grato aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco pelas partilhas na construção do saber em tantos e variados encontros.

Agradeço aos trabalhadores da Universidade São Francisco, que tornam possível a Educação e a Educação em variadas possibilidades.

Obrigado a todos que tecem a vida nos encontros, desencontros e nas relações nossas de cada dia.

... Que é necessário sair da ilha para ver a ilha,
Que não nos vemos se não nos saímos de nós,
Se não saímos de nós próprios, queres tu dizer,
Não é a mesma coisa.

(José Saramago.
O conto da ilha desconhecida. São Paulo,
Cia. das Letras, 1998, p. 41)

RESUMO

Esta dissertação focaliza as Faculdades Franciscanas, as quais, então, compreendiam três *campi* distintos, localizados nas cidades de Bragança Paulista, Itatiba e São Paulo, inscrevendo-se no âmbito da história da educação superior no Brasil. O recorte temporal situa-se entre as décadas de 1970-80, levando-se em conta que em 1976 as faculdades e cursos superiores mantidos pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina passam para a administração da Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, entidade coligada aos franciscanos da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. E, em 1985, as Faculdades Franciscanas foram elevadas à condição de Universidade São Francisco. Os objetivos do trabalho foram: pesquisar a trajetória histórica das Faculdades Franciscanas, identificar a justificativa da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil para abrir uma nova frente de ação no ensino superior através das Faculdades Franciscanas e identificar a concepção de educação mobilizada nessa empreitada. No entrecruzamento das fontes documentais, observamos diferentes referências teóricas e uma práxis educacional que nos autorizaram a considerar que os franciscanos dialogavam com a teologia da libertação, o que confirmou a validade de nossos questionamentos iniciais. Nesta perspectiva, as contribuições teóricas de W. Benjamin, M. Bakhtin e E. P. Thompson foram fundamentais e possibilitam evidenciar as relações de poder que possivelmente matizaram tensões e disputas na trajetória das Faculdades Franciscanas.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. História do Ensino Superior. Franciscanos na Educação. Faculdades Franciscanas.

ABSTRACT

This research focuses on historical Franciscan Colleges, which encompass three different campuses, located in Braganca Paulista, Itatiba and Sao Paulo, making them part of the superior educational system in Brazil. The temporal cut is from 1970-80, considering that in 1976, the college and the superior courses maintained by the Bragantina Region Superior Education transferred the administration of the House of Our Lady of Peace- Franciscan Social Action, and entity connected to the Franciscans from the Franciscan Province from the Immaculate Conception of Brazil. And in 1985, the Franciscan Colleges became San Francisco University. The goals of this master thesis were: research the historical trajectory of the Franciscan Universities, identify the reason behind the opening of a new coalition of action of superior education by the Franciscan Province House of Our Lady of Peace, and identify the conception of mobilization of education through the Franciscan Universities. In the crossover of the documents sources, we observed different theoretical references and an educational practice that allowed us to consider that the Franciscans discussed with the theology of liberation, what confirmed the validity of our initial questions. In this perspective, the contributions of W. Benjamin, M. Bakhtin and E. P. Thompson were fundamental and allowed these relationships of power to create tension, disputes and changes in the trajectory of the Franciscan Colleges.

Key words: Theology of liberation. History of Higher Education. Franciscans in Education. Franciscan Colleges.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Marcha da Família em São Paulo..... | 32 |
| Figura 2: Sede da UNE no Rio de Janeiro incendiada em 1964..... | 37 |
| Figura 3: Cardeal Arns e o rabino Henry Sobel no enterro do jornalista Vladimir Herzog.... | 45 |
| Figura 4: Evolução do número de Instituições, por Dependência Administrativa - Brasil | 50 |
| Figura 5: Localização geográfica do município de Bragança Paulista..... | 52 |
| Figura 6: Matéria do <i>Bragança Jornal</i> | 59 |
| Figura 7: Página de abertura das crônicas da Fraternidade São Francisco..... | 65 |
| Figura 8: Impresso da Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana..... | 67 |
| Figura 9: Documento firmado entre o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (cedente) e a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana (cessionária), p. 3...71 | |
| Figura 10: Documento firmado entre o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (cedente) e a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana (cessionária), p. 4...72 | |
| Figura 11: Moção: o Capítulo Provincial se manifesta a respeito de Bragança Paulista..... | 80 |
| Figura 12: Nosso Teto..... | 107 |

LISTA DE TABELA

| | |
|---|-------|
| Tabela I: Divisão por tema de <i>Franciscanos na Educação</i> (PFICB, 1985)..... | 91-92 |
|---|-------|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABMES | Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior |
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa |
| ABRUC | Associação Brasileira de Universidades Comunitárias |
| AI | Ato Institucional |
| ALN | Ação Libertadora Nacional |
| ANUP | Associação Nacional das Universidades Particulares |
| AP | Ação Popular |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CAMDE | Campanha da Mulher pela Democracia |
| CAS | Conselho de Administração Superior das Faculdades Franciscanas |
| CDAPH | Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa em História da Educação |
| CELAM | Conferência do Episcopado Latino-Americano |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CFE | Conselho Federal de Educação |
| CLAR | Confederação Caribenha e Latino-Americana dos Religiosos/as |
| COGEIME | Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação |
| CONFENEN | Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNSP-ASF | Casa Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CRB | Conferência dos Religiosos/as do Brasil |
| DOI-CODI | Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna |
| FESB | Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista |

| | |
|---------|--|
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IESRB | Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina |
| IFAN | Instituto Franciscano de Antropologia |
| ISA | Instituto Santo Antônio |
| IPM | Inquéritos Policial-Militares |
| ITA | Instituto Tecnológico da Aeronáutica |
| ITF | Instituto Teológico Franciscano |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MEC | Ministério de Educação e Cultura (atualmente Ministério de Educação) |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| OFM | Ordem dos Frades Menores |
| PAI | Projeto de Ação Integrada das Faculdades Franciscanas |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PPROMAM | Programa Pró Meio-Ambiente |
| PPROPAS | Programa Pró Promoção e Assistência à Saúde |
| PPROPEM | Programa Pró Pesquisa Meio |
| PPROSEP | Programa Pró Organização Sócio-Econômica e Política |
| PSD | Partido Social Democrata |
| SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| SEADE | Sistema Estadual de Análise de Dados |
| SEFRAS | Serviço Franciscano de Solidariedade |
| SNI | Serviço Nacional de Informações |
| UDN | União Democrática Nacional |

| | |
|-------|--|
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| USAID | United States Agency for International Development |
| USF | Universidade São Francisco |
| VPR | Vanguarda Popular Revolucionária |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | 10 |
| LISTA DE TABELA | 11 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 12 |
| MEMORIAL | 16 |
| INTRODUÇÃO | 21 |
| CAPÍTULO I – O CONTEXTO SOCIOCULTURAL | 29 |
| 1.1. O golpe militar e a educação: entretecendo tensões, disputas e conflitos | 33 |
| CAPÍTULO II – BRAGANÇA PAULISTA NA RELAÇÃO COM A TRAJETÓRIA DAS FACULDADES FRANCISCANAS | 52 |
| 2.1. O Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina e a criação das Faculdades Franciscanas | 56 |
| 2.2. As Faculdades Franciscanas na Região Bragantina | 64 |
| 2.3. O Ministro da Educação e Cultura Ney Braga e os franciscanos | 68 |
| CAPÍTULO III – POSSÍVEIS CONEXÕES ENTRE A TRAJETÓRIA DAS FACULDADES FRANCISCANAS E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO | 84 |
| 3.1. A teologia da libertação | 85 |
| 3.2. Os franciscanos na Educação | 90 |
| 3.3. O Projeto Sócio -Educativo para a Paz (1979) das Faculdades Franciscanas | 93 |
| 3.4. Desenvolvimento integral do homem | 103 |
| 3.5. Práxis educacional? | 106 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| REFERÊNCIAS | 116 |
| ANEXO I | 124 |

MEMORIAL

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Iniciar conversa é fácil, basta um simples “oi” e as palavras começam a ganhar som no embalo das ideias e pensamentos que povoam os sujeitos conversantes. Porém, sentar para grafar as palavras é uma tortura, ainda mais naquilo que os acadêmicos chamam de trabalho acadêmico. Por isso, fiquei feliz quando ganhei um livro de poesia, de Mario Quintana, e o primeiro verso que encontrei foi este:

Tristeza de escrever
Cada palavra é uma borboleta morta espetada na página:
Por isso a palavra escrita é sempre triste... (2015, p. 150)

Hoje esses versos fazem todo sentido e me recordo da minha infância, das primeiras aventuras pelo letramento na escola: como sofri com os ditados! Chorava quando sabia que na aula haveria a professora “ditando” e eu tentando decifrar aqueles signos que deveriam ganhar forma de grafia no meu caderno.

Gostava mesmo era de brincar na rua. Como é bom ficar na rua! Nas noites de calor, sentávamos na calçada com a “vó” (minha “vó preta”, como ela mesma se identifica) e ficávamos ouvindo as muitas e várias histórias. Os vizinhos, os amigos passavam, às vezes paravam, e assim as palavras bailavam nas conversas.

Sabia-se muito bem o que era experiência: as pessoas mais velhas passavam-na aos mais novos. De forma concisa, com a autoridade da idade, nos provérbios; em termos mais prolixos e com maior loquacidade, nos contos; por vezes através de histórias de países distantes, à lareira, para filhos e netos. (BENJAMIN, 2012, p. 85)

Depois, quando um pouco mais crescido, por volta dos 11 anos, minha mãe me colocou na catequese. Comecei, a contra gosto, a frequentar a igreja perto da nossa casa. Levado por meu primo, entrei para o grupo de “coroinhas”: colocar aquela batina e ajudar o frei na missa. Missa da qual entendia pouco, mas sabia fazer as coisas e os gestos na hora e do jeito certos.

Também levado por meu primo, começamos a ajudar o zelador da igreja. Ele tinha problemas no coração, não podia fazer força e esforços, então nós o ajudávamos. Assim, terminadas as aulas, almoçava em casa e ia para a igreja. Gastava minhas tardes no trabalho na igreja, afinal, cada tarefa era, na verdade, uma aventura a ser concluída.

E foi assim que conheci os “freis”, os franciscanos. Aqueles homens, padres diferentes, porque moravam juntos, partilhavam as refeições, os trabalhos, a mesma casa. Eram irmãos.

Igreja, missa, franciscanos, religiosidade faziam parte do meu dia a dia. De modo que quando estava terminando a oitava série, sem falar com ninguém, procurei o frei Aladim e disse que gostaria de entrar para o seminário. Ele me encaminhou para fazer estágio no seminário Santo Antônio, da cidade de Agudos. Que imponência era aquele lugar! Tudo muito grande: igreja, refeitório, corredor, dormitório, campos, piscina. Enfim, depois do estágio, devidamente aprovado, fui morar lá para fazer o ensino médio.

No seminário de Agudos, fui conhecendo vários freis. O provincial, frei Caetano, era um exemplo, ao lado da fama de tantos outros: Gregório, Onésimo, Jurandir, Ladi, Walter, Carlos, Augusto, Mário e muitos mais. Eram uma espécie de “ídolos”, porque descobri que atuavam em paróquias, seminários, missões, colégios, universidade. Sim, foi nessa época que ouvi falar sobre a famosa Universidade São Francisco (USF). Todos citavam o garbo e elegância do reitor, frei Constâncio, mas a primeira vez que o vi, foi espirrando e se “dobrando-agachando” de modo engraçado, porém elegante.

Veio o postulante (1999), em Guaratinguetá. Nessa etapa, acontecia o encontro da turma provinda do seminário de Agudos com a turma dos mais velhos (que já tinham o ensino médio), proveniente do seminário de Ituporanga. Foi nesse período que conheci dois colegas que entraram para o seminário por meio da Fraternidade de Bragança Paulista, isto é, pelo contato com os frades que atuavam na USF. Por intermédio deles, ouvi alguns relatos sobre a USF e sobre os três primeiros frades que iniciaram os trabalhos nas Faculdades Franciscanas: Constâncio, Fábio (ambos já falecidos) e Caetano.

No ano seguinte, 2000, partimos para o noviciado, em Rodeio, e a filosofia, em Campo Largo. Como fiquei encantado com aquele modo de estudar, pensar e escrever da filosofia! Entretanto, no último ano do curso de filosofia descobri que as palavras não conseguiam dar conta de explicar todas as coisas. Para quê, então, perder tempo estudando? Melhor seria estar na rua, nas comunidades, convivendo e aprendendo com a sabedoria popular.

Contra a vontade, fui enviado para estudar teologia, em Petrópolis. Aproveitei pouco as disciplinas, afinal, não queria mais estudar. Não sei como superei todas as exigências dos quatro anos de curso. Saí da teologia sem entregar o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Consegui

fazê-lo somente um ano depois, em 2009, quando estava trabalhando no Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS), na cidade de São Paulo. Ainda ouvi do meu orientador, padre Medoro, que tinha vocação para o estudo, que deveria fazer especialização, nas palavras dele: “Para o bem da Igreja e para o serviço ao povo de Deus”. Não dei muita atenção, porque estava feliz entre os trabalhadores e participantes do SEFRAS – os projetos sociais mantidos pelos franciscanos, com crianças e adolescentes, população em situação de rua, catadores de materiais recicláveis e soropositivos.

Anos depois, cá estou, a pedido da Província Franciscana, a serviço da USF. A famosa e distante USF de antes, agora era o espaço para a minha atuação evangelizadora-franciscana. O ano de 2014 foi difícil, de adaptação. O campo da educação apresenta-se como uma grande novidade. É preciso aprender a conversar no ambiente acadêmico. Aqui descubro uma conversa em especial: com a professora doutora Maria de Fátima. Apesar do “professora doutora”, sempre que a encontrei, chamou-me a atenção o jeito e a conversa fácil. Conversamos algumas vezes sobre a história da USF e dos frades que ali trabalharam. Dessas conversas as palavras ganham corpo num pré-projeto, e as palavras do padre Medoro, sobre a minha vocação para o estudo, se concretizam no ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, como mestrando da USF.

CONVERSA DA ACADEMIA

Inicia-se, assim, o percurso da atividade acadêmica, no encontro com outros sujeitos mobilizados por suas pesquisas e, principalmente, com teóricos que balizam as discussões. Na possibilidade do diálogo com tais interlocutores, o primeiro estranhamento: compreender o lugar do qual cada um fala, posto que, segundo Mikhail Bakhtin: “Todo ato de compreensão é uma resposta, na medida em que ele introduz o objeto da compreensão num novo contexto – o contexto potencial da resposta” (2009, nota 2, p. 95).

Nessa perspectiva dialógica bakhtiniana, nós, na condição de interlocutores-pesquisadores, somos como que continuamente deslocados pelo estranhamento de cada enunciado, no encontro dos “outros” dos quais fala Benjamin: “Os outros, porém, têm de se arranjar, de maneira diferente e com muito pouco. Estão do lado daqueles que desde sempre fizeram do radicalmente novo a sua causa, com lucidez e capacidade de renúncia” (2012, p. 90).

CONVERSA QUE QUESTIONA

Continuamente atravessado, mobilizado e deslocado, o contexto dialógico do percurso da atividade acadêmica significa a abertura ao questionamento. Isso significa que a própria exigência do modo de ser na pesquisa acadêmica implica *ob-audire* (radical latino do conceito de obediência), “escutar com atenção” os diversos interlocutores. *Ob-audire* incomoda, causa estranhamento. E dois enunciados de Walter Benjamin marcam os primeiros incômodos: “É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (1994b, p. 198). E ainda:

Pela primeira vez, o espaço em que vive o homem privado se contrapõe ao local de trabalho. Organiza-se no interior da moradia. O escritório é seu complemento. O homem privado, realista no escritório, que o *interieur* sustenta as suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais aguda quanto menos ele cogita estender os seus cálculos comerciais às suas reflexões sociais. Reprime ambas ao confirmar o seu pequeno mundo privado. Disso se originam as fantasmagorias do “interior”, da interioridade. (1989, p. 37)

Contudo, na tentativa de compreender as fantasmagorias e barbáries no contexto atual da educação e do ensino superior, basta deixar-se incomodar pela afirmação de Edward Thompson: “Havia outra instituição não industrial que podia ser usada para inculcar o ‘uso-econômico-do-tempo’: a escola” (1998, p. 292) ou “[a]s universidades do Ocidente estão hoje apinhadas de relojoeiros acadêmicos, ansiosos por patentear novas soluções” (THOMPSON, 1998, p. 303).

CONVERSAS E CONVERSAS

Cresci entre os franciscanos. Minha convivência e diálogos acontecem entre os franciscanos. Trabalho numa instituição educacional franciscana. Portanto, sempre enuncio, principalmente, a partir da cosmovisão franciscana. Vejo, olho e contemplo o mundo e a realidade por alguma coisa que interiorizei de Francisco de Assis.

Quando o padre Medoro, meu orientador de TCC da teologia, incentivou-me a fazer especialização, “para o bem da Igreja e para o serviço ao povo de Deus”, ele também elogiou minha capacidade de síntese. Até hoje não entendo direito o que significa isso, mas até onde compreendo, sintetizo a existência como franciscano. Por isso, no trabalho da pesquisa

acadêmica, a proposta é uma aproximação às “Faculdades Franciscanas: entrecruzando histórias e memórias da educação superior no Brasil (décadas de 1970-1980)”.

Outras e variadas conversas permearam o itinerário deste trabalho de pesquisa acadêmica. Em minha infância, adolescência, juventude e até hoje sou apaixonado pela conversa na rua, nos bares, restaurantes, bancos de praça, ao redor da mesa. Vou para a sala de aula, para o espaço da academia, com a disposição de conversar. Gosto de ouvir histórias e memórias.

Contudo, nos tempos da alfabetização, chorava para fazer o dito ditado. É um sofrimento espetar as palavras na elaboração dos trabalhos acadêmicos, mas é necessária a produção. Por isso, gosto da fotografia, de manipular a câmera e seus recursos para tentar registrar aquilo que os olhos veem. Em um clique, eternizar aquela imagem, aquela paisagem, aquele momento. Aqui a conversa vai longe, se estende.

Conversas e conversas – a conversa do poema “Leitura”, de Adélia Prado (2015, p. 22):

*Eu sempre sonho que uma coisa gera,
nunca nada está morto.
O que não parece vivo, aduba.
O que parece estático, espera.*

INTRODUÇÃO

O filho de José e de Maria nasceu como todos os filhos dos homens, sujo do sangue de sua mãe, viscoso das suas viscosidades e sofrendo em silêncio.

(SARAMAGO, 1999, p. 83)

Esta pesquisa inscreve-se na área da História da Educação do ensino superior no Brasil. Insere-se na linha Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF) e articula-se ao Grupo de Pesquisas Rastros: História, Memória e Educação¹. Tem como objeto a trajetória histórica das Faculdades Franciscanas.

O recorte temporal situa-se entre as décadas de 1970-1980, dado que 1976 é o ano em que a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil assume a gestão dos cursos superiores mantidos pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (IESRB) e 1985 é quando as Faculdades Franciscanas são elevadas à condição de Universidade. Naquele contexto, as Faculdades dispunham de três *campi*²: um localizado no município de São Paulo, no bairro de Santa Cecília, outro em Itatiba e o terceiro localizado em Bragança Paulista; assim como na atualidade, este último sediava a reitoria. Em decorrência de tal fato, focalizamos a trajetória histórica das Faculdades Franciscanas, privilegiadamente nesse município – sede da reitoria. Em alguns momentos, optamos por retroceder nossa baliza temporal, em outros por avançar, em uma tentativa de ampliar nosso diálogo com as fontes e nossa compreensão do objeto pesquisado.

Durante a pesquisa realizamos a revisão da bibliografia especializada, fizemos o levantamento e a análise de fontes diversas, tais como: documentos institucionais textuais (crônicas, atas, cartas, estatutos, regimentos, periódicos universitários, editais etc.), iconográficos e audiovisuais; periódicos impressos (franciscanos, estudantis e de circulação nacional e local) e legislação educacional voltada ao ensino superior do período delimitado (1970-1980). Essas fontes foram localizadas nos acervos do arquivo da sede da Província

¹ Cujos líderes são os professores: Maria de Fátima Guimarães (USF) e Elison Antonio Paim (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC).

² Em 2017, a USF possui *campus* nas cidades de Bragança Paulista, Itatiba e Campinas (em dois bairros distintos da cidade: Cambuí e Swift). O único curso (Direito) em atividade no *campus* de São Paulo foi fechado no ano de 2016.

Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (em São Paulo), arquivo do *Bragança Jornal Diário*, arquivo permanente da USF, na Biblioteca da Fraternidade São Francisco de Assis (residência dos franciscanos em Bragança Paulista), no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História (CDAPH), em Bragança Paulista – USF e no Sistema de Bibliotecas da USF. No diálogo com as fontes, respeitamos a grafia original dos documentos.

No rastro da trajetória histórica das Faculdades Franciscanas, na análise de diferentes fontes documentais, atentamos para o dialogismo, polissemia e polifonia. Sob tal perspectiva, foi possível flagrar intencionalidades e vozes de diferentes interlocutores (BAKHTIN, 1997) e, conseqüentemente, a percepção de que cada interlocutor enuncia de um lugar social diferente, de classes diferentes (MARX, 1979), que pressupõem experiências e repertórios culturais plurais.

Ou seja, a atenção às intencionalidades mobilizadas e flagradas nas diversas fontes documentais consultadas permitiu a compreensão de diferentes olhares lançados às Faculdades Franciscanas, bem como aos diversos modos de conceber a perspectiva do ensino superior presentes nas fontes, uma vez que cada documento ou testemunha era fruto de “enunciados antecedentes”, do “conjunto de relações sociais”, de acordo com as “próprias condições de produção”. Afinal, a escolha de cada palavra, a composição de cada enunciado e o diálogo são marcados pela intencionalidade dos interlocutores e o “signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 2009, p. 44). Tal arena pressupõe estreita relação com o contexto sociocultural, datado e historicamente localizável.

Fomos ao encontro também das contribuições teóricas de E. P. Thompson (1998), posto que este historiador inglês nos alerta para a compreensão de que as fontes são eivadas de paixões, tensões e conflitos atravessados por interesses e, quando colocadas em diálogo, podem trazer indícios de histórias e memórias plurais; desde que o pesquisador não seja ingênuo nem aposte na neutralidade dos documentos. Só assim romperá com uma visão linear e unívoca da temporalidade.

Em particular na análise dos periódicos, nos ancoramos em Walter Benjamin, quando o filósofo berlinense identifica no folhetim, em seu momento de emergência e consolidação na virada do século XIX para o XX, que: “O *réclame* está no começo de uma evolução cujo término é a bolsa de notícias jornalísticas pagas pelos interessados. Dificilmente a história da informação pode ser escrita separadamente da história da corrupção da imprensa” (BENJAMIN, 1989, p. 58).

Nesse viés, o diálogo com Benjamin deslocou-nos a partir das provocações pontuadas nas obras *Experiência e pobreza* (1994a) e *O narrador* (1994b), nas quais refletiu sobre a

tendência ao empobrecimento da experiência e seu compartilhamento, sobretudo através da tradição oral, com o avanço da modernidade (BENJAMIN, 1989).

Estranhamente, incomoda a afirmação de estarmos numa época como que privados da faculdade de intercambiar experiências. Época atravessada, que produz fantasmagorias: a industrialização, as galerias, os panoramas, as ruas largas, o folhetim. Marcas de uma dada concepção de tecnologia e ciência, tomadas como neutras e sinais de um progresso inquestionável em seus rumos e consequências. Época que transformou o tempo em dinheiro, segundo Edward Thompson (1998).

Dessa forma, o itinerário desta pesquisa acadêmica, na linha de “Educação, sociedade e processos formativos”, na perspectiva da História da Educação Brasileira, foi ao encontro dos referenciais teóricos de Bakhtin, Thompson e Benjamin, que desnaturalizam e dessacralizam a compreensão de uma história positivista, matizada pelo individualismo de heróis das classes hegemônicas e uma cronologia linear dos fatos. Tais referenciais teóricos garantiram-nos outro modo de colocarmo-nos na pesquisa histórica. Para tanto adotamos procedimentos permeados pela sensibilidade para com as fontes, com um olhar cuidadoso para o passado e o presente que se interpenetram, evidenciando tensões, disputas e conflitos em temporalidades plurais.

Na condição de religiosos franciscanos, fomos atravessados e mobilizados por experiências que vivemos na USF. Estas, por vezes, acabaram por se imbricar com muitas das lembranças que tínhamos das narrativas ouvidas, ao longo de nossa formação religiosa, acerca da constituição dessa instituição de ensino superior e de sua origem. Tal imbricamento acabou por despertar o interesse pela pesquisa da trajetória histórica das Faculdades Franciscanas, o que propiciou a emergência das primeiras perguntas que nos aguçaram a curiosidade e nos orientaram no levantamento e análise das fontes:

- A origem e a trajetória histórica das Faculdades Franciscanas teriam alguma conexão com o contexto político educacional mais amplo do país, naquele período?
- Quais foram os motivos que levaram os franciscanos a assumirem a administração do então Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (IESRB)?
- Que interesses estavam em disputa?
- Qual a trajetória trilhada pelos franciscanos para consolidarem a manutenção das Faculdades Franciscanas?
- Haveria uma singularidade franciscana na forma de compreender a Educação?
- Em caso positivo, teríamos como contextualizá-la historicamente nas décadas de 1970-1980, no Brasil e na região bragantina?

- As Faculdades Franciscanas teriam alguma importância no contexto local e regional?

A par de tais questões iniciais, pensamos que quatro aspectos em particular justificaram a temática privilegiada. O primeiro ancora-se na constatação de que existem poucas pesquisas que se voltam para a presença franciscana na história da educação brasileira (SANGENIS, 2004), em particular no período privilegiado. Considerando-se, que:

[...] os franciscanos não se preocuparam em escrever a sua história, diria que ainda hoje, também não se preocupam. E muito do pouco que produziram, por falta de cuidado, perdeu-se decomposto nas prateleiras pelo tempo e pelos inimigos naturais do papel. (SANGENIS, 2004, p. 65)

O segundo decorre do interesse em pesquisar e compreender os motivos pelos quais a Ordem dos Frades Menores (OFM), os franciscanos, através da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, assumem uma instituição de ensino superior localizada em uma região do estado de São Paulo até então pouco afeita à presença dos franciscanos, em plena vigência da ditadura militar.

O terceiro coloca em pauta se esta iniciativa dos franciscanos tinha algum vínculo e proximidade com ideias preconizadas pela teologia da libertação, considerando-se a presença significativa de teóricos franciscanos ligados a esta vertente no Instituto Teológico Franciscano (ITF) de Petrópolis (RJ) naquela época, bem como os resultados da pesquisa de Souza (2012), que, em sua tese de doutorado sobre a Biblioteca do Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN) da USF, pontua a grande presença de autores nacionais e estrangeiros vinculados ao pensamento da Libertação em tal acervo.

Ressaltamos que muitos desses autores foram publicados pela Editora Vozes (Petrópolis, RJ) – editora franciscana –, tais como: Frei Beto, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Gustavo Gutiérrez, Hugo Asmann, Joseph Comblin, Enrique Dussel, Jorge Pixley, José Aldunate, Manuel Diaz Mateos, Ivone Gebara, Maria Clara Lucchetti Bingemer, Paulo M. Tonucci (ANEXO I), o que, de certa maneira, ilustra um acolhimento fraterno da Teologia da libertação pelos editores da Vozes naquele contexto. Supomos que até mesmo a criação do IFAN, no ano de 1984, pelo Conselho de Administração Superior das então Faculdades Franciscanas, quando seu reitor era frei Constâncio Nogara³, pode ser tomada como mais um

³ Dentre os freis que dirigiram o IFAN, temos: Hugo Baggio, Agostinho Piccolo (em dois momentos distintos) e Orlando Bernardi.

dos indícios de possível vínculo e proximidade que haveria entre aquela instituição de ensino superior e as contribuições teóricas da Teologia da libertação.

Por fim, o quarto aspecto articula-se ao desejo de conhecer as histórias e memórias da USF na Região Bragantina, cuja origem está nas Faculdades Franciscanas. No rastro do que pontuamos no memorial que precede esta dissertação de mestrado, fomos tocados, atravessados e mobilizados pela experiência franciscana no ensino superior, desde o início de nossa formação franciscana.

No esteio dessas questões, faz-se mister elucidar o conceito de “franciscanos”. Este conceito tem sua origem no movimento iniciado por Francisco de Assis, no século XIII. Em 1209, Francisco e seus primeiros companheiros dirigem-se a Roma para pedir autorização do papa Inocêncio III (1198-1216) para viver sua forma de vida – início do movimento franciscano. A institucionalização do movimento dá origem à Ordem dos Frades Menores, posteriormente também conhecida como Ordem dos Franciscanos ou Ordem Franciscana, que vivencia, ao longo dos séculos, um processo de expansão e institucionaliza-se em regiões, denominadas Províncias.

No presente trabalho, portanto, nos reportamos aos franciscanos, aos freis da Ordem dos Frades Menores, da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, instituída em 1645, que abrange os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Sendo assim, delimitamos como objetivos da dissertação:

- Pesquisar a trajetória histórica das Faculdades Franciscanas, nas décadas de 1970-1980, na Região Bragantina;
- Identificar a justificativa da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil para abrir uma nova frente de ação, com a troca da mantenedora das faculdades e cursos mantidos pelo IESRB para a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana (CNSP-ASF);
- Identificar a concepção de educação franciscana mobilizada nessa empreitada.

Esses objetivos foram delineados considerando-se a hipótese de que a presença franciscana no ensino superior, através das Faculdades Franciscanas, talvez pudesse ser abordada em conexão com um dado pensamento teológico forjado na América Latina – a Teologia da libertação. Haja vista que o período proposto para pesquisa (1970-1980) insere-se

no contexto da consolidação de ditaduras latino-americanas, período denunciado por Geraldo Vandré⁴ por meio dos seguintes versos de *Pra não dizer que não falei das flores*, uma das músicas de protesto mais conhecidas da época:

Pelos campos há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas marchando
Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Naquele cenário, diferentes propostas de mobilização social emergiram na tentativa de resistir, denunciar e combater a violência do processo militar-ditatorial:

Os anos de 1960-1970 se caracterizam pela mobilização popular e pela emergência de uma poderosa vontade de mudança social. Não bastavam as reformas. Queria-se uma libertação das opressões históricas que as grandes maiorias secularmente sofreram. [...] Sobre todos os que se empenhavam por sacudir as antigas amarras, abateu-se feroz repressão por parte do Estado de Segurança Nacional e de seus aliados. A palavra libertação fora oficialmente banida dos meios de comunicação social por efeito de um decreto do Ministério da Justiça. (BOFF, 2012, p. 9)

A década de 1970 na América Latina será marcada pela imposição de governos autoritários e, conseqüentemente, de movimentos de resistência aos militares. É nesse cenário que os franciscanos marcam sua presença no ensino superior do país, assumindo a manutenção das Faculdades, até então sob responsabilidade do IESRB, em maio de 1976. Nesse ano, o

⁴ Advogado, cantor e compositor, Geraldo Vandré, nome artístico utilizado pelo paraibano Geraldo Pedroso de Araújo Dia, em 1968, participou do III Festival Internacional da Canção com a música *Pra não dizer que não falei das flores*, conhecida também pelo título de *Caminhando*. Sua letra traz marcas da resistência e luta contra a ditadura, bem como denuncia os problemas sociais da época. Ela é uma das composições mais conhecidas da época, porque registra a resistência e oposição à ditadura militar. Vandré foi preso e torturado e sua música foi censurada.

Ministro da Educação e Cultura era Ney Aminthas de Barros Braga⁵ (ARENA), cuja gestão foi de 1974 a 1978, e o general Ernesto Geisel (1974-1979)⁶ ocupava a presidência do país.

No Projeto Sócio-Educacional (1979) das Faculdades Franciscanas, em seu tópico Objetivos Básicos, identificamos que sua manutenção foi justificada porque permitiria o desenvolvimento de um “Projeto de Evangelização” em uma área nova para a atuação franciscana: a do ensino superior, conforme segue abaixo:

A PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL, através de uma de suas instituições jurisdicionadas, a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, ao assumir [...] o complexo de cursos universitários que hoje formam as FACULDADES FRANCISCANAS, se propôs desenvolver um PROJETO DE EVANGELIZAÇÃO, em continuação e complementação das já vastas atividades neste setor. (p. 23)

As pesquisas preliminares realizadas nas fontes documentais das Faculdades Franciscanas sinalizaram possíveis indícios da existência de prováveis conexões entre a Teologia da libertação, mediante algumas ideias flagradas nas fontes, que mobilizaram a inserção dos franciscanos no universo do ensino superior brasileiro, em particular na iniciativa implementada na região bragantina, entre as décadas de 1970-1980.

Na constituição do Projeto Sócio-Educacional para a Paz das Faculdades Franciscanas (1979) deparamo-nos com referências diretas às Conferências do Episcopado Latino-Americano (CELAM), acontecidas em Medellín (1968) e Puebla (1979). Tais Conferências fazem referências constantes aos textos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), haja vista que a *Constituição Pastoral Gaudium et Spes* é o documento mais citado no texto final da II CELAM de Medellín, cujo tema central é: A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio, denunciando como “situações de pecado” os desequilíbrios estruturais, colocando o pobre como centro da reflexão e da práxis teológica.

Os bispos da Igreja Católica na América Latina, na tentativa de dialogar com as camadas populares, reunidos nas Conferências do CELAM, expressaram-se em defesa da “opção preferencial pelos pobres” (Medellín, 1968) e da “opção pelos jovens” (Puebla, 1979). Tais opções manifestam posicionamento contrário ao contexto de pobreza de grande parte da

⁵ Era militar, em 1967 foi senador do Paraná pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e em 1968 integrou um grupo que se manifesta publicamente contra o Ato Institucional nº 5, o que gerou seu relativo ostracismo no governo de Emílio Garrastazu Médici. Posteriormente, no desenvolvimento do trabalho, focalizaremos a atuação do Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga.

⁶ Ernesto Geisel foi responsável por extinguir o Ato Institucional nº 5, em 1978.

população latino-americana e, conseqüentemente, aos mecanismos geradores desse empobrecimento.

A hipótese inicial de que a Teologia da libertação teria inspirado muitos dos frades e profissionais engajados na constituição das Faculdades Franciscanas acabou por se confirmar no desenrolar desta pesquisa. Tal afirmativa assenta-se na identificação e análise de alguns rastros da atuação franciscana flagrados no projeto de evangelização das Faculdades Franciscanas e nas diferentes fontes consultadas ao longo da análise documental. Tais fontes serão mobilizadas no transcorrer dos diferentes capítulos desta dissertação.

Na organização desta pesquisa procuramos elucidar para o leitor as unidades temáticas que foram se delineando durante a revisão bibliográfica e, principalmente, no diálogo com as fontes. Desta feita, apresentamos o presente trabalho em três momentos distintos, que se articularam entre si. No primeiro, abordamos a Ditadura Militar, o contexto sociocultural das décadas de 1970 a 1980 no Brasil; a legislação educacional vigente e a teologia da libertação. No segundo, trazemos uma aproximação à região bragantina e algumas histórias e memórias das Faculdades Franciscanas, no intuito de familiarizar o leitor com o objeto da pesquisa. No terceiro, procuramos refletir acerca de alguns elementos que acenam para conexões entre a trajetória das Faculdades Franciscanas e a teologia da libertação, após o que elencamos as referências e trazemos o ANEXO I.

CAPÍTULO I – O CONTEXTO SOCIOCULTURAL

Com o intuito de irmos ao encontro dos objetivos desta dissertação – pesquisar a trajetória histórica das Faculdades Franciscanas; identificar a justificativa da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil para abrir uma nova frente de ação no ensino superior através das Faculdades Franciscanas e identificar a concepção de educação mobilizada nessa empreitada –, optamos por entrecruzar aspectos da história do Brasil na relação com o processo de consolidação do ensino superior no país.

Neste capítulo, partimos da seguinte constatação de Cunha, em 2000 (p. 151), relativa ao cenário do ensino superior no Brasil, por conseguinte às portas do século XXI, para avançarmos em nossas reflexões sobre tal temática:

[...] as universidades convivem com uma grande quantidade de instituições de pequeno porte. Estas são em geral instituições especializadas, credenciadas pelo governo federal para conferir diplomas nas mais diversas especialidades, em igualdade de condições com as instituições propriamente universitárias.

Essa constatação provocou-nos a retroceder ao período no qual se tem assinalado historicamente o crescimento do ensino superior brasileiro, localizado nas primeiras décadas do século XX, como flagramos ao nos depararmos com os seguintes dados “[...] de 1907 a 1933 [o Brasil] passa de 25 para 338 instituições de ensino superior e 17 Universidades e de 5.795 para 24.166 alunos” (LEITE; CUNHA; MOROSINI et al. 1997, p. 45, cf. MOROSINI, 2005, p. 308). Entretanto, mesmo com essa expansão, a taxa de escolarização era muito baixa. Apenas 0,05% da população total do país, em torno de 17 milhões de habitantes, estava matriculada em curso superior (RIBEIRO, 1964, p. 87, cf. MOROSINI, 2005, p. 308-309). De acordo com Cunha, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, foi a

[...] primeira instituição de ensino superior do Brasil que assumiu duradouramente o *status* de universidade [...] A nova universidade resultou da reunião das faculdades federais de Medicina e de Engenharia [...] e de uma faculdade de Direito [...] O procedimento utilizado para a constituição da Universidade do Rio de Janeiro foi paradigmático para as que vieram depois dela: a reunião das faculdades profissionais preexistentes. (2000, p. 162-163)

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), Francisco Campos (1930-1932), Ministro da Educação e Saúde⁷, inicia a reforma do ensino superior (1931), com o

[...] Estatuto das Universidades Brasileiras (11/04/1931), que tem como modelo a Universidade do Rio de Janeiro (Decretos 19.850, 19.851 e 19.852: o primeiro decreto cria o Conselho Nacional de Educação; o segundo contém normas gerais para a organização das universidades, e o terceiro legisla especificamente para a Universidade do Rio de Janeiro). (MOROSINI, 2005, p. 309-310)

No período, tivemos também a criação da Universidade Federal de Minas Gerais (1927), Universidade de São Paulo (1934) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934) (MOROSINI, 2005). As faculdades Católicas foram criadas na cidade do Rio de Janeiro em 1940, mais tarde passando à condição de Pontifícia (1946) “[...] foi esta a primeira universidade privada do país” (CUNHA, 2000, p. 164). E, no ano de 1948, foi criada a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que depois de dois anos passou à “[...] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a primeira universidade marista do mundo” (MOROSINI, 2005, p. 313).

Na última gestão de Vargas (1950-1954) rompeu-se com a “[...] estrutura marcadamente discriminatória [que se caracterizava] pelo ensino propedêutico para as ‘elites condutoras’ e o ensino profissional para as ‘classes menos favorecidas’” (CUNHA, 2000, p. 171) no ensino superior.

Do período posterior a Vargas até o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no país, sob seu governo “[...] vivia-se sob a ideologia do desenvolvimentismo, isto é, de um país que se industrializava voltado para o mercado interno [...] e que incentivava a vinda do capital internacional como condição preparatória para, conseguido o desenvolvimento, competir com ele em condições de igualdade” (CHAUÍ, 2004, p. 31). O *slogan* de governo do período de Juscelino era: ‘cinquenta anos em cinco’, durante o qual: tivemos o Plano de Metas, se projetou e construiu Brasília – a nova capital política do país; criaram-se novos padrões de produção e de consumo no país, produzindo-se aço, petróleo e seus derivados, automóveis e construindo-se estradas com padrões internacionais. Contudo, nos anos JK as desigualdades sociais e a miséria da população se ampliaram, como também, a crise econômica vivida pelo país.

Ao término de seu mandato, em 1961, tivemos a eleição de Jânio Quadros (1960), que, após sete meses de governo, em agosto de 1961, renunciou ao cargo. Seu ministério era contrário ao getulismo e propôs-se a seguir à risca o programa anti-inflacionário que atendia às

⁷ O Ministério da Educação foi criado no Brasil em 14 de novembro de 1930, como o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o governo provisório de Getúlio Vargas.

indicações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais fatos causaram constrangimento ao seu vice-presidente, João Goulart, cujas bases populistas e getulistas eram inegáveis. Com a renúncia de Jânio, o vice-presidente eleito só pode assumir a presidência e iniciar o seu governo após a adoção provisória do sistema parlamentarista, em 7 de setembro de 1961, porque setores do exército sentiam-se desconfortáveis com sua proximidade com segmentos considerados de esquerda e com os regimes cubano e chinês.

O panorama econômico do país, em decorrência do projeto de industrialização implantado, estava sob controle de empresas estrangeiras, que tinham facilidade para trazer para o Brasil o capital, aumentando a crise em setores internos da produção. Como consequência, tem-se o crescimento da dívida externa nacional e da inflação. Para além do que, os movimentos de esquerda e as ligas camponesas pressionavam o governo para que a reforma agrária fosse realizada. Em decorrência dos graves problemas políticos e institucionais, João Goulart permaneceu por pouco tempo como presidente do Brasil. Era apoiado por Brizola, no Rio Grande do Sul; pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE) – apoios que não foram suficientes para ajudá-lo na resistência ao golpe militar. João Goulart procurou colocar em prática

[...] uma política econômica baseada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, executado sob a direção de San Tiago Dantas e Celso Furtado [...] Cada vez mais temerosos das atitudes de Goulart, os militares, liderados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, implementaram no final do mês de janeiro [de 1964], à revelia do presidente, um Acordo Militar com os Estados Unidos. Esse acordo, sob a forma de um ajuste pormenorizado, previa a necessidade de assistência ao Brasil para enfrentar ameaças, atos de agressão ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança, conforme os compromissos assinalados na carta da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 20 de março, Castelo Branco lançou uma circular reservada aos oficiais do estado-maior e das suas organizações dependentes, alertando a oficialidade para as ameaças que as recentes medidas de Goulart traziam. (CPDOC-FVG. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart>. Acesso em: 10 maio 2017).

No transcorrer desse mês de março se organizou a Marcha da Família, movimento que

[...] consistiu numa série de manifestações, ou “marchas”, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. [...] A primeira dessas manifestações ocorreu em São Paulo, a 19 de março [...]

principal articulador da marcha foi o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno, apoiado pelo governador Ademar de Barros [...] Preparada com o auxílio da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outras entidades, a marcha paulista recebeu também o apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. A marcha contou com a participação de cerca de trezentas mil pessoas, entre as quais Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara. Durante o trajeto, que saiu da praça da República e terminou na praça da Sé com a celebração da missa “pela salvação da democracia”. Na ocasião, foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a população a reagir contra Goulart. (LAMARÃO, s.d.)



Figura 1: Marcha da Família em São Paulo

Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/membro-da-marcha-da-familia-em-64/>. Acesso em: 1º jun. 2017.

Mesmo após o golpe, a Marcha aconteceu em outras capitais, “[...] o que as tornou conhecidas como ‘marchas da vitória’. A marcha do Rio de Janeiro, articulada pela Camde, levou às ruas cerca de um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964”. (LAMARÃO, s.d.)

Na madrugada de 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª. Região Militar, sediada em Juiz de Fora (MG), iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro.

Nesse dia foi deflagrado um movimento que, de acordo com suas lideranças, buscava acabar com a ameaça comunista e a corrupção, defendendo a democracia no país. Para tanto,

instituiu um outro regime de governo, de viés autoritário. Muito embora, estrategicamente, tenha preservado a Constituição de 1946, esta foi significativamente alterada, como abordaremos na sequência do texto.

1.1. O golpe militar e a educação: entretecendo tensões, disputas e conflitos

No que tange a educação, quando João Goulart assumiu a presidência,

Pelos dados do IBGE [...] encontra um Brasil com 70.779.352 habitantes, 39,5% de analfabetos, distribuídos nas faixas de 15 a 69 anos. Da população estudantil, 5.775.246 alunos estavam matriculados na rede do ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação. Esses dados revelam claramente a extensão do afunilamento da estrutura educacional brasileira: menos de 15% da população estudantil do ensino primário passava para o ensino médio; quase 2% da rede primária chegavam ao ensino superior e apenas 0,5% à pós-graduação! (BOMENY, s.d.)

À luz de tais dados, é fácil compreender por que no governo João Goulart emergiram como questões candentes da área educacional a preocupação com a educação pública, as iniciativas para alfabetização de adultos e o ‘problema dos excedentes’ – referência à parcela significativa de jovens dos segmentos das classes médias que não conseguiam ingressar no ensino superior⁸. Nas dinâmicas sociais mobilizadas por estas questões, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 4.024/61) foi instituída e publicada em 20 de dezembro de 1961, quase trinta anos após ser prevista pela Constituição de 1934.

A Lei 4.024/61 garantiu mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no Ministério de Educação e Cultura; regulamentou a criação dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e do Conselho Federal de Educação (CFE); determinou a dotação de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação; determinou a obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário; reconheceu o ensino religioso como facultativo, dentre outros aspectos. Na perspectiva desta pesquisa,

⁸ Vale dizer que a questão dos “excedentes” não era matéria nova nos anos 1960, já que a Lei 1.392, de 11 de julho de 1951, estabelecia exatamente as normas para o aproveitamento de “excedentes” em escolas particulares. Essa lei, assinada pelo então Presidente Getúlio Vargas, pedia pelo aproveitamento dos alunos aprovados e não classificados nas escolas superiores públicas pelos cursos das escolas privadas, levando em conta a capacidade das instalações e a possibilidade de atendimento de seu corpo docente. (BRAGHINI, 2014, p. 127)

destacamos abaixo alguns artigos dessa lei específicos da constituição e funcionamento do CFE, porque tais aspectos elucidarão algumas reflexões formuladas na sequência:

Art. 8º O Conselho Federal de Educação será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas de notável saber e experiência, em matéria de educação.

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho, o Presidente da República levará em consideração a necessidade de neles serem devidamente representadas as diversas regiões do País, os diversos graus do ensino e o magistério oficial e particular.

[...]

§ 4º O Conselho Federal de Educação será dividido em câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes ao ensino primário, médio e superior, e se reunirá em sessão plena para decidir sobre matéria de caráter geral.

§ 5º As funções de conselheiro são consideradas de relevante interesse nacional, e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos de que sejam titulares ou conselheiros. [...]

Art. 9º Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições conferidas por lei, compete:

decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;

decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos;

[...]

opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após verificação da existência de recursos orçamentários;

indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio (artigo 35, parágrafo 1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme o disposto no artigo 70; [...]

Para alguns teóricos, a

[...] LDB restringiu-se a determinar que a fixação dos currículos mínimos e a duração dos cursos caberia ao Conselho Federal de Educação – CFE, mantendo a hierarquia docente com a figura do catedrático. A LDB delegou às universidades a normalização sobre os concursos, distribuição dos docentes segundo o tipo de disciplinas e cursos a serem atendidos. (MOROSINI, 2005, p. 313)

Ainda com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961,

A expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios e secundários aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal. Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a criação de novas

faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar a ‘federalização’ de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades. (CUNHA, 2000, p. 171)

Mas é digno de nota que o CFE acolhia, dentre seus membros, como indicado no artigo 8º, os representantes das instituições privadas de ensino. Estes, em particular, se opuseram incansavelmente à ‘federalização’ (CUNHA, 2000, p. 172), porque tal iniciativa minimizaria a margem de lucros que teriam.

Próximo ao golpe militar de 1964, a temática da reforma universitária foi agregada às ‘Reformas de Base’ – as quais pressupunham bandeiras em torno de questões sociais consideradas cruciais para o desenvolvimento do país: a Reforma Educacional preconizava a valorização do magistério e do ensino público nos diferentes níveis educacionais, a luta contra o analfabetismo a partir do Método Paulo Freire e o fim da cátedra vitalícia nas universidades; a Reforma Eleitoral visava garantir o direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente, bem como legalizar o Partido Comunista Brasileiro; a Reforma Urbana defendia a justa utilização do solo urbano e o fornecimento de habitação digna a todas as famílias; a Reforma Agrária defendia a democratização da posse da terra e a criação do Estatuto do Trabalhador Rural; a Reforma Bancária tinha por meta ampliar o acesso ao crédito pelos produtores; e a Reforma Fiscal buscava aumentar a capacidade de arrecadação do Estado e limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais (Decreto nº 53.451/64). As origens das ‘Reformas de Base’ podem ser identificadas no interior das discussões e ideias defendidas pelo movimento estudantil e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na proposta de criação da Universidade de Brasília, ancorada sobretudo nos moldes de ensino do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), este último com um modelo de ensino marcadamente influenciado pelo modelo de ensino superior dos Estados Unidos (CUNHA, 2000). Com a instauração do regime militar, as discussões universitárias de cunho político cederam lugar às de cunho técnico, como sugerem o Plano Atcon, os acordos MEC-Usaid e relatório Meira Mattos (MOROSINI, 2005, p. 313). As diretrizes da reforma do ensino superior iam ao encontro das

[...] demandas de modernização do ensino superior de setores do próprio Estado e das entidades de pesquisadores [...]: quebra de barreiras entre as faculdades da mesma universidade; criação de institutos de pesquisa; organização do regime departamental; trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia; estruturação da carreira docente a partir

de cursos de pós-graduação, de tempo de serviço e de realizações profissionais; remuneração justa para os professores e assistência aos estudantes, como bolsas, alimentação, alojamento e trabalho remunerado dentro da universidade; incentivo à pesquisa científica, artística e filosófica. (CUNHA, 2000, p. 176)

No interior do movimento estudantil, é necessário destacar que algumas de suas correntes mobilizavam-se extremamente em torno das ideias defendidas por Álvaro Vieira Pinto, filósofo e professor da Universidade do Brasil. Segundo Cunha (2000, p.177), para ele, “O que o movimento estudantil deveria fazer era engajar-se diretamente nas lutas de todo o povo – a reforma universitária seria mais uma consequência delas do que um fator de impulso.” A plataforma das reivindicações dos estudantes, apesar da pluralidade de opiniões, teve alguns pontos em comum:

[...] prioridade das instituições públicas sobre as privadas, por serem aquelas gratuitas e permitirem a convivência democrática de opiniões conflitantes; supressão dos exames vestibulares, vistos como barreiras discriminatórias em termos econômicos; abandono da exigência de tempo integral para os estudantes, pois a realidade brasileira estava a exigir sua participação mais fora da universidade do que dentro dela, em especial na alfabetização do povo; um terço dos membros dos colegiados universitários com o direito a voto para os estudantes; participação estudantil nas comissões de admissão e promoção de docentes; desistência da reivindicação da autonomia universitária entendida, agora, como perigosa para a democratização da instituição. Em sintonia com a plataforma anterior, defendia-se a escolha dos reitores das universidades públicas pelo conselho universitário, cabendo ao governo apenas a nomeação dos eleitos. (CUNHA, 2000, p. 177)

Após o Golpe, o governo militar interferiu drasticamente nas instituições do país, mediante a determinação de Atos Institucionais (AI). O primeiro, AI-I, passou a vigorar em 9 de abril de 1964, por determinação dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Visava ao fortalecimento do Poder Executivo e minimizava a autonomia e a esfera de ações do Congresso Nacional, posto que o presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de trinta dias na Câmara e em igual prazo no Senado; caso contrário, seriam considerados aprovados.

Logo, qualquer tentativa por parte dos congressistas de minimizar o poder presidencial ou o impacto de suas decisões, na prática, deixou de existir.

A presidência da República assumiu também a atribuição de propor projetos de lei destinados à criação ou ampliação das despesas públicas. O Comando Supremo da Revolução suspendeu as imunidades parlamentares e foi autorizado a “[...] cassar mandatos e suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade e de estabilidade,

conferidas aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público”. (FAUSTO, 2001, p. 258)

A perseguição, repressão, prisão e tortura aos adversários e, em alguns casos, a morte dos que eram considerados inimigos do governo militar foram práticas comuns do período ditatorial, principalmente porque encontravam-se respaldadas pelo AI-I, que orientava a abertura de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) daqueles que fossem considerados “[...] responsáveis ‘pela prática de crime contra o Estado ou o seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária’”. (FAUSTO, 2001, p. 258)



Figura 2: Sede da UNE no Rio de Janeiro incendiada em 1964

Fonte: www.une.org.br/memoria/historia/. Acesso em: 1º jun. 2017.

No dia seguinte após o golpe, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada e dissolvida. Na época, as universidades passaram a ser visadas e a sofrer intervenções. Fato exemplar foi a invasão da Universidade de Brasília pelos militares, ocorrida naquele mesmo dia, porque era considerada subversiva. Todas as instituições e pessoas consideradas nacionalistas e de esquerda sofreram perseguições. É digno de menção que, ainda em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), cujo principal objetivo era coletar e

analisar informações, destinadas a conter a subversão no país. Depois de 1964, o Brasil convive com um avanço descomunal das telecomunicações no país. Ressalta-se esse aspecto porque o governo militar distribuiu concessões para redes nacionais de telecomunicações aos seus aliados políticos, as quais garantiram a divulgação de seus atos e publicidade favorável às suas iniciativas, divulgação e publicidade necessárias para formar e garantir a aprovação do governo por grande parte da opinião pública.

O AI-I determinou a eleição indireta de um novo presidente, que ocorreu em 15 de abril de 1964, cujo mandato se estenderia até janeiro de 1966. Nesse contexto, inúmeras iniciativas voltadas à economia foram tomadas para viabilizar as exportações de reservas naturais, da produção agrícola e dos produtos manufaturados, assim como as restrições forçadas para as classes trabalhadoras, que não podiam se organizar, lutar e resistir, uma vez que a lei de greve, aprovada em junho de 1964, praticamente inviabilizou qualquer manifestação operária. O governo de Castelo Branco (1964–1967) contou com respaldo do governo americano, mediante a Aliança para o Progresso, e, em contrapartida, alinou-se aos princípios dos Estados Unidos⁹, como no caso do envio de tropas à República Dominicana, sob a tutela da *Inter-American Peace Force*.

Em outubro de 1965 foram realizadas eleições diretas em grande parte dos estados e a oposição aos militares ganhou. Como consequência do descontentamento com os resultados das eleições, o governo decretou o AI-2, que centralizou ainda mais o regime político e determinou a extinção dos partidos políticos existentes. A nova legislação partidária viabilizou a criação de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A Arena acolheu em sua grande maioria políticos vindos da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), e o MDB aqueles que pertenciam ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e numa parcela menor alguns que pertenciam ao PSD.

No mês de janeiro de 1967, foi aprovada uma nova Constituição, que, como era esperado, ampliava os poderes do Executivo. Em março do mesmo ano, ocorreu eleição indireta para presidente e o general Artur da Costa e Silva (1967–1969) assumiu o poder, tendo por vice Pedro Aleixo (ARENA, ex-UDN). Segundo Fausto (2001, p. 259), Costa e Silva “[...] concentrava as esperanças da linha dura e dos nacionalistas autoritários [...] descontentes com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos e de facilidades concedidas aos capitais estrangeiros”.

⁹ Na época governava os EUA o presidente Lyndon Johnson, cujo governo teve início em 1963 e término em 1969.

A Constituição de 1967 e os atos institucionais possibilitaram a reforma do ensino implementada pelas Leis 5.539 e 5.540 (Estatuto do Magistério Superior Federal), de 1968, tendo-se então: “[...] a extinção do regime de cátedras; decretos-leis [que] determinaram mudanças na organização administrativa e acadêmica nas instituições federais de ensino superior, suprimindo as possibilidades de apelação judicial...” (CUNHA, 2000, p. 178)

De acordo com Morosini

A imbricação entre a política socioeconômica e a educacional fica clara na exposição de motivos da Lei n. 5.540 [na qual] declara ser uma das suas principais metas a racionalização das atividades universitárias, de forma a dar-lhes maior eficiência e produtividade (Relatório GTRU, 1968, p. 125), características das atividades empresariais. (2005, p. 314)

A Lei 5.540/68, ou a Lei da Reforma Universitária, tomou a universidade como instituição de referência para o ensino superior, por conseguinte a condição de instituição isolada (faculdade, instituto, associação etc.) foi considerada como transitória e excepcional. Mas “[...] a proximidade dos militares e os dirigentes das instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista [...] o CFE já se empenhava em propiciar a aceleração do crescimento dos estabelecimentos privados, a grande maioria isolados, contrariando a lei ...” (CUNHA, 2000, p. 180). Cabe ressaltar que

[...] a reforma universitária começou a germinar com o Parecer n. 442/66, Secretaria de Ensino Superior/MEC, seguido pela Lei n. 5.540, de 28/11/1968. Que fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com os demais níveis de ensino, e pelas alterações na regulamentação desta lei através do Decreto-lei n. 464, de 11/02/1969. (MOROSINI, 2005, p. 314)

Nessa mesma época, Fávero (2006, p. 17) destaca que

[...] medidas oficiais são adotadas em relação à universidade. Três delas merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968). Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID na América Latina se processa de modo integrado, nos anos 60, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares.

Na Reforma de 1968 prevaleceu “[...] o conteúdo técnico em vez do político” (MOROSINI, 2005, p. 315), já que

Ela legislava para o ensino superior com base nas universidades, instituindo a ampliação de suas funções para o ensino, pesquisa e extensão, e criando os departamentos aliados a um complexo sistema organizacional, caracterizado, de um lado, pelo sistema administrativo e, de outro, pelo acadêmico.” (MOROSINI, 2005, p. 315)

Diante do autoritarismo crescente no país, diferentes segmentos da sociedade civil foram se organizando e se articulando entre si, alguns a favor dos militares, outros contrários. Era possível flagrar, dentre os religiosos da Igreja Católica, tensões e dissonâncias. Naquele contexto, não se pode ingenuamente outorgar a tal instituição o atributo de conservadora. Se parte de seus membros havia se solidarizado com os militares, outra parte sensibilizara-se com a luta contra a violência; muitos religiosos estavam familiarizados com as ideias da teologia da libertação¹⁰.

O movimento estudantil, mesmo na clandestinidade, retomou sua mobilização. A morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto e as manifestações contrárias à violência ditatorial “[...] marcou o momento que a mobilização estudantil se transmutou em movimento social de massa” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 461). A missa de sétimo dia celebrada na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, foi cercada por “[...] fuzileiros e cavalarianos da Polícia Militar, quinze padres deram-se as mãos formando duas correntes para permitir a saída dos fiéis em segurança – ‘Inesquecível, padres’ gaguejou, emocionado, o crítico literário Otto Maria Carpeaux” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 461). No Nordeste, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara¹¹, se destacou na resistência contra o governo militar, visto que seu auxiliar direto, Padre Antônio Henrique Pereira Neto, foi morto em maio de 1969 pela ditadura. Para Schwarcz e Starling,

A comprovação da prática de tortura pelos militares levou um grupo de bispos da Igreja Católica ao campo da oposição e a utilizar seus próprios canais de

¹⁰ Em futuras pesquisas pretendemos aprofundar análises em torno das trajetórias de frei Fábio Panini (de 1963 até 1970, residiu e foi professor no Instituto Teológico Franciscano – ITF, em Petrópolis/RJ), de frei Constâncio Nogarà (de 1966 a 1968, também residiu e foi professor no ITF), bem como de frei Caetano Ferrari.

¹¹ Nascido em Fortaleza/CE, no dia 7 de fevereiro de 1909 e falecido na cidade de Recife/PE, aos 27 de agosto de 1999. Foi nomeado bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro/RJ, no dia 3 de março de 1952. Em 12 de março de 1964 foi designado arcebispo de Olinda e Recife/PE. Destacou-se pela atuação em defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil e na colaboração para a criação e fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

comunicação para fazer chegar à opinião pública internacional relatos sobre tortura no Brasil. Em 1970 [...] a igreja Saint-Germain-de-Prés, em Paris, expôs em seu altar-mor um Cristo algemado, com um tubo na boca e um magneto no topo da Cruz. No alto, a esfera cortada pela inscrição ‘Ordem e Progresso’. (2015, p. 461)

Em Montevideu, Lacerda, Jango e Juscelino lançam a Frente Ampla (1966), para lutar pela redemocratização do país e a afirmação dos direitos dos trabalhadores. Em junho de 1968, com o recrudescimento da violência no país, ocorreu a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. Simultaneamente, ocorreram as greves de Contagem (MG), perto de Belo Horizonte, e de Osasco (SP). O aparato repressor reagiu com truculência e, nesse cenário, identifica-se a presença de organizações de esquerda no país, que se opunham aos militares, algumas das quais defendiam a luta armada. Fausto pontua que

No Brasil, a organização tradicional de esquerda – o PCB – opunha-se à luta armada. Em 1967, um grupo liderado pelo veterano comunista Carlos Mariguela rompeu com o partido e formou a Aliança de Libertação Nacional (ALN). A AP¹² já optara pela luta armada e novos grupos foram surgindo, entre eles a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com forte presença de militares de esquerda. (2001, p. 264)

Nesse contexto, ante a resistência civil crescente, o governo militar decretou o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, fechando o Congresso Nacional. O AI-5 não tinha prazo de vigência, centralizou drasticamente o poder nas mãos do presidente e nos órgãos de vigilância e repressão. Este Ato Institucional instaurou um “[...] novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários” (FAUSTO, 2001, p. 265). O AI-1 e o Decreto-Lei 477/69 “[...] ameaçavam [...] com a expulsão os estudantes que fossem acusados e culpabilizados, em rito sumário, por práticas de atividades consideradas subversivas” (CUNHA, 2000, p. 178). A censura e as cassações foram possíveis graças às Assessorias de Segurança e Informação criadas no interior das próprias universidades públicas (MOROSINI, 2005, p. 315); no esteio dessa iniciativa, as lideranças docentes, estudantis e suas agremiações foram proibidas e perseguidas, nas universidades públicas e privadas, nos cursos do ensino superior de todo o país.

¹² A Ação Popular (AP) foi uma organização política de esquerda, criada em 1962, formada por estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira. A AP inspirava-se em autores como: Emmanuel Mounier, os jesuítas Teilhard de Chardin e Henrique Cláudio de Lima Vaz, Jacques Maritain e o dominicano Louis-Joseph Lebret. Teve uma vertente protestante, cujo representante mais conhecido foi Paulo Stuart Wright.

Porém, segundo Cunha (2000, p. 178), uma das singularidades da história da universidade brasileira, comparativamente à história das demais universidades latino-americanas, reside no fato de que, justamente no período no qual as universidades públicas, muitos de seus professores, pesquisadores e estudantes sofreram extrema violência e repressão militar, “[...] a universidade brasileira recebeu o maior impulso”. Para o autor,

[...] uma aliança tácita entre docentes e pesquisadores experientes fez com que as agências de fomento ampliassem em muito os recursos destinados à pós-graduação; novos prédios foram construídos nos *campi* e laboratórios foram equipados; a profissão docente foi institucionalizada mediante o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva; as instituições públicas de ensino superior ampliaram expressivamente o número de estudantes nelas matriculados. (CUNHA, 2000, p. 179)

Em agosto de 1969, Costa e Silva adoece e os ministros militares impedem a posse de Pedro Aleixo. As lutas de resistência recrudescem e, como consequência, ocorreram “[...] inúmeras execuções sumárias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e as forças da ordem, ou como desaparecimentos misteriosos” (FAUSTO, 2001, p. 266). A Junta Militar que governava o país marcou eleições indiretas para presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional.

O general Emílio Garrastazu Médici (1969–1974) foi eleito presidente e o ministro da Marinha, Augusto Rademaker, seu vice. Médici havia sido adido militar em Washington durante o governo de Costa e Silva. O período de sua presidência se caracterizou por uma censura absoluta, repressão extrema e violência descomunal para aqueles que resistiam ao poder dos militares. Esses anos foram propagandeados pelo governo militar como “o milagre brasileiro”. Nesse período,

Os técnicos tinham uma explicação terrena. Os técnicos que o planejaram com Delfim à frente, beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram para tomar empréstimos externos. O total da dívida externa desses países, não produtores de petróleo, aumentou de menos de 40 bilhões de dólares em 1967 para 97 milhões em 1972 e 375 bilhões em 1980. (FAUSTO, 2001, p. 268)

Os empréstimos brasileiros foram acompanhados do aumento da presença de capital estrangeiro no país, cujo setor automobilístico liderou o crescimento industrial, com a entrada da General Motors, da Ford e da Chrysler, mais à frente, da Fiat. A exportação nacional se

diversificou. Mas a fragilidade do “milagre” estava na dependência do sistema financeiro e do comércio internacional.

O “milagre econômico”, contudo, teve um preço, e o crescimento da economia se fez acompanhar de um processo acentuado de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores. Deu-se também um aumento vertiginoso da dívida externa, com o país mais vulnerável as alterações do cenário internacional em decorrência da captação de recursos privados no exterior [...] e obtenção de crédito para a indústria em bancos privados internacionais com juros flutuantes e elevados. Os brasileiros só iriam acordar para o tamanho dessa vulnerabilidade após 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) reduziu a oferta de petróleo. (SCHWARZ; STARLING, 2015, p. 453)

O “milagre” acentuou a concentração de renda resultante daquele modelo econômico no país e a

[...] desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil iria notabilizar-se no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação, habitação, que medem a qualidade de vida de um povo. (FAUSTO, 2001, p. 269)

No governo do general Emílio Garrastazu Médici foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases, número 5.692 (LDB 5.692/71), publicada em 11 de agosto de 1971. Pode-se destacar dentre suas características: a criação de um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais; a inclusão da educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo; o ensino religioso como facultativo; a obrigatoriedade do ensino de 1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos; a criação da educação a distância como possível modalidade do ensino supletivo; a formação preferencial do professor para o ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, em habilitação específica no 2º grau; a formação preferencial do professor para o ensino de 1º e 2º graus em curso de nível superior ao nível de graduação; a formação preferencial dos especialistas da educação em curso superior de graduação ou pós-graduação; a destinação do dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas; a obrigatoriedade de gasto de 20% do orçamento dos municípios com educação, não sendo prevista dotação orçamentária para a União ou os estados. A LDB 5.692/71 foi duramente criticada por dissociar teoria e prática, sobretudo na formação em nível médio, reafirmando a distinção entre o trabalho

intelectual e o trabalho manual. Essa legislação educacional foi proposta em franca conexão com as demandas do mercado.

O general Ernesto Beckmann Geisel (1974–1979) é eleito presidente em janeiro de 1974, tomando posse em 15 de março do mesmo ano, graças a uma emenda à Constituição de 1967 que propunha a criação de um Colégio Eleitoral formado por representantes do Congresso Nacional e delegados das Assembleias Legislativas Estaduais. Em seu governo tem início a abertura política do país, conforme suas palavras, “lenta, gradual e segura”, para o que adotou, juntamente com o general Golbery, chefe da Casa Civil da Presidência, a estratégia da distensão.

Nesse período, o Conselho Federal de Educação, por meio da resolução CFE 29/74, determina que uma instituição de ensino superior, para passar a universidade, precisaria:

[...] oferecer pelo menos quatro cursos de graduação relacionados com cada uma das áreas fundamentais das Ciências Exatas e Naturais, das Ciências Humanas e das Letras e dois cursos de caráter técnico-profissional. Além dessa exigência, a resolução estabelecia outras, entre as quais a proporção de professores com pós-graduação e tempo integral, assim como a necessidade de comprovação por parte da entidade mantenedora da universidade de patrimônio próprio e de condições financeiras que assegurassem o bom funcionamento das atividades universitárias. As condições das instalações físicas eram longamente enumeradas... (CUNHA, 2000, p. 180)

Tais exigências tenderam a ser minimizadas por pressões das instituições privadas, que buscaram rapidamente alcançar a condição de universidade “Devido à relevância econômico-financeira e dos privilégios que elas detêm [...] Em especial, a capacidade de criar ou extinguir cursos, assim como determinar o número de vagas em cada um deles, conforme a flutuação da demanda” (CUNHA, 2000, p. 181).

Morosini considera que, se de um lado houve modernização do ensino superior no Brasil com a abolição das cátedras, a instituição e as ampliações das funções das universidades (ensino, pesquisa e extensão), por outro

Esta modernização do ensino superior vem acompanhada pela parquialização do ensino no setor privado, que se deu através da implantação de faculdades isoladas que se multiplicaram em cidades do interior e se expandiram na periferia dos grandes centros urbanos, oferecendo cursos de graduação sem levar em conta o padrão acadêmico. Assim, a partir da Reforma Universitária de 1968, a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, a estrutura departamental, o desenvolvimento da pós-graduação, a matrícula por disciplinas e a gestão da racionalidade efficientista tornam-se modelares, embora não predominantes nas instituições de Educação Superior. (2005, p. 315-316)

Na época, a dissonância entre um determinado segmento da Igreja Católica e o governo militar continuava bastante significativa, assim como de outros segmentos da sociedade civil. A morte do jornalista Vladimir Herzog (outubro de 1975) nas dependências do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), na cidade de São Paulo, atesta essa afirmação. Frente a este quadro político, ganhou contornos a mobilização de diferentes segmentos sociais contrários à ditadura. Essa mobilização, principalmente manifestando o desagravo diante do assassinato de Herzog,

[...] reunia o MDB, o Sindicato dos Jornalistas, o movimento estudantil, a OAB, a CNBB e a ABI [...] desaguou no culto ecumênico na catedral da Sé [...] celebrado por quatro lideranças religiosas – os rabinos Henry Sobel e Marcelo Rittner, d. Paulo Evaristo Arns [franciscano] e o pastor presbiteriano Jaime Wright [...] e d. Helder Câmara [...] ‘Há momentos em que o silêncio fala mais alto’, explicou d. Helder Câmara a um jornalista, após a cerimônia religiosa. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 472)



Figura 3: Cardeal Arns e o rabino Henry Sobel no enterro do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/12/15/d-arns-o-homem-que-a-ditadura-nao-silenciou.htm>. Acesso em: 1º jun. 2017.

Junto aos que se posicionaram contra a ditadura, sob inspiração de um determinado segmento da Igreja Católica, emergiram muitas lideranças por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), à frente de um movimento social combativo, como no caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), que contribuiu para que o número de 625 sindicatos rurais em 1968 subisse para 1.154 em 1972, 1.745 em 1976 e 2.144 em 1980. O

número de trabalhadores rurais sindicalizados, depois de 1973 algo em torno de 2,9 milhões, subiu para 5,1 milhões em 1979, sob forte inspiração da CPT. Cabe lembrar que na época tivemos as greves dos cortadores de cana em Pernambuco, ocorridas em 1979, com o apoio significativo do arcebispo Dom Hélder Câmara. Foi em tal contexto que, em 1976, as faculdades mantidas pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (IESRB) passaram para a administração dos franciscanos da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, como veremos com detalhamento no capítulo II.

Apenas em 1978 o governo de Ernesto Geisel adota iniciativas significativas para garantir a retomada das liberdades, ao buscar o diálogo junto aos líderes da oposição (apenas o MDB era reconhecido como partido legalmente constituído) e da Igreja Católica. Em seu governo, no ano de 1979, o AI-5 foi extinto, bem como reapareceu o sindicalismo com uma singularidade da época, decorrente da mudança do perfil das classes médias, e daqueles profissionais que haviam passado pelo ensino superior,

[...] surgiram sindicatos de trabalhadores de ‘colarinho branco’, abrangendo não apenas as áreas tradicionais de bancários e professores mas também de médicos, sanitaristas e outras categorias [...] A organização sindical dessas categorias correspondeu a uma mudança de caráter das profissões, em que o profissional autônomo crescentemente deu lugar ao assalariado com diploma. (FAUSTO, 2001, p. 276)

Os sindicatos mais combativos deslocaram-se do setor público para a indústria automobilística. Segundo FAUSTO, o “[...] novo sindicalismo [...] nasceu a partir do trabalho dos organizadores, em que se destacaram lideranças operárias, várias vezes ligadas à Igreja. Tiveram também papel importante os advogados sindicais” (2001, p. 277). De 1977 a 1979, muitas greves mobilizaram diferentes categorias profissionais; elas “[...] tinham por objetivo um amplo leque de reivindicações: aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica, liberdades democráticas” (FAUSTO, 2001, p. 277).

Como sucessor de Ernesto Geisel, assumiu o general João Batista Figueiredo (1979–1985). O processo de retomada da democracia no país pressupôs a defesa do retorno ao estado de direito do Brasil e a reivindicação dos direitos de cidadania. Tal processo foi capaz de aglutinar e catalisar forças políticas, formas de ativismo e movimentos sociais plurais (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Na avaliação de Cunha (2000, p. 179),

[...] no início da década de 80, quando se esgotou o regime autoritário, a universidade brasileira foi, ao mesmo tempo, protagonista ativa e beneficiária do movimento pela redemocratização do país. As entidades estudantis já haviam recuperado o espaço de atuação que lhes havia sido suprimido; os professores e funcionários técnico-administrativos criaram suas próprias entidades sindicais, desenvolvendo uma atuação política sem precedentes; os programas de pós-graduação haviam atingido um padrão de ensino e de pesquisa que lhes permitia desenvolver uma crítica competente das políticas governamentais em diferentes campos, como na pesquisa nuclear e na educação básica.

O Conselho Federal da Educação, pela resolução CFE 3/83, dá visibilidade à

[...] vitória das instituições interessadas em se tornarem universidades. A facilitação foi a regra da nova resolução, a começar pela retirada, do âmbito da competência do CFE, das universidades previstas como passíveis de reconhecimento pelos governos estaduais. A resolução eliminou todas as exigências antes feitas em relação ao corpo docente, mantendo apenas a referência a uma genérica qualificação [...] na linha de uma relação mais favorável aos pretendentes, a resolução estipulou que, após a aprovação da carta-consulta, uma comissão de conselheiros passasse a acompanhar a instituição pretendente durante um ano, pelo menos antes de dar seu parecer. (CUNHA, 2000, p. 181)

Outro aspecto a ser salientado nas décadas de 1970 a 80 acerca das universidades públicas é que estas, com respaldo financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) garantido por meio de convênios de apoio financeiro e de assistência técnica com o Ministério da Educação (MEC), começaram a adotar a criação de seus *campi* distantes dos centros urbanos.

As insistentes recomendações dos consultores sobre as vantagens do *campus* suburbano resultaram não só do fato de que esse era o modelo que eles conheciam e valorizavam em seu país, como, também de que o consideravam adequado para eliminar ou atenuar o que julgavam ser a excessiva politização dos estudantes ... (CUNHA, 2000, p. 182)

Na perspectiva desta pesquisa, considerando-se a localização das Faculdades Franciscanas e sua proximidade da cidade de São Paulo, destacamos que

Uma das mais ativas dessa movimentação brotou na periferia de São Paulo através das associações quase invisíveis ao governo mas típicas de uma população desassistida pelos poderes públicos: clubes de mães, grupos de moradores, comitês de saúde. As reuniões aconteciam geralmente no salão paroquial das igrejas de bairro, e contavam com a estrutura e a proteção das

Comunidades Eclesiais de Base. As CEBS surgiram em 1970, tornaram-se núcleos irradiadores da Teologia da Libertação, e eram compostas de pequenos grupos de fiéis formados por um agente pastoral que realizava leituras coletivas do Evangelho para despertar a consciência crítica daquela comunidade, estimulava a participação de seus membros e buscava construir uma ação efetiva pela mudança. Em meados dos anos de 1970, já existiam milhares de CEBS espalhadas nas cidades e na área rural que funcionavam como celeiros de lideranças comunitárias. Essas comunidades estavam na origem dos novos movimentos sociais que emergiram na cena pública do país ao longo dessa década – Movimento do Custo de Vida, Sociedade dos Amigos de Bairro, Associações de Favelas –, e foram essenciais para organizar a participação popular em atividades de pressão política. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 473)

Já as universidades privadas seguiam na contramão dessa recomendação. Elas “[...] utilizavam o espaço urbano disponível até o limite máximo possível, erguendo edifícios sobre os terrenos existentes” (CUNHA, 2000, p. 182).

O ensino superior privado após a Reforma Universitária de 1968 garantiu uma mudança na forma de ascensão da classe média e maior adesão de alguns de seus segmentos à ditadura instalada, assim como ao modelo de desenvolvimento econômico vinculado ao capital internacional. Na década de 1970, o país vive uma rápida expansão do ensino superior privado, sobretudo em localidades distantes dos grandes centros urbanos: “No período de 1962 a 1973, o ensino superior brasileiro passa de 100.000 a 800.000 estudantes universitários e o ensino superior privado passa de 40.000 a 500.000” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 178, nota de rodapé 1).

No contexto sociocultural da redemocratização do país, tivemos a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, para presidente do Brasil, o qual não chegou a assumir. José Sarney, seu vice, assumiu então o governo do país. Nesse mesmo ano, Faculdades Franciscanas foram elevadas à condição de Universidade São Francisco. Ainda nesse contexto, tivemos outras normatizações relativas ao ensino superior no Brasil, dentre as quais:

[...] Política para o ensino superior (1985), relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior – Geres (1986) e outros estatutos, como os elaborados pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Associação Nacional de Docentes Universitários e Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (Andes/Fasubra). Estas normatizações refletem o contexto sócio-político-econômico da nação brasileira, onde o desenvolvimento, com base na industrialização e na internacionalização da economia, caracteriza o processo de modernização da sociedade. (MOROSINI, 2005, p. 314)

Silva Jr. e Sguissardi (1999, p. 191) entendem que a década de 1980 pode ser caracterizada por

[..] uma reacomodação do Ensino Superior Privado (ESP), no Brasil, por razões estruturais e gerais e por outras relacionadas às especificidades da gestão do ESP. O governo federal, nesse período, tentou conter a expansão do ESP, bem como ameaçou regulamentar, por meio de decretos, a avaliação e a qualidade do ESP.

A par dessa consideração, é possível perceber que naquele período diferentes segmentos sociais passaram a pressionar o governo em torno da questão da ‘qualidade do ensino’, considerando-se que:

Quando as escolas isoladas tentaram preencher suas vagas, atraindo estudantes de origem socio-econômica mais modesta, os próprios elementos da classe média passaram a criticar o padrão dos cursos oferecidos, já que tinham regularizado sua situação profissional, através de obtenção dos diplomas. O discurso em favor de mais oportunidades educacionais, que tinha expressado as reivindicações da classe média durante um certo período histórico, tende a dar lugar a outro, o da qualidade do ensino uma vez que os privilégios da classe média, baseados na posse de um diploma de curso superior, estavam sendo ameaçados pelo número crescente de graduados. (MARTINS, 1988, p. 111-112, cf. SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 198)

A figura abaixo (MARTINS, 2000) registra o crescimento do Ensino Superior Privado no país:

**Evolução do Número de Instituições, por Dependência Administrativa
Brasil - 1980-98**

| Anos | Total | Público | Privado | |
|------|-------|---------|---------------------------|------|
| | | | N ^{os} Absolutos | % |
| 1980 | 882 | 200 | 682 | 77,3 |
| 1981 | 876 | 259 | 617 | 70,4 |
| 1982 | 873 | 259 | 614 | 70,3 |
| 1983 | 861 | 246 | 615 | 71,4 |
| 1984 | 847 | 238 | 609 | 71,9 |
| 1985 | 859 | 233 | 626 | 72,8 |
| 1986 | 855 | 263 | 592 | 69,2 |
| 1987 | 853 | 240 | 613 | 71,8 |
| 1988 | 871 | 233 | 638 | 73,2 |
| 1989 | 902 | 220 | 682 | 75,6 |
| 1990 | 918 | 222 | 696 | 75,8 |
| 1991 | 893 | 222 | 671 | 75,1 |
| 1992 | 893 | 227 | 666 | 74,5 |
| 1993 | 873 | 221 | 652 | 74,6 |
| 1994 | 851 | 218 | 663 | 74,3 |
| 1995 | 894 | 210 | 684 | 76,5 |
| 1996 | 922 | 211 | 711 | 77,1 |
| 1997 | 900 | 211 | 689 | 76,5 |
| 1998 | 973 | 209 | 764 | 78,5 |

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Figura 4: Evolução do número de Instituições, por Dependência Administrativa - Brasil - 1980-98.
Fonte: Martins, 2000.

A partir da década de 1990 temos no Brasil uma diversidade institucional na esfera das universidades privadas. Estas contemplam as instituições confessionais e os estabelecimentos de perfil mais empresarial. As universidades comunitárias tendem a manter uma grande interação social com a região na qual atuam. Elas estão voltadas fundamentalmente para as atividades de ensino e desenvolvem um trabalho significativo no domínio da extensão:

[...] até o final da década de 60, as universidades confessionais possuíam maior peso no conjunto do setor privado nacional e estavam praticamente ligadas à Igreja Católica. A presença do ensino privado confessional não era desprezível, porque respondia, na metade daquela década, por aproximadamente 44% das matrículas. Em período mais recente, houve a criação de certas instituições confessionais não-católicas, especialmente metodistas e luteranas [...] não foram as instituições confessionais que

estiveram à frente do processo expansionista verificado nos anos 70. Um dos traços marcantes no funcionamento do campo das instituições de ensino superior brasileiro atual foi exatamente, o aparecimento de um "novo ensino privado", de perfil laico, que se constitui a partir do final dos anos 60, comandado por uma lógica de mercado e um acentuado *ethos* empresarial. Como já foi assinalado, a partir do final dos anos 80 ocorreu um movimento para transformação de escolas isoladas e/ou federações de escolas em universidades particulares, em grande parte guiado por esse 'novo ensino privado'. (MARTINS, 2000, p. 42)

Ao lado do crescimento e da diversificação das instituições do ensino superior no país, temos também, nesse período, a concentração do maior número de matrículas entre os anos 1962 e 1972. A taxa de crescimento de matrículas nesse ano foi de 540%. No período entre 1973 e 1983, registrou-se um crescimento de matrículas de 86%. Tais resultados podem ser compreendidos,

[...] em grande parte, pelo acesso de um público socialmente mais diversificado, com a inclusão acentuada do gênero feminino, de uma clientela composta por pessoas de maior faixa etária e que já se encontravam integradas no mercado de trabalho, em função de grandes transformações no campo da produção econômica, da expansão dos centros urbanos, do desenvolvimento das grandes burocracias estatais e privadas, etc. Tudo leva a crer que o ensino superior assumiu, nesse momento, maior visibilidade para determinados setores das camadas médias urbanas, mais desprovidas de capital econômico e/ou de capital cultural [...]. Essa demanda foi absorvida, em parte, por uma relativa expansão do ensino público e, em maior escala, pelo setor privado, que apresentou um acentuado crescimento nessa época. (MARTINS, 2000, p. 46)

Mesmo na contemporaneidade, nas primeiras décadas do século XXI, nas palavras de Stiglitz (2002, cf. MOROSINI, 2005, p. 320), prêmio Nobel de Economia (2001),

[...] a internacionalização, reflete tensões entre a educação como bem público e a educação como serviço [...] Neste contexto, a configuração de um espaço educacional latino-americano fortifica a perspectiva da educação como bem público e confere peso ao bloco dos países em desenvolvimento nas negociações onde a perspectiva da "educação como serviço comercial" leva a uma globalização perversa...

CAPÍTULO II – BRAGANÇA PAULISTA NA RELAÇÃO COM A TRAJETÓRIA DAS FACULDADES FRANCISCANAS

Bragança Paulista é um município localizado no interior do estado de São Paulo, com uma população em torno de 160.000 habitantes. Como outras cidades, sua origem está relacionada a religião católica: um povoado que começa a se constituir ao redor da capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1763. Em 1856, torna-se cidade e no ano de 1944, o município passa a denominar-se Bragança Paulista (SOUZA, 2016).

A localização geográfica de Bragança garantiu-lhe uma posição estratégica, como entreposto comercial: encontra-se próxima a duas grandes regiões metropolitanas do estado – São Paulo (85,7 km) e Campinas (65,6 km) – e ainda conta com a confluência de três grandes rodovias – a Dom Pedro I (SP-065), a Fernão Dias (SP-MG) e a Dutra (SP-RJ).



Figura 5: Localização geográfica do município de Bragança Paulista
Fonte: *Google Maps*, 2 fev. 2017.

Como outros municípios, Bragança, no século XIX, tem sua economia baseada no comércio de milho, farinha de milho, toucinho, feijão, arroz, algodão de rama e aguardente. A partir de 1836 até 1940 destaca-se a produção cafeeira.

Na década de 1950, de acordo com o Censo, a população de Bragança era composta por 51.623 habitantes, dos quais 66% residia na zona rural. Nesse período, desenvolve-se na região a produção oleira (telhas, blocos, tijolos). É também nesse período que Bragança recebe imigrantes japoneses, que contribuíram para o avanço do cultivo de batatas e hortifrutigranjeiros e, conseqüentemente, para o aumento das atividades comerciais (CADERNOS DO IFAN, 1998; CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 1998).

Ainda na década de 1950, Bragança tinha uma área educacional composta de 2 internatos (1 masculino e outro feminino), 80 unidades de ensino primário fundamental comum, 5 unidades de grau secundário, 1 industrial, 3 comerciais, 2 artísticos, 2 pedagógicos e 12 outros, e ainda, 10 bibliotecas locais. Apesar dessas instituições educacionais, aponta-se que somente 23% da população acima de 5 anos sabia ler e escrever (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

É na década de 1960, especificamente no ano de 1967, que ocorre a criação do Fundação Municipal de Ensino Superior (FESB) e, logo após, do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (IESRB), no ano de 1969, cujos cursos constituíram, posteriormente, as Faculdades Franciscanas e, em 1985, a Universidade São Francisco (USF).

Tanto a criação da Fundação Municipal quanto a do Instituto acontecem no rastro da reforma do ensino implementada pelas Leis 5.539 e 5.540. Uma das conseqüências dessas leis foi o rápido crescimento de instituições privadas de ensino superior no país, sobretudo na região sudeste. Estas, com frequência naquele contexto, receberam críticas relativas à qualidade do ensino que ofertavam.

Com a fundação dos cursos do IESRB as proximidades do Lago do Taboão, que até então eram pouco movimentadas, passam por um adensamento populacional e acréscimo no tráfego de veículos (BERNADI NETO, 1998). Assoma-se a esse fato, a elevação à condição de estância climática do município, com a Lei estadual 8.389/64.

Na mesma época, constrói-se a pista do lado direito do Lago do Taboão, principal entrada da região sul da cidade, a qual deu acesso à rodovia Fernão Dias. A trama urbana na área se ampliou significativamente e as Faculdades Franciscanas, em 1976, contavam com 21 cursos, contribuindo também para o aumento da população do entorno. Além das mudanças ocorridas na zona sul da cidade, especialmente no bairro do Taboão, a instalação de uma

instituição de ensino superior passa a ser responsável pelo emprego significativo de mão de obra local.

Quando as Faculdades foram elevadas a Universidade, em 1985, a região na qual se localizavam seus prédios havia se transformado significativamente. Essa área da cidade acolhia sobretudo as moradias de antigos ferroviários aposentados. Na grande maioria, as casas eram modestas. Com a abertura dos cursos de graduação, a população local passa a ser composta significativamente por estudantes das faculdades. Em decorrência, o perfil dos moradores e das habitações tendeu a se modificar. Algumas destas passaram por reformas, outras foram demolidas e substituídas por novas casas. No esteio dessas modificações, a especulação imobiliária na região cresceu, surgiram novos bairros nas proximidades e os aluguéis ficaram mais caros.

A cidade, que até a década de 1970 vivia praticamente da produção agrícola e de sua venda, no bojo do crescimento econômico brasileiro gerado pela industrialização, para além de receber a instalação de indústrias, contou com o desenvolvimento de atividades que serviram de suprimento para o crescimento imobiliário de São Paulo. Segundo Moreira, Arendit e Mattos (1997):

Até os anos 60, Bragança Paulista teve na agricultura o seu sustentáculo econômico, com produções que marcaram ciclos básicos na história municipal, tais como o café e batata. A partir dos anos 70 – quando ocorreu a implantação do primeiro distrito industrial bragantino – desencadeou-se um processo de diversificação da economia que, refletindo-se nas estatísticas, determinou nos [...] quinze anos [seguintes] a maior representatividade do setor secundário e a confirmação, no município, da tendência a terceirização característica dos anos 90. [Contudo] de 1970 para 1980, o número de estabelecimentos bragantinos no ramo da agropecuária decresceu de 2.555 para 1.530. (COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS LEGISLATURA, 1996, p. 6)

Nessa década tem-se a interiorização crescente da indústria no estado de São Paulo. Mas o município de Bragança Paulista cresceu à deriva de investimentos substanciais em energia e infraestrutura, conforme aponta o Plano Diretor de 1966 (ISHIZU, 2009). Sua população urbana aumentou a despeito de qualquer avanço qualitativo dos equipamentos urbanos e da adequação dos serviços públicos. Essas palavras parecem retratar um processo de exclusão e descaso para com parcela significativa de seus moradores.

Na década de 1970 havia uma aposta, quase que generalizada no país, indicando que o processo de industrialização seria uma forma de eliminar os problemas sociais, porque geraria

empregos. O chamado ‘milagre econômico’ não garantiu para a economia de Bragança Paulista condições necessárias para um avanço econômico significativo.

Nos periódicos locais da época, em diferentes artigos, encontramos reclamações contra a falta de iniciativa para garantir medidas destinadas a receber de 15 a 20 indústrias, com manifestação formal de interesse de instalação no município. Destas apenas uma estava em funcionamento e outras 3 ou 4 em processo de construção. Ainda, por entre as páginas desses periódicos, circulavam críticas à falta de formação especializada da mão de obra local, cobrando iniciativas na área educacional para minimizar o problema.

Percebemos pouca alteração ao analisarmos dados da década de 1980. Contudo, o êxodo rural intensificara-se e a cidade crescera desordenadamente. Na época, a zona urbana de Bragança contava com 62.421 habitantes, e 21.284 viviam na zona rural, o que representou um percentual de elevação de 88% até 1991. A mão de obra estava assim dividida: 6.146 na indústria e 2.669 no comércio (COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONOMICOS LEGISLATURA, 1996; MOREIRA, ARENDIT, MATTOS, 1997).

Na segunda metade da década de 1980 percebe-se uma elevação no ramo de serviços, tanto que em 1985 existiam 6.076 moradores trabalhando na indústria, 2.669 no comércio e 4.939 em serviços; já em 1993, o número de trabalhadores na área de serviços supera o da área industrial. Porém, supomos que o trabalho informal também fosse elevado em Bragança.

Na década de 1980, ao menos em Bragança, a mão de obra que não encontrava emprego nas atividades tipicamente urbanas, durante os períodos de crise, encontrava trabalho nas atividades agropecuárias e dessa forma seguiu durante a década de 1990 (CADERNOS DO IFAN, 1998). No entanto, segundo dados de 2016, observamos que no município a população urbana é de 97% e a rural é de apenas 3% (SEADE, 2016).

Essas questões acerca do impacto da industrialização, com foco no capital e não no sujeito, tinham franca relação com Bragança Paulista. Na década de 1990 o município é apontado como a pior economia da região, com um IDHM de 0,553 (IBGE – Censo Demográfico, 1991), trazendo na sua história a usurpação da infância de diversas crianças, pela exploração do trabalho infantil. A pesquisa acadêmica e a investigação socioeconômica

[...] escancaram o que a todo custo a pregação liberal do mercado triunfante quer ocultar e nos fazer esquecer: que a injustiça e o trabalho infantil continuam sendo produto da concentração capitalista da riqueza, que a vida das crianças oleiras não se passa nas bolsas de valores e nos bancos privados que o dinheiro público socorre, que a falência ética politicamente responsabilizável das políticas sociais nos estimula, a nós, mulheres e homens brasileiros e bragantinos, a exercitar nossa cidadania de forma mais crítica e

criativa, se quisermos deixar uma sociedade menos iníqua a nossos filhos. [...] (MOREIRA, 1998, p. 5)

Outro aspecto do município a ser ressaltado, entre as décadas de 1970 e 1980, era a saúde. Pesquisa realizada em Bragança e publicada em 1973 constatou que os níveis de contaminação em algumas áreas da cidade eram elevadíssimos. O primeiro caso foi do bairro do Cruzeiro, onde 81,4% dos moradores eram portadores de enteroparasitos, 36,7% apresentavam infecções por protozoários e 79,9% por helmintos. Outro bairro analisado foi o Matadouro: entre os moradores, 60,30% eram portadores de enteroparasitos, 38,7%, de protozoários e 54,1%, de helmintos, dentre outras doenças e outros bairros computados (PEREZ, ARTIGAS, LOLLO, 1973).

Além disso, as taxas de natalidade e mortalidade locais eram preocupantes. Em fins de 1980 e no início da década de 1990 se registra uma taxa de mortalidade superior à de natalidade. Esta, no município, era de 22,82%; a taxa de natimortalidade era 12,73%, a de mortalidade geral, 7,88% e a de mortalidade infantil, 29,70, dados levantados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, que colocavam o município em uma péssima posição na área da saúde no *ranking* estadual (COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS LEGISLATURA, 1996)

Por volta de 1975, tínhamos em Bragança que “mais de 40% das mortes de crianças de 0 a 4 anos foram consequência de desidratação, doença diretamente relacionada à falta de cuidados básicos de higiene e nutrição” (JORNAL DE BRAGANÇA, 10/5/75, n. 3.746, p. 1), concluindo-se que o município, entre as décadas de 1970 a 1980, convivia com problemas sociais preocupantes.

2.1. O Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina e a criação das Faculdades Franciscanas

O IESRB foi criado no auge da Ditadura Militar, em 1967, e era o mantenedor das Faculdades de Bragança Paulista (SOUZA, 2012). Entretanto, até o encerramento desta pesquisa, poucas foram as informações e documentos encontrados sobre o Instituto. Em compensação, nas fontes periódicas locais localizamos uma série de notas sobre a situação do curso de Medicina do IESRB, que antecederam a intervenção do MEC na instituição:

ESTUDANTES VÃO AO MEC

Tudo começou em dezembro último quando estudantes bastantes descontentes com várias irregularidades constatadas no funcionamento da Faculdade apesar das altas mensalidades cobradas. Entre essas irregularidades denunciadas por estudantes estão o baixo nível do ensino, ineficiência do corpo docente, falta de aulas práticas, na ocasião o Hospital Escola não tinha nem sido ainda construído [...] Estas dificuldades entre outras, principalmente a falta de estágios em hospital para alunos já no quarto ano de Medicina, foram as causas da assembleia que realizaram no mês de dezembro e que levou a denunciar a Faculdade às autoridades Federais na área da Educação Superior. (BRAGANÇA JORNAL, 3/5/75, n. 3.744, p. 12)

Frente às tensões entre os estudantes e a direção do IESRB, as manifestações de descontentamento e denúncias divulgadas, o MEC decidiu agir, como registra a notícia abaixo:

INTERVENÇÃO

Imediatamente após denúncia e tomada de conhecimentos da situação reinante na Faculdade o MEC nomeou Comissão de Inquérito que esteve em visita à Faculdade averiguando as irregularidades. Agora, o ministro Ney Braga acaba de nomear interventor numa demonstração que a Comissão achou razões nas denúncias dos estudantes e comprovando a situação que exige a ação da intervenção federal na faculdade considerada a mais cara do Brasil. (BRAGANÇA JORNAL, 3/5/75, n. 3.744, p. 12)

Na mesma página da notícia anterior, tem-se o desfecho da intervenção:

MEC nomeia interventor na Faculdade de Medicina

Passando ao segundo capítulo da fiscalização de irregularidade no funcionamento da Faculdade Bandeirante de Medicina, o Ministério de Educação e Cultura, através do Ministro Ney Braga, nomeou o professor Juarez de Queiroz Campos, da Universidade de São Paulo, como interventor na escola com a missão de funcionar como Diretor “Pró Tempore” até que a “casa esteja em ordem”. O primeiro passo na fiscalização de irregularidades denunciadas pelos estudantes da Faculdade ao MEC, foi a instauração de Inquérito Administrativo, este o primeiro capítulo da história. (BRAGANÇA JORNAL, 3/5/75, n. 3.744, p. 12)

Pelas informações acima, observamos que severas críticas e denúncias foram feitas contra a Faculdade Bandeirante de Medicina mantida pelo IESRB. Mesmo assim, diante de uma possível intervenção federal, a direção do Instituto buscou alternativas para driblar ou dificultar tal ação ministerial:

DIREÇÃO DA FACULDADE TRABALHA

A direção da Faculdade de Medicina procurou impedir a concretização da intervenção federal na Escola através de duas medidas principais. Procurou construir e inaugurar em tempo *record* um Hospital Escola que atendesse as necessidades de seus alunos, e entrou com recurso junto ao Ministério da Educação, contrariando parecer do Conselho Federal de Educação, CFE, que pedia intervenção, mostrando que a maior exigência dos alunos era o Hospital e ela estava cumprida. Todavia tal recurso não veio a ser considerado e foi decretada e consolidada a intervenção. Agora resta esperar para ver como vão ficar as coisas. (BRAGANÇA JORNAL, 3/5/75, n. 3.744, p. 12)

Para evitar a intervenção, até mesmo a construção foi realizada em tempo recorde, mas o CFE não arrefeceu. O *Bragança Journal*, em nota publicada, faz referências ao jornal *O Estado de São Paulo*, que estaria dando maior amplitude e divulgação ao caso:

FACULDADE

Ultimamente a Faculdade de Medicina de Bragança, e num aspecto mais amplo o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, vem sendo alvo de publicações no jornal “O Estado de São Paulo”, onde são denunciadas várias irregularidades. Naturalmente que é preciso muito bom senso também para que se compreenda até que ponto há verdades e até que ponto há inverdades. É fato que as faculdades de Bragança têm uma contribuição muito grande para o desenvolvimento da Nossa Cidade e nossa esperança é que tudo seja resolvido a contento para que tanto a cidade quanto estudantes possam prosseguir recebendo os feitos positivos da iniciativa cultural que representa o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina. Se há erros, esperamos as correções. Todavia difamações exageradas não conduzem a nada. (BRAGANÇA JORNAL, 1º/11/75, n. 3.796, p. 4)

A notícia acima sinaliza as tensões e disputas que extrapolavam os muros do IESRB e os próprios limites do município, mas pontua o reconhecimento das contribuições que uma instituição de ensino superior trouxe à cidade, embora tal contribuição necessariamente não precisaria se dar através do Instituto. Para além da formação de mão de obra especializada, a presença de um curso superior de medicina em uma região que se destacava pela carência e atraso na área, era algo a ser defendido, porque pressupunha a abertura de um hospital universitário.

Como afirmamos anteriormente, poucos dados foram encontrados na pesquisa sobre o IESRB, mas esta notícia, veiculada em outubro de 1975, relata a comemoração dos 10 anos do Instituto, que aconteceu poucos meses antes dele passar para a manutenção da Casa de Nossa Senhora da Paz:

**Instituto de Ensino Superior da Região Bragança
memora 10 anos de atividades: Homenagens p**

Dia 30 último o Instituto de Ensino Superior da Região Bragançina, ao qual estão subordinadas diversas Faculdades, entre as quais a de Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia e outras, comemorou a passagem de seu 10.º aniversário de fundação, criado que foi pelo educador Dr. Miguel João Cocicov, seu atual Diretor Administrativo, em 1965. O funcionamento da primeira Faculdade — a de Direito — deu-se em 1967.

Com a presença de altas autoridades locais e representantes dos mais diversos setores de atividades, foi celebrada missa por Mons. Leão Mendes Ferreira, às 20 horas; após, uma sessão solene foi levada a efeito, sob a presidência do Dr. Miguel Cocicov e Dra. Hercília Laura Ferrari Cocicov (Presidente da instituição) ocasião em que diplomas e medalhas comemorativas do acontecimento foram entregues a 169 personalidades desta cidade e da região, num ato público de grande relevância e significado.

Falando na oportunidade o Dr. Rubens Siqueira Reis Leme ressaltou aspectos da grande empreitada encetada pelo Dr. Miguel e demais companheiros de equipe dizendo que "então temerária semente lançada no passado e que hoje surge como uma realidade incontestável em 10 anos de profícuas atividades e labor". Também falou o edil Gaspar Camargo, do município de Atibaia, elogiando a iniciativa da criação do IESRB.

Foram entregues cartões de prata a Dra. Hercília Cocicov, pelo Dr. Domingos Nascimento e ao Dr. Miguel pela srta. Hélen Bentley, homenageando-se, assim, aqueles dirigentes da instituição de ensino superior da região bragançina. Antigos funcionários do IESRB também receberam diplomas e medalhas comemorativas, homenageados pelo Instituto, pelas suas participações completando o rol dos homenageados pelo Instituto, pelas suas participações.

Dr. Nestor Saulus Fraga
CRM 18268

Ex-médico residente do Hospital das Clínicas de São Paulo em doenças na pele, cabelos e unhas. Membro titular da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Especialista em queda de cabelos, peeling, depilação definitiva, microvárices e alergia.

OBS.: — Está atendendo nesta cidade aos sábados, das 8 às 14 horas, à rua Dr. Cândido Rodrigues, 26.

Fabrica de L
e Decorações Bra

Executa encomenda de armários e móveis, batentes, gaveteiros, calceira e sapateiro, etc.

Móveis de formica e gabinete para cozinha, etc.

RUA CEL TEOFILO LEME, 762 — F
— BRAGANÇA PAU

Deputado propõe
10 0/0 no salário

Empregados urbanos ou rurais, que não receberam seus salários até o dia estabelecido na legislação própria terão direito a multa de 10 por cento.

Figura 6: Matéria do *Bragança Jornal*, publicada em 1º/10/1975, p. 4
Fonte: Arquivo do *Bragança Jornal Diário*.

Na notícia temos a informação de que o Instituto comemorava dez anos, logo, sua fundação teria ocorrido em 1965, mas no transcorrer da pesquisa nos deparamos com a informação de que ele teria sido fundado em 1969; por falta de documentos, não tivemos condições de precisar a data. Pensamos que talvez essa comemoração possa ter sido organizada estrategicamente para tentar amenizar os ânimos. Destacamos que na notícia Miguel Cocicov foi apresentado como fundador, diretor administrativo e educador do IESRB e a médica Hercília Laura Ferrari Cocicov, sua esposa, como presidente do Instituto. Nessa mesma notícia de 1975 se deu ênfase à presença de 169 autoridades da região, sugerindo que a instituição gozava de respeitabilidade e prestígio.

Mas ao que tudo indica, essa comemoração não foi suficiente para impedir que o IESRB passasse para a manutenção dos Franciscanos.

Frei Caetano, na revista *Vida Franciscana*, da Província Franciscana (2010, p. 118), faz referência à "tarefa sumamente difícil e espinhosa" de frei Fábio Panini: dar destino ao

patrimônio da Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana. Foi o próprio frei Fábio que, em carta datada de 13 de fevereiro de 1976, apresentou ao Provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, frei Antônio Alexandre Nader, a “[...] oferta de transferência, para a Província, do INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO BRAGANTINA, prestes a ser reconhecido como Universidade”.

Na carta, frei Fábio apresenta o IESRB nos seguintes termos:

[...]

1.2. O referido Instituto, atualmente, é de propriedade de uma pessoa física, que o MEC não considera como de suficiente idoneidade moral para atuar no setor educacional, e por isso deverá ser afastado, por determinação superior, caso não seja encontrada outra solução no setor privado e por iniciativa do próprio proprietário do dito Instituto.

1.3. Já estão adiantadas as tratativas, no sentido de o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina ser assumido por outra pessoa física, de reconhecida idoneidade moral, a qual terá o respaldo econômico-financeiro de um grupo de Bancos de São Paulo; as tratativas estão sendo conduzidas em alto nível, com a interveniência ‘indireta’ do MEC.

1.4. A este esquema de substituição do atual proprietário do Instituto por um outro particular, consociado a um grupo de Bancos, o MEC e o CNSS daria preferência à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, à qual o MEC e o CNSS daria completa cobertura e apoio.

Ao se ler com atenção o assunto de que tratava tal carta, é possível flagrar a franca conexão de frei Fábio Panini, da iniciativa que defendia – o investimento franciscano no ensino superior –, com as ideias preconizadas pelo CFE, à luz da LDB/68 para as associações, fundações e faculdades isoladas que havia no país naquele momento.

Essa carta também nos dá a conhecer a intencionalidade do Ministério da Educação (1976, p. 1) e possíveis interesses econômicos envolvidos na questão, dos quais destacamos três aspectos. O primeiro, a partir do item 1.2, no qual se esclarece que o MEC tem dúvidas sobre a idoneidade da pessoa que era proprietária do IESRB, o que explicaria o interesse ministerial de buscar uma alternativa para a situação que fugia de seu controle. O segundo aspecto, identificado no item 1.3, de que havia outra pessoa “[...] de reconhecida idoneidade moral, a qual terá o respaldo econômico-financeiro de um grupo de Bancos de São Paulo [...]” para investir no Instituto. Até o término desta pesquisa, não conseguimos identificar o nome nem encontrar outras referências da existência dessa pessoa e do grupo de Bancos em outros documentos, logo, esta questão ficará em aberto, para futuras pesquisas. O terceiro aspecto se reporta ao item 1.4, à constatação de que, na mesma carta, frei Fábio salienta a “interveniência ‘indireta’ do MEC”, e no item seguinte esclarece que (1976, p. 1):

1.5. O Instituto referido compreende tôdas as áreas do ensino superior, devidamente instaladas, em normal funcionamento, contando, hoje, com cêrca de 12.500 alunos matriculados, nas diversas Faculdades e cursos de ensino superior. (p. 1)

Frei Fábio, no item “3. VIABILIDADE ECONÔMICA POR PARTE DA PROVÍNCIA” (1976, p. 3), teceu também as seguintes considerações, em forma de conclusão:

3.4. A proposta do MEC, portanto, viria, simultaneamente, possibilitar à Província resolver da melhor forma o problema que constitui a Casa de Nossa Senhora da Paz:

- em vez de continuar em movimentar o patrimonio da Casa de N.S. da Paz atraves de outras atividades comerciais (operação de um Hotel, empreendimentos imobiliários na Barra, etc.), tôda [sic] êste patrimonio seria canalizado para uma atividade educacional, de incalculável repercussão pastoral e evangelizadora, dando, inclusive sentido ao passado da Casa de N.S. da Paz, em termos.

Na Carta de Frei Fábio Panini ao Ministro Provincial, Frei Antônio A. Nader (13/2/1976), ficou registrado o encontro de interesses na transação dos cursos mantidos pelo IESRB: por um lado, o Ministério da Educação e Cultura procurava resolver problemas do Instituto e, por outro, a Província Franciscana encerrava a questão da diversidade de investimentos da Casa de Nossa Senhora da Paz, que

[...] foi aumentando consideravelmente o patrimônio. Com isso, o desafio de empreendimentos mais arrojados. Nos começos de 1965, nasce o projeto do “Center Hotel”, construção na Avenida Rio Branco, chão dos mais valorizados do então Estado da Guanabara e do Brasil. O edifício, de 22 andares, abrigaria lojas e sobrelojas, 154 apartamentos, salão de restaurante, salão de esta, American Bar, 22 conjuntos de escritórios com entradas e elevadores separados, e serviços de hotel de primeira categoria. As rendas competentes à Casa Nossa Senhora da Paz ofereceriam fundos para a sua manutenção, aplicação a outros empreendimentos e à evangelização. [...] Esse foi o plano inicial que, independente da vontade do planejador, enveredou por outros caminhos. (PFICB, 1979, p. 214)

Além do mais, a carta nos permite supor que frei Fábio sabia que, ao propor que a Casa de Nossa Senhora da Paz assumisse a manutenção do IESRB, os franciscanos estariam assumindo um projeto educacional vocacionado para a ampliação de ofertas de cursos do ensino superior, que exigiria o aumento de investimentos financeiros numa região do interior do estado de São Paulo marcada pela precariedade nas áreas da educação e saúde. Talvez a destinação do IESRB para os franciscanos pelo poder público federal possa ter tido como um dos motes esse aspecto da região bragantina ou a inexistência efetiva de qualquer interesse pela empreitada por parte

do setor privado. Esta é mais outra questão que ficará em aberto, como uma provocação para pesquisas futuras.

Mais adiante, em um parecer do Centro de Estudos de Administração Eclesiástica entregue à Província Franciscana, datado de 12 de março de 1976, localizamos a seguinte afirmação em sua primeira página: “O Instituto mantém em Bragança Paulista 13 cursos; em Itatiba 8 cursos; e em São Paulo as Faculdades Integradas Santo Antônio e o Colégio Claretiano” (PARECER, 1976, p. 1). Tais informações dão ênfase às potencialidades do investimento sugerido aos franciscanos.

No dia 1º de maio de 1976 os franciscanos, através da CNSP-ASF, assumem a manutenção das Faculdades e cursos superiores antes mantidos pelo IESRB. É a criação das Faculdades Franciscanas, que assumem os cursos do Instituto anterior, sob inspiração da problematização do modelo econômico da época, ao acolher e divulgar o material impresso da Campanha da Fraternidade daquele ano, nos seguintes termos:

As relações e processos educativos tradicionais da família são, hoje, significativamente afetados pelo impacto de nosso modelo de sociedade industrial. As condições de trabalho e transporte, os salários baixos, os riscos de desemprego, geram uma dispersão na família [... o que] resulta [na] precária [...] educação dos filhos. Por causa disso, nosso modelo de sociedade agrava o problema do menor abandonado, da mendicância, da prostituição e da violência, especialmente juvenil [...]. A estruturação individualista e competitiva de nossa sociedade leva à busca do saber, da técnica e da educação, como formas de obter status, lucro e poder. A motivação dominante é o desejo de privilégio, sem a devida consciência de sua responsabilidade social. (CAMPANHA DA FRATERNIDADE, 1982, p. 3-4)

O IESRB tinha à sua frente, como proprietário, Miguel João Cocicov, segundo as Crônicas da Fraternidade São Francisco de Assis¹³, da Residência dos Franciscanos na cidade de Bragança Paulista (p. 1): “[...] ensinam à Província assumir as Faculdades do citado Instituto, atualmente propriedade do Sr. Miguel João Cocicov”. Mas, foi no Parecer 75/85 do CFE, na página 11, que encontramos referências mais detalhadas de:

Miguel João Cocicov: Oficial reformado da Polícia Militar de São Paulo, é ex-presidente do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, hoje denominado Instituto Santo Antônio, do qual é, atualmente, advogado e procurador-geral. (fls. 796)

¹³ A residência dos franciscanos é chamada “Fraternidade”. Segundo os *Estatutos Particulares* da Província Franciscana, as Crônicas é um documento da Fraternidade no qual são registrados os principais acontecimentos nela ocorridos na Fraternidade e destacadas algumas atividades pessoais dos frades (cf. art. 19, §3).

Chama a atenção que sua formação e experiência profissionais eram distantes da área da educação. Contudo, em curto período de tempo, ele fundou o IESRB e, tão logo se retirou dessa instituição que acolhia mais de doze mil alunos, direcionou seus esforços e investimentos à OSEC, uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1968¹⁴, na Região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano)¹⁵. Como relata o Parecer 75/85 do CFE (p. 2), no dia 10 de dezembro de 1984 aconteceu a assinatura de um contrato de transferência, gestão, administração e outras avenças da OSEC ao Instituto Santo Antônio (ISA) (Parecer 75/85, do CFE, p. 2).

Transcorridos nove anos, no Parecer 75/1985 do CFE acerca do *Inquerito administrativo sobre irregularidades*, referente à Organização Santamarense de Educação e Cultura (OSEC), em sua página 2, localizamos as seguintes informações:

2. A OSEC é uma sociedade civil sem fins lucrativos, instituída em 1968, com objetivos educacionais, culturais, assistenciais e filantrópicos, mantendo, para o atingimento desses objetivos, instituições de ensino superior, um hospital-escola, uma clínica odontológica e outros serviços.

Nesse mesmo Parecer 75/85 do CFE deparamo-nos com a seguinte informação sobre o vínculo que existia entre Miguel João Cocicov e o IESRB:

Em junho começaram a aparecer nos jornais notícias a respeito da venda das Faculdades de Medicina e de Odontologia ao ISA, o que provocou um clima de insatisfação e mesmo de revolta no campus da OSEC, devido às ligações entre o ISA e o Sr. Miguel João Cocicov, conhecido nos meios educacionais pelos escândalos que envolveram, há alguns anos, quando presidido pelo Sr. Cocicov, o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, antiga denominação do atual Instituto Santo Antônio (fls. 63), e às acusações contra a idoneidade do Sr. Chafic Jábali. (fls. 2, 15, 459, 461, 465)

As considerações presentes no Parecer 75/85 do CFE sugerem que uma pequena parcela do ensino superior privado no estado de São Paulo, naquele contexto, talvez acolhesse práticas questionáveis, o que nos provoca a supor que o crescimento e a disseminação desse modelo de ensino no país, naquela época, só foi possível porque algumas instituições de ensino superior, que não deveriam ter fins lucrativos, garantissem um rápido retorno financeiro àqueles que se

¹⁴ Observar a proximidade temporal com a fundação da FESB e do IESRB.

¹⁵ Região que experimentou um surto industrial entre fins da década de 1950 a 1960, no enalço das políticas econômicas de Juscelino Kubitschek. A região se voltou principalmente para a indústria automobilística, de peças automotivas e ferramentaria. Sua população em grande parte era composta por pessoas carentes de formação profissional, assim como a população do país.

dispunham a investir nelas, consubstanciando-se num setor da economia bastante atrativo dada a sua lucratividade.

No período, tem-se a grande entrada de empresários no ensino superior, em particular vindos do então ensino de 1º e 2º graus, bem como a emergência de novas associações e entidades destinadas a salvaguardar os interesses destes novos empreendimentos

[...] a CONFENEN, a ABRUC, a ANUP, o COGEIME e, especialmente, a ABMES organizaram-se e articularam este novo mercado com base em seus interesses institucionais (de natureza privada). No entanto, vale destacar a resistência dos movimentos político-educacionais à orientação privatista do Estado Brasileiro. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 179, nota de rodapé 2)

2.2. As Faculdades Franciscanas na Região Bragantina

Na página de abertura das *Crônicas da Fraternidade São Francisco de Assis* (residência dos franciscanos em Bragança Paulista) temos a narrativa acerca da chegada dos franciscanos no município:

Este livro tem 200 folhas
 cada de 2 pg. em numeradas de 1 a 200
 e servirá para nele escrever
 a Crônica desta Casa:
 Residência Franciscana
 de
 Bragança - Paulista - S. P.

Foi iniciada em 1976 -
 - uns meses depois da chegada
 dos Franciscanos -
 da Província da Imaculada Conceição
 do Brasil
 para assumir a responsabilidade
 pelas Faculdades Integradas
 de Bragatina!

Figura 7: Página de abertura das crônicas da Fraternidade São Francisco
 Fonte: Biblioteca da residência dos franciscanos em Bragança Paulista.

Nas Crônicas registra-se que o motivo do estabelecimento dos franciscanos em Bragança Paulista foi “assumir a responsabilidade pelas Faculdades Integradas de Bragatina”. Na sequência, as Crônicas continuam a narrar a “epopeia”:

No memorável Definitório de 12 a 15 de março de 1976, na Casa Nossa Senhora da Paz, RJ, teve início a imensa ‘epopeia’ – Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, SP, conforme constava de carta-apresentação, proposto por Frei Fábio Panini, de 13/2/76 [...]. (1976, p. 1)

Contudo, é necessário referir-se a duas definições conceituais acerca da tradição dos franciscanos: Capítulo e Definitório. O *Dicionário Franciscano* (1993), à página 78, define o que vem a ser um Capítulo:

Logo depois do nascimento de sua Ordem, os Frades Menores sentiram que se tornava impossível a frequência inicial dos encontros fraternos, surgindo a necessidade de normas organizacionais mais precisas e mais articuladas e com datas precisas. O encontro fraterno se transformou em verdadeiro e próprio Capítulo da fraternidade. Isto aconteceu por volta de 1212, quando ‘Francisco determinou que se celebrasse o Capítulo duas vezes por ano: em Pentecostes e na festa de São Miguel, em setembro’. (Legenda dos Três Companheiros¹⁶, 57)

Depois acrescenta: “No Capítulo Geral de 1939 a autoridade do Capítulo adquire maior autoridade em contraposição com a autoridade do Ministro Geral” (CEFEPAL, 1993, p. 83). As atuais Constituições Gerais da Ordem dos Frades Menores, no título II: “Las autoridades de la Orden y los oficios en general”, tem em seu primeiro artigo, de número 173: “La autoridad suprema de la Orden reside en el Capítulo general, la de la Provincia en el Capítulo provincial y la de la Custodia en el Capítulo de la misma [...]”

E acerca da definição de “Definitório”, as Constituições Gerais afirmam:

El Definitorio provincial, en cuanto entidad colegial, debe proceder según la norma del derecho; pero como consejo del Ministro provincial, su cometido es prestarle ayuda y, a tenor del derecho común y del propio, consejo o consentimiento (art. 223).

Tais artigos deixam claro que, seguindo a tradição da Ordem dos Frades Menores, o papel de autoridade é do Capítulo e o Definitório assume um papel de conselho do Ministro Provincial. A partir dos elementos expostos, retomamos nossas questões iniciais e lhes damos maior envergadura:

- Como aconteceu o processo de transferência de mantenedora dos cursos superiores mantidos pelo então IESRB à Província da Imaculada Conceição do Brasil?

¹⁶ Legenda dos Três Companheiros é um documento biográfico sobre São Francisco de Assis.

- Diante da envergadura da proposta e, conseqüentes deliberações administrativas, não caberia tal decisão ao Capítulo da Província Franciscana?

Na revista *Vida Franciscana* da Província Franciscana, de dezembro de 2010, encontra-se o necrológico de frei Fábio Panini, do qual extraímos o depoimento de frei Caetano Ferrari sobre os primeiros frades que chegaram a Bragança Paulista: “Está dito dessa forma que compusemos a primeira Fraternidade que deu início em Bragança Paulista, no princípio de 1976: Fr. Fábio, Fr. Constâncio e Fr. Caetano” (2010, p. 118). Na seqüência, frei Caetano testemunha:

Fr. Fábio recebera uma tarefa sumamente difícil e espinhosa: dar uma destinação pastoralmente plausível e honrosa para o conjunto da obra patrimonial amealhada por Fr. Leovigildo Balestieri (+1979), de saudosa memória, mas sem objetividade pastoral e que levava por nome: Casa Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, sediada em Ipanema, Rio de Janeiro. (2010, p. 118)

Em um impresso (1951, p. 3) da Casa de Nossa Senhora da Paz, Ação Social Franciscana, localizamos a apresentação, objetivo e organização da entidade:

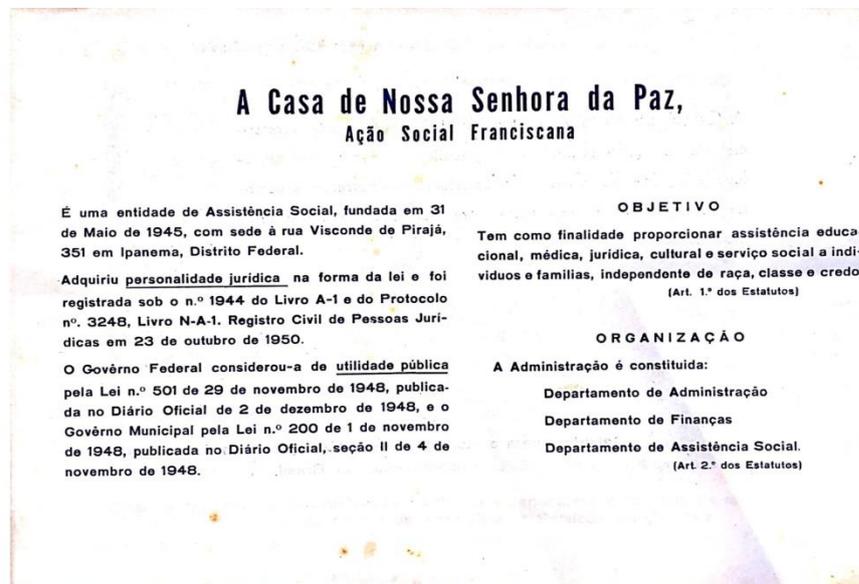


Figura 8: Impresso da Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, p. 1
Fonte: Arquivo da Sede da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

No periódico *Semeando*, da Pastoral Universitária, de abril/maio de 1996, na edição especial comemorativa de 10 anos da Universidade São Francisco encontra-se uma entrevista

concedida por frei Caetano Ferrari (1996, p. 6), um dos primeiros frades a assumir os trabalhos nas Faculdades Franciscanas, em 1976, descrevendo a situação das Faculdades quando assumidas pelos franciscanos, por meio da CNSP-ASF:

[...] a instituição passava por um descrédito muito grande, junto ao MEC e junto também à população bragantina, tanto é que a Faculdade de Medicina estava sob intervenção. Havia, portanto, uma crise interna muito grande. O MEC (Ministério da Educação e Cultura), que estava buscando uma solução para o caso, nos procurou e nos encontrou acidentalmente na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Fomos consultados e então despertou um interesse da nossa parte pelas Faculdades. Isto aconteceu no de 1975.

Atentamos ao fato de que frei Caetano faz referência a contatos iniciais em 1975, contudo, a carta de frei Fábio ao Provincial é datada de 13 de fevereiro de 1976, na qual fica evidente o caráter de urgência da proposta. Em seu penúltimo parágrafo (1976, p. 3), lê-se que “[e]m resumo, é esta a oferta que nos é feita, e sobre a qual é necessário um estudo urgente, para uma resposta que seria também muito urgente, sob pena de perdemos a oportunidade [...]”.

2.3. O Ministro da Educação e Cultura Ney Braga e os franciscanos

Ney Aminthas de Barros Braga nasceu em Lapa, PR, no ano de 1917. Dedicou-se à carreira militar e política. Entre 1952 e 1954, foi Chefe de Polícia do Estado do Paraná. Em 1954 foi eleito prefeito de Curitiba. No ano de 1958, pelo Partido Democrata Cristão, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Em 1960, é eleito governador do Paraná. No ano de 1965 é convidado para o Ministério da Agricultura do presidente Castelo Branco. No ano seguinte, 1966, é eleito senador pela ARENA, sendo nomeado, em 1974, Ministro da Educação e Cultura:

Em 1974 foi convocado pelo presidente Geisel para compor seu ministério, sendo destinado a Pasta da Educação e Cultura. Voltaria fortalecido a se destacar por medidas inovadoras. Instituiu o Crédito Educativo, o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, o Conselho Nacional de Direitos Autorais, a Política Nacional de Educação Física e Desporto, o Programa Nacional de Pós-Graduação; criou o Concine, a Funarte, enfim, iniciativas modernizantes e objetivas.

Na publicação *Franciscanos na Educação* (1985), da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, organizado por frei Clarêncio Neotti, do Setor de Pastoral – Departamento de Colégios e Faculdades da Província Franciscana (1985), encontra-se o texto

intitulado “O INSTITUTO DOS MENINOS CANTORES DE PETRÓPOLIS” (1985, p. 1s.), assinado por frei José Luiz Prim. Nesse documento constata-se que os franciscanos mantinham relação próxima com o, então, Ministro de Educação e Cultura, Ney Braga:

O ano de 1974 foi decisivo na História do Instituto. O Ministro Ney Braga, por duas vezes consecutivas, escutou o Coral dos ‘Canarinhos’. Grande amigo da cultura e da Música, amigo dos Frades que trabalhavam em Curitiba nos tempos áureos da Congregação Mariana, principalmente de Frei Fidélis Vering, o Ministro encantou-se com o canto dos ‘Canarinhos’, e prometeu dar apoio aos projetos do Instituto [...]. (1985, p. 14)

O relato de frei José Luiz Prim ainda dá conta que, após viagem do coral dos “Canarinhos” pela Europa (com apoio de Ney Braga), os franciscanos dirigem-se a Brasília para pleitear junto ao Ministro a construção de uma sede própria para o Instituto dos Meninos Cantores de Petrópolis:

Quando [o Ministro Ney Braga] soube que a parte artística do Instituto estava estreitamente vinculada ao setor do ensino de 1º grau, exclamou: “Então tenho uma solução. Vou encaminhar seu pedido ao FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação”. Realmente, foi através desse órgão do MEC, que foram liberadas as verbas para a construção do ‘Bloco A’, que perfaz a metade da ala para o Ensino da Música. (1985, p. 16)

Na sequência, frei José Luiz Prim relata homenagem prestada ao Ministro:

No dia 25 de fevereiro de 1984, finalmente o Instituto pode prestar a seu maior amigo, o ex-Ministro Ney Braga, as justas e merecidas homenagens. Comparecendo à nova Sede, que ele mesmo possibilitou construir, descerrou uma placa e retrato alusivos à sua pessoa, na grande sala de ensaios e atual auditório, que levará perpetuamente seu nome. (1985, p. 20)

Nas fontes documentais citadas abaixo percebe-se como a transferência de mantenedora das Faculdades e dos cursos superiores do IESRB para a CNSP-ASF foi tramitada em curto espaço de tempo. A narrativa de frei José Luiz Prim sobre o “INSTITUTO DOS MENINOS CANTORES DE PETRÓPOLIS” (FRANCISCANOS NA EDUCAÇÃO, 1985, p. 1s) relata a relação existente entre os frades e o Ministro da Educação e Cultura Ney Braga. Assim, levantamos a possibilidade da influência dessa relação para a celeridade dos processos de mudança de mantenedora das faculdades e cursos superiores do IESRB para a CNSP-ASF.

Praticamente um mês após a carta de frei Fábio ao Provincial, de 13 de fevereiro de 1976, em 14 de março, é realizada a assembleia geral da CNSP-ASF:

Às quinze horas do dia quatorze do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, no local de sua Sede Social, na Cidade do Rio de Janeiro, à Rua Visconde de Pirajá, 351, Ipanema [...] Assim composta a Mesa Diretora da Assembléia, esclarecendo que o assunto em pauta era o constante da carta de convocação por todos recebida, a saber: deliberar sobre a aceitação da transferência, para a Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, do complexo de cursos de ensino superior, ora mantidos pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina. (1976, p. 1)

A ata da assembleia geral da CNSP-ASF relata que a presidência dessa reunião foi exercida por frei Antônio Alexandre Nader, o Ministro Provincial da Província Franciscana. Ele, após explicitar que a CNSP-ASF seria responsável pela administração das Faculdades e dos cursos e a Província Franciscana assumiria a orientação pedagógica e educacional, elencou o “Tricentenário da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil” (1976, p. 1) e “a passagem dos 750 anos da morte do Seráfico Pai São Francisco de Assis” (1976, p. 1), para concluir, segundo a ata: “[...] somente tem significado com o objetivo de engajar os cerca de 10.000 jovens matriculados nos diversos cursos daquele Instituto na tarefa comum de construir a Paz pela prática do Bem” (1976, p. 2).

Piccolo refere-se a esse fato, nos seguintes termos:

Em abril de 1977, sob novos Estatutos da Casa Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, serviço suado de Frei Fábio Panini, o Definitório da Província nomeou Frei Policarpo Berri Presidente da entidade, em substituição a Frei Leovigildo. Em maio desse mesmo ano, ocorreu a transação do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina para a Província. E foi a Casa Nossa Senhora da Paz que, com seu acervo patrimonial, viabilizou essa realização. (PFICB, 1979, p. 214)

Nota-se que Piccolo faz menção ao ano de 1977. Tal informação pode ser corrigida com o Termo de Compromisso apresentado abaixo, datado de 31 de março de 1976 – no mesmo mês e ano em que a assembleia da CNSP-ASF aprovou sua transferência da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Bragança Paulista:

COMPROMISSO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS, COM CLAUSULA SUSPENSIVA, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO COMPROMITENTE CEDENTE, INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO BRAGANTINA, E, DE OUTRO, COMO COMPROMITENTE CESSIONÁRIA, CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ-AÇÃO SOCIL FRANCISCANA [...]. (1976, p. 1)

As condições enunciadas para a Casa de Nossa Senhora da Paz são expostas a partir da página 3:

- 2.3. os imóveis constituídos pelos apartamentos de nºs: 81 e 91 do Edifício Brasul, sito na Cidade de Itatiba, Estado de São Paulo;
- 2.4. os móveis e utensílios existentes nos prédios acima referidos;



CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES:

1. O presente Compromisso fica condicionado à autorização, por parte das competentes autoridades públicas, da cessão e transferência ora compromissada, em especial do Conselho Federal de Educação, no que concerne às Faculdades e Cursos de Ensino Superior.
2. Na data do parecer favorável de autorização da mudança de / mantenedora, o presente Compromisso assumirá a natureza de contrato definitivo de cessão e transferência, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se as partes ao seu fiel cumprimento, por si, seus herdeiros e sucessores.
3. No prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do parecer favorável do Conselho Federal de Educação, obrigam-se as partes a firmar Escritura Pública competente de cessão e transferência dos bens e direitos objeto do presente Compromisso.
4. Pela transferência e cessão dos direitos de propriedade dos bens imóveis, móveis, semoventes, instalações escolares e / dos direitos a que se refere o item 2º, caput, da Clausula / Primeira, a CESSIONÁRIA dará em permuta à CEDENTE o imóvel / constituído pelo terreno designado como "Gleba A", do P.A. / nº 24.166, sito na Cidade do Rio de Janeiro, à Rua Barão de Oliveira Castro, s/n., bairro de Jardim Botânico, com 251.000 m2., objeto da transcrição nº e, ainda, a importância, em moeda corrente nacional, de Cr\$ 5.000.000,00/ (cinco milhões de cruzeiros).
5. Obriga-se a CESSIONÁRIA a conceder 5 (cinco) Bolsas de Estudo em qualquer dos Cursos Superiores, objeto do presente instrumento, às pessoas indicadas pela CEDENTE, desde que devidamente habilitadas ao ingresso em curso de grau superior, / nos termos da pertinente legislação.

Figura 9: Documento firmado entre o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (cedente) e a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana (cessionária), p. 3
Fonte: Arquivo da sede da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

6. O CEDENTE assume a responsabilidade do ônus de quaisquer obrigações, civis, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ou de qualquer outra natureza, até a data de 30 de abril de 1976, quando será outorgada a posse à Cessionária na manutenção do complexo de Faculdades e Cursos de Grau Superior, desde que verificada a autorização do Conselho Federal de Educação, a que se refere a 1ª desta cláusula, vigindo dessa data a responsabilidade pelos ônus e obrigações acima mencionados.
7. Obriga-se a CESSIONARIA a respeitar o contrato de trabalho por prazo determinado do Diretor de Itatiba, bem como a intangibilidade de que se revestem as intervenções do Ministério de Educação e Cultura, em cursos superiores, em especial no Curso de Medicina, atualmente sob intervenção.
8. Como INTERVENIENTE, assina o presente a PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL, que responderá pela administração e orientação didático-pedagógica das Faculdades e Cursos de Grau Superior, objeto do presente Compromisso.

E por estarem, assim, ajustadas e contratadas, as partes firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma de direito, ratificando a irrevocabilidade e irrevogabilidade do presente instrumento, ressalvado o efeito suspensivo do item 1º da Cláusula Segunda, elegendo o fôro da Cidade de São Paulo, fôro Central, para a solução de eventuais lides judiciais, decorrentes do presente Compromisso.

São Paulo, 31 de Março de 1976

Miguel José Bocini
Compromitente Cedente - Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina.

Sebastião Pereira
Compromitente Cessionária - Casa de Nossa Senhora da Paz - Ação Social Franciscana.

Sebastião Pereira
Interveniente - Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

Testemunha

Testemunha

Figura 10: Documento firmado entre o Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina (cedente) e a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana (cessionária), p. 4
Fonte: Arquivo da seda da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

Verifica-se que nesse termo de COMPROMISSO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS [...] (1976), número 4, aparece uma alusão a valores empenhados pela CNSP-ASF:

4. Pela transferência e cessão dos direitos de propriedade dos bens imóveis, móveis, semoventes, instalações escolares e / dos direitos a que se refere o ítem 2º, caput, da Clausula / Primeira, a CESSIONÁRIA dará em permuta à CEDENTE o imóvel / constituído pelo terreno designado como “Gleba A”, do P.A. / nº 24.166, sio na Cidade do Rio de Janeiro, à Rua Barão de Oliveira Castro, s/n., bairro do Jardim Botânico, com 251.000 m2., objeto da transcrição nº....., e, ainda, a importância, em moeda corrente nacional, de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). (p. 3)

No documento Pedido de Mudança de Mantenedora de Faculdades e Cursos de Grau Superior da Província Franciscana, datado de 4 de abril de 1976, destinado ao CFE, assinado pelo Ministro Provincial da Província Franciscana, frei Antônio Alexandre Nader, por Serafino Panini (nome civil de frei Fábio Panini), pela CNSP-ASF, e por Miguel João Cocicov, da parte do IESRB, é solicitado:

[...] AUTORIZAR A TRANSFERÊNCIA DA MANUTENÇÃO do complexo de Faculdades e Cursos de Grau Superior ora mantidos pelo INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO BRAGANTINA e em funcionamento nas Cidades de Bragança Paulista, Itatiba e São Paulo, para a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA [...]. (p. 1)

Nesse Pedido, os franciscanos apresentam as “RAZÕES DO PEDIDO”, destacando:

1.3 – O objetivo, portanto, que as Suplicantes conscientemente se propõem, é o de servir aos cerca de dez mil jovens ora matriculados e aos que no futuro venham a matricula-se nos diversos Cursos do I.E.S.R.B., em ordem a capacitá-los, da melhor forma possível, humana e profissionalmente, a darem o melhor de suas potencialidades pessoais na tarefa comum de CONSTRUIR A PAZ da Nação Brasileira e, por ela, da Comunidade das Nações, pela PRÁTICA INDIVIDUAL e COMUNITÁRIA DO BEM. (1976, p. 2)

Consta também no item 2: “ATIVIDADES EDUCACIONAIS E CULTURAIS DA PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL” o “PROGRAMA DE AÇÃO” (1976, p. 6), no qual os franciscanos arrolam os problemas do IESRB:

2.16 – As Suplicantes têm conhecimento dos problemas que afligem a comunidade estudantil matriculada nos Cursos de Grau Superior ora mantidos

pelo I.E.S.R.B. – Daí ser o primeiro cuidado das Suplicantes restituir àquela comunidade estudantil a necessária paz, procurando restabelecer a ordem, pela fiel observância das normas e diretrizes que regem o ensino superior em nosso País.

2.17 – Concomitantemente, empenhar-se-ão as Suplicantes, sempre de comum acordo com os competentes Órgãos do Ministério da Educação e Cultura, a buscar meios e condições pertinentes, para aprimoramento dos níveis de ensino a que se destina aquele complexo educacional. Tudo – vale repeti-lo – no maior respeito, não só à intangibilidade de que reveste a presença do MEC em cursos superiores, em especial no Curso de Medicina, atualmente sob intervenção, mas também dos direitos quer do Corpo Docente quer do Corpo Discente, e dos demais funcionários que ali servem.

Em matéria publicada no *Bragança Jornal*, do dia 8 de outubro de 1975, destacam-se duas dificuldades das Faculdades do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina: questões legais frente ao Ministério da Educação e Cultura e questões referentes à administração das Faculdades, bem como do próprio IESRB. Para solucionar, os franciscanos propõem, como dito acima, “aprimoramento dos níveis de ensino a que se destina aquele complexo educacional”.

No impresso sobre os “Franciscanos da Educação”, do Departamento de Colégios e Faculdades da Província Franciscana, ao relatar sobre as Faculdades Franciscanas, são apresentados alguns dados acerca do “aprimoramento dos níveis de ensino”, principalmente o assessoramento da Delegacia Regional de Ensino Superior do MEC/SP e da Secretaria do Ensino Superior. A estratégia foi traçada a partir da adequação regimental e curricular de todos os cursos, o reconhecimento pelo MEC apenas dos cursos autorizados, a criação de um conselho de diretores e o processo de unificação do regimento interno, que passou a vigorar em 1981 (PFICB, 1985, p. 12).

O Pedido de dez páginas apresenta ainda o tópico “CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANÇEIRA”, no qual caracteriza-se o cenário financeiro precário do IESRB. Na última página do documento que solicita ao CFE a mudança de manutenção dos cursos superiores do IESRB para a CNSP-ASF, os franciscanos assumem a responsabilidade de alterar a situação destinando bens e pessoas habilitadas para o ensino superior:

[...] a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, na condição de nova MANTENEDORA das Faculdades e Cursos de Grau Superior ora mantidos por aquele Instituto, e a PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL – à qual a nova Mantenedora está jurisdicionalmente subordinada – na condição de ADMINISTRADORA E ORIENTADORA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL dos mesmos Cursos, destinando, para tanto, o suficiente contingente de bens e de pessoas devidamente habilitadas. (1976, p. 10)

Ressaltamos que os franciscanos, ao se responsabilizarem por garantir a destinação de “pessoas devidamente habilitadas”, sinalizam que existiria um número de pessoas não habilitadas atuando no IESRB, como aparece nas Crônicas da casa dos franciscanos em Bragança Paulista: “Em hipótese alguma, algum elemento do antigo dono deveria exercer cargo de confiança no Instituto [...]” (1976, p. 4). Por outro lado, nos permitem supor que, naquele período, ante o rápido crescimento das instituições de ensino superior privadas no país, tal realidade talvez fosse comum para muitas das instituições que foram criadas na época.

Apenas três dias após a data do *Pedido* da Província Franciscana de solicitação de troca de mantenedora, dirigido ao CFE, portanto, em 7 de abril de 1976, é emanado o *Parecer 1.169/76*, composto do Relatório, do Voto do Relator e da Conclusão da Câmara e, por fim, da:

IV – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação reunido em Sessão Plena, nesta data, acolhendo o Processo n. 1.454/76, originário da Câmara de Ensino Superior, 3º Grupo, deliberou por unanimidade, aprovar: 1) o pedido de transferência das unidades de Ensino mantidas pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, com sede em Bragança – SP., para a propriedade da Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, com a orientação administrativa, didático-pedagógica e educacional da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil; 2) os estabelecimentos que passam à responsabilidade da nova entidade mantenedora são os relacionados no Anexo do Parecer e se situam em Bragança Paulista, Itatiba e São Paulo – Capital, uns já reconhecidos, outros autorizados e alguns com pedidos de aprovação em andamento no MEC e no CFE.

As faculdades e cursos aparecem descritos no *Parecer n° 1.169/79* (p. 3), que aprovou a troca de mantenedora:

Na cidade de Bragança Paulista:

- Faculdades de Direito, de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas e Atuariais, de Medicina, de Odontologia, de Filosofia, Ciências e Letras, de Ciências Agropecuárias (em aprovação pelo MEC);
- Cursos: Direito, Estágio de Direito-OAB, Administração, Economia, Ciências Contábeis, Odontologia, Medicina, Pedagogia, Ciências Biológicas. Em processo de aprovação pelo MEC, os cursos: Agronomia, Zootecnia, Engenharia Florestal, Nutrição e Economia Doméstica.

Na cidade de Itatiba:

- Faculdades de Engenharia Industrial e Civil e de Filosofia, Ciências e Letras;
- Cursos: Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Letras, Estudos Sociais, Problemas Brasileiros, Ciências (matemática), Psicologia Clínica e Psicologia Educacional.

Na cidade de São Paulo:

- Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Educação e de Ciências Jurídicas, Contábeis e Administrativas;
- Cursos: Administração, Ciências Contábeis, Letras, Estudos Sociais, Pedagogia, Ciências e Serviço Social. Em processo de aprovação pelo MEC: Comércio Exterior, Arquitetura e Urbanismo, Formação de Professores, Psicologia Clínica e Psicologia Educacional.

A rapidez do parecer (transcorridos apenas 3 dias desde o *Pedido*) emitido pelo CFE sugere também o interesse na resolução da questão e permite-nos supor que tratativas preliminares tenham subsidiado a elaboração desse documento apresentado pelos franciscanos ao CFE, de tal forma que não foi solicitada nenhuma alteração ou esclarecimento no *Parecer 1.169/76*, de 7 de abril de 1976, cujo relator foi José Barreto Filho.

Conforme consta em ata, no dia 27 de abril de 1976, às 10 horas, é realizada uma Assembleia Geral Extraordinária do IESRB, na cidade de São Paulo, sob convocação da Diretora-Presidente em exercício, doutora Hercília Laura Ferrari Cocicov (médica e esposa do Miguel João Cocicov), cujo assunto pautado no item “A” foi:

A – imitar a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ-AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA na posse dos direitos de manutenção dos cursos superiores do IESRB, e tratar de outros assuntos inerentes à transferência de direitos e obrigações dos bens móveis e imóveis – conforme entendimentos entre mantenedoras. (1976, p. 1)

A ata registra a presença do “DR. MIGUEL JOÃO COCICOV, benemérito e incansável idealizador e principal fundador do I.E.S.R.B.” – a quem coube presidir a dita assembleia –, e cita também a presença dos freis Leovigildo Balestieri (ex-Diretor-Presidente da CNSP-ASF), Fábio Panini (Diretor-Presidente da CNSP-ASF), Caetano Ferrari (Vice-Presidente da CNSP-ASF) e Basílio Prim (Vice-Provincial da Província Franciscana). Na página 2, encontramos a seguinte narrativa:

[...] A seguir, o Presidente da Assembléia, DR. MIGUEL JOÃO COCICOV, propos que a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ-AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA fosse, por ato e deliberação da própria Assembléia, solenemente imitada na Posse plena dos direitos de manutenção das Faculdades e Cursos de Grau Superior, bem como dos de ensino médio, até esta data mantidos pelo I.E.S.R.B., com exceção do Colégio Claretiano e da Escola Maternal Pindorama, assumindo a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ-AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA as respectivas obrigações decorrentes dos direitos que lhe foram cedidos e transferidos. E a Assembléia Geral, por unanimidade, aprovou a proposta do sr. Presidente, ficando, assim, a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ-AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, para todos os fins e efeitos de direito, como nova

Mantenedora, imitada na posse plena dos direitos de manutenção dos mencionadas Faculdades e Cursos de Grau Superior e de ensino médio, até esta data mantidos pelos Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina [...]. (1976, p. 2)

Na sequência, o relato descreve que o sr. Miguel João Cocicov foi constituído procurador, “com amplos e plenos poderes” para:

[...] em nome do INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO BRAGANTINA, transferir, para a nova Mantenedora, CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ-AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, o domínio e posse dos bens patrimoniais, i. é, bens imóveis-móveis, semoventes e direitos, de propriedade do INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO BRAGANTINA [...] e tudo o mais praticar que se faça necessário para o fiel cumprimento do mandato que ora lhe é outorgado, dando o INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO BRAGANTINA tudo por bom, firme e valioso.

Encontra-se nas “Comunicações”, periódico mensal interno da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, um texto datado de 2 de maio de 1976, que tem por título:

COMUNICAÇÃO DO DEFINITÓRIO À PROVÍNCIA sobre a TRANSFERÊNCIA para a CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ-AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, com a administração e orientação didático-pedagógica e educacional da PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL, do complexo de Faculdades e Cursos de Grau Superior mantidos pelo Instituto de ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO BRAGANTINA. (p. 28)

Tal fonte documental faz apresentação do IESRB e das faculdades que integram suas unidades em São Paulo, Bragança Paulista e Itatiba. Descreve como ocorreu o processo de transferência e, conseqüentemente, a forma jurídica utilizada nesse processo, isto é, a troca de mantenedora das faculdades e cursos. Apresenta a compensação econômico-financeira e, no último item, a “COMUNICAÇÃO DO DEFINITÓRIO À PROVÍNCIA”, registra:

5.9 – O objetivo, que entre outros, nos levou a tomar tão histórica decisão, é o servir, como Franciscanos, na faixa de educação aos cerca de 10.000 jovens ora matriculados e aos que no futuro venham a matricular-se nas Faculdades a nós confiadas, em ordem a capacitá-los, da melhor forma possível, humana e profissionalmente, a darem o melhor de suas potencialidades pessoais na tarefa comum de CONSTRUIR A PAZ PELA PRÁTICA INDIVIDUAL E COMUNITÁRIA DO BEM.

Chama a atenção nesse *Comunicado do Definitório* à Província a ausência da descrição dos valores monetários envolvidos na efetivação da troca de mantenedora. Apenas pontua que na “[...] transação econômico-financeira não entrou qualquer parcela do patrimônio da Província [...]” (1976, p. 30) e ressalta que:

2.5 – A partir do dia 1º de 1976, os representantes da CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ e da PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL assumirem o efetivo exercício dos poderes de mando, que cabem:
- à CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ, como nova Mantenedora das ditas Faculdades e Cursos, e como nova proprietária dos bens imóveis, móveis e semoventes; [...]. (1976, p. 30)

Fica igualmente evidente que a decisão de levar a cabo a negociação para a transferência de manutenção das faculdades e cursos superiores mantidos pelo IESRB para a CNSP-ASF foi tomada pelo Provincial da Província Franciscana, frei Antonio A. Nader, conjuntamente com seu conselho, o Definitório, conforme consta na página 3 das Crônicas da residência dos franciscanos em Bragança Paulista:

Acertou-se a procedura da seguinte forma: 1º Carta da Casa Nossa Senhora da Paz, solicitando permissão em relação à obra; 2º Resposta do Definitório, aprovando o caso da obra; 3º Ata da Assembléia autorizando Padre Provincial a realizar e concretizar a obra [...] Por decisão unânime do Definitório, estava aprovado um novo e gigantesco campo de ação. Eram doze horas. Dia 15 de março de 1976, segunda feira, da segunda Semana da Quaresma.

Destacamos que a adjetivação da empreitada “um novo e gigantesco campo de ação” sugere que os frades franciscanos assumiam a presença no Ensino Superior através da CNSP-ASF, mantenedora dos cursos superiores das Faculdades Franciscanas, movidos pela “oportunidade única para consolidar todo complexo de atividades educacionais”, pelo desejo de criar uma “UNIVERSIDADE FRANCISCANA” e ainda:

5.3 – Muito influiu, igualmente, na decisão do Definitório, a perspectiva de reconhecimento dos nossos estudos filosóficos-teológicos mediante a agregação do Instituto Filosófico-Teológico de Petrópolis à nossa futura UNIVERSIDADE, o que seria possível sem maiores mudanças da atual situação e localização dos nossos estudos superiores, bem como abrir horizontes mais vastos de trabalho a ser oferecido às novas gerações franciscanas. (COMUNICAÇÃO DO DEFINITÓRIO À PROVÍNCIA, 1976, p. 31)

Aqui mobilizamos as memórias de frei Caetano Ferrari, atualmente bispo na cidade de Bauru, no periódico *Vida Franciscana*:

Dos três primeiros Frades de Bragança Paulista a irmã morte levou Fr. Constâncio Nogara (2002), o segundo em idade, contrariando a ordem natural das coisas. Fr. Fábio, o primeiro em idade, foi depois do Frei Constâncio [...] Mas estávamos convencidos de que essa loucura de assumir as referidas Faculdades se devia a dois motivos. Quanto ao primeiro, um simples detalhe. O Ministro provincial encontrava-se afastado temporariamente para tratamento de problemas coronários. E o Vice governava com o Definitório. Isso a nosso ver devia ter facilitado. Era nossa convicção. Quanto ao segundo, era de natureza pessoal e carismática. Explico: não fosse o carisma de Frei Fábio, esse negócio nunca teria acontecido. Não só Fr. Constâncio e eu, mas a grande maioria dos Frades, penso até que todos, concordam que nenhum outro Frade senão Frei Fábio Panini seria capaz de tornar possível um tão complicado negócio, especialmente para quem não é do mundo dos negócios. Nenhum outro Frade seria capaz de convencer o Definitório quanto à finalidade pastoral e social do projeto e quanto à possibilidade legal e econômica de viabilizar o negócio. Constâncio e eu dizíamos: só mesmo Frei Fábio [...]. (PFICB, 2010, p. 118)

As memórias de frei Caetano explicitam um fato novo. Acima citamos uma carta de frei Fábio Panini ao Provincial, frei Antonio Alexandre Nader. Frei Caetano, em seu testemunho, indica que frei Nader afastou-se do governo da Província Franciscana por motivos de saúde, assumindo o governo o vice-provincial, frei Basílio Prim – a ele faz referência a ata da Assembleia Geral do IESRB, também acima citada.

Contudo, voltemos às Crônicas da Residência dos Franciscanos, que registra o seguinte (1976, p. 5):

Comunicações à Província: não adiantaria esconder o temor que o governo da Província sentiu frente à gigantesca obra do IESRB. Ainda mais que os confrades da Província seriam tomados de surpresa. Era preciso partir para um amplo e completo esclarecimento. Elaborou-se um comunicado do Definitório à Província [...]

Trata-se do documento acima mencionado. Fica evidente que a decisão referente à “gigantesca obra do IESRB” foi discutida e assumida pelo “governo da Província”, ou seja, o Provincial e seu conselho. Continuam as Crônicas (1976, p. 5-6):

[...] A maior oportunidade para esclarecimentos ficaria para o Capítulo de novembro de 76. Toda a oportunidade que o Capítulo Provincial de novembro de 1976 ofereceu para amplos esclarecimentos, sugestões e tomadas de posição, encontra-se mais adiante.

O Capítulo Provincial ocorreu entre os dias 17 e 25 de novembro de 1976 e aprovou o seguinte texto concernente às transações ocorridas em Bragança Paulista:

II. Ouvidos os relatórios das pessoas mais diretamente envolvidas em toda a transação de Bragança Paulista e da Casa Nossa Senhora da Paz, respondidas as perguntas feitas pelo Plenário, esclarecidos os pontos obscuros, vistas as grandes possibilidades oferecidas, consideradas as bases sobre as quais se funda nosso atual empreendimento, sem minimizar ou ignorar as grandes dificuldades escondidas no futuro, conscientizados do quanto ainda será pedido à Província em matéria de pessoas, de planejamentos, de constante vigilância, de reservas econômicas, de aconselhamentos necessários, os representantes da Província, reunidos em Capítulo Provincial, foram convidados a tomar sua posição:

1. aprovar em termos os passos dados pelo governo da Província até o presente momento;
2. acompanhar com interesse e em espírito de co-responsabilidade o futuro desenvolvimento da implantação da Universidade de São Francisco de Assis;
3. dar seu apoio pessoal, quando para isso solicitados, para ajudar mais diretamente a consecução dos objetivos visados pela Província;
4. coparticipar das presentes tribulações em espírito de penitência coletiva, pelos erros conscientes ou inconscientes cometidos pela Província, como entidade que assumiu o bem das almas;
5. unir-se em campanha de orações, para que a força de Deus supra as deficiências e as limitações de nossos recursos humanos e materiais, tão presentes na nossa presença histórica;
6. diante da dura experiência que estamos vivendo, pedir aos confrades que ainda administram entidades independentes da Província, quanto antes as integrem no sistema administrativo da mesma;
7. comprometer-se a voltar, não obstante os acontecimentos, a um serviço de coração sincero, dentro do espírito desapegado de São Francisco, o qual torna de um sentido profundamente vivencial, seu convite que é lema nestes 750 anos de sua morte: Irmãos, vamos começar.

Resultado: 47 vogais aprovaram este texto; 5 vogais não aprovaram o texto; 5 vogais votaram em branco; *Aprovado o texto.*

Figura 11: Moção: o Capítulo Provincial se manifesta a respeito de Bragança Paulista
Fonte: *Vida Franciscana*, jul. 1977, p. 97.

A moção aprovada pelo Capítulo, acerca da “transação de Bragança Paulista e da Casa Nossa Senhora da Paz”, registra apenas que: 47 vogais (frades presentes no Capítulo, com direito a voto) aprovaram, 5 não aprovaram e outros 5 votaram em branco. Contudo, não registra as discussões ocorridas, bem como não registra o nome dos frades vogais votantes.

Mobilizamos alguns rastros encontrados em fontes documentais alusivas às Faculdades Franciscanas, na tentativa de abordar a atuação dos franciscanos no Ensino Superior brasileiro, em particular nas Faculdades Franciscanas, no período de 1970-1980.

Na publicação *Franciscanos na Educação*, do Setor de Pastoral – Departamento de Colégios e Faculdades da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, do ano de 1985, encontramos diversos relatos da atuação dos franciscanos na Educação, desde colégios até os cursos superiores.

Nessa publicação encontra-se um capítulo intitulado: “FACULDADES FRANCISCANAS (em processo de reconhecimento como) UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO”. Logo em sua página 2, encontramos a seguinte afirmativa:

Diferenciam-se as Faculdades Franciscanas das demais Instituições de Educação da Província quanto às circunstâncias históricas de sua origem e de seu crescimento orgânico. Em verdade, as Instituições de Educação formal de 1º, 2º e 3º graus, anteriores ao aparecimento das Faculdades Franciscanas, nasceram e se desenvolveram de forma orgânica, ainda que não de todo pacífica, através de longos anos de história: surgiram à maneira de pequenas sementes lançadas ao solo, que se desenvolveram em frondosas árvores. Diversa foi a origem das Faculdades Franciscanas, que se instalaram como tais já como árvore crescida e de grande porte, embora acometida de grave doença e ameaçada de morte. Pelo vigor da nova seiva que a realimentou, a seiva franciscana, esta frondosa árvore restabeleceu-se e apresenta-se hoje bela e forte, com nova cor, oferecendo aos que sob ela se abrigam, frutos com novo sabor. (1985, p. 2)

A leitura do impresso *Franciscanos na Educação* sugere que as atividades educacionais da Província Franciscana (Colégio Santo Antônio de Blumenau/SC, Colégio Franciscano Diocesano – Lajes/SC, Colégio Bom Jesus – Curitiba/PR, Instituto dos Meninos Cantores de Petrópolis/RJ, Colégio Santo Antônio do Pari – São Paulo/SP) estavam concentradas na educação de 1º e 2º graus e que tais atividades têm sua origem na atuação de algum frade franciscano.

O movimento para constituição das Faculdades Franciscanas diferencia-se, uma vez que acontece na relação entre o governo (Provincial e Definidores) da Província e o Ministério da Educação. Dessa forma, tem-se a impressão de que as tensões, disputas e, talvez, possíveis conflitos de avaliação internos à própria ordem franciscana relativos à aquisição das faculdades do IESRB exigem contínua evocação de uma memória heróica e salvadora da empreitada assumida. É como se ressoassem ao fundo alguns resmungos descontentes que colocassem em dúvida se tal empreitada era mesmo de natureza franciscana.

Depois, o impresso sobre as Faculdades Franciscanas tem um tópico intitulado “CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS QUE ORIGINARAM AS FACULDADES FRANCISCANAS”, com enfoque nas premissas da Província Franciscana:

Em 1975, a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil celebrava o Tricentenário de sua Fundação como Unidade Jurisdicional autônoma, da Ordem dos Frades Menores, também conhecida como Ordem Franciscana ou Ordem dos Franciscanos. Em 1975, instalara-se também, no mundo inteiro, o ANO FRANCISCANO, comemorativo dos 750 Anos da Morte de São Francisco de Assis, fundador da Ordem Franciscana. (PFICB, 1985, p. 3)

Frei Caetano Ferrari, um daqueles primeiros frades que compunham a equipe administrativa inicial das Faculdades Franciscanas, acrescenta:

[...] Entendíamos que assumir esse conjunto de faculdades estaria dentro dessa atividade que já vinha sendo desenvolvida, para consolidar e fortalecer a presença franciscana no mundo da cultura e da educação, já que estas áreas são estratégicas de evangelização. Se não estivermos presentes, outras ideologias estarão ocupando esses importantes espaços dentro da sociedade. (SEMEANDO, 1996, p. 6)

No impresso *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985), apresenta-se novamente um “encontro de interesses”: de um lado o Ministério da Educação e Cultura para solucionar os problemas das “Faculdades de Bragança Paulista” e, de outro, a Província Franciscana buscando reorientar as atividades da Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana:

Isto acontecia no momento em que a Província também submetia à criteriosa reorientação as atividades de uma das Instituições de Educação e Assistência a ela filiada, a Casa de N. Sra. da Paz – Ação Soc. Franciscana, no Bairro de Ipanema, o mais desenvolvido da cidade do Rio de Janeiro, e que, por isso mesmo, já não mais carecia dos serviços de educação e assistência prestados há mais de 25 anos, quando aquele bairro ainda se caracterizava como periferia e carente. (1985, p. 4)

O impresso *Franciscanos na Educação* (1985) traz a situação dos cursos superiores do IESRB: 8 cursos autorizados e 13 sem condições de obter o reconhecimento:

A situação de alguns era de peculiar gravidade. Por exemplo: o Curso de Medicina, além de não reconhecido, está sob Intervenção Federal; os 7 (sete) Cursos de São Paulo (Administração, C. Contábeis, Estudos Sociais, Letras, Pedagogia, Ciências e Serviço Social) encontravam-se sob ameaça de intervenção; idem os Cursos de Engenharia Civil e Mecânica, que, além do

mais, já contava com 5 turmas de alunos com seus estudos já completados, sem poderem obter o diploma a que tinham direito. (FRANCISCANOS NA EDUCAÇÃO, 1985, p. 10)

Narra ainda que o processo de “restauração”, conforme citado anteriormente, contou com apoio e auxílio da “Delegacia Regional de Ensino Superior do MEC/SP” (1985, p. 9) e passou por uma “Adequação regimental e curricular” (1985, p. 9), “[r]econhecimento dos Cursos apenas autorizados” (1985, p. 10), “criação de um Conselho de Diretores” (1985, p. 11) e, finalmente, um *Regimento Unificado das Faculdades Franciscanas*, aprovado pelo Parecer 103/81, de 28 de janeiro de 1981, do CFE, nos seguintes termos:

Com base no Regimento Unificado aprovado e reformado pelos Pareceres supra referidos, a experiência administrativa de funcionamento foi se consolidando, e alcançou um reconhecido grau de maturidade, comprovando, assim, condições satisfatórias de chegar a UNIVERSIDADE. (PFICB, 1985, p. 12)

O periódico *Vida Franciscana* (PFICB, 2010) refere-se a frei Fábio Panini com as seguintes palavras: “Aí vem o estrategista. Primeiro passo: integrar as faculdades. Então, nasceram as Faculdades Franciscanas. Segundo passo: transformá-las em Universidade” (PFICB, 2010, p. 120). É digno de nota que nesse momento são frequentes as referências ao nome de frei Fábio Panini, cuja imagem é construída, paulatinamente, como o estrategista, aquele que articula e conecta as demandas da Ordem, da Província, das Faculdades Franciscanas e do MEC.

Nessa perspectiva, o projeto franciscano para unificar e consolidar as Faculdades Franciscanas foi o primeiro passo, para depois transformá-las na Universidade São Francisco, conforme narra frei Caetano Ferrari no necrológio de frei Fábio Panini:

Os problemas eram grandes, mas o trio escolhido não deixava por menos. A cada dia que passava nos convencíamos de que sairíamos vencedores, provando nosso valor e assim íamos nós nos apaixonando pela causa da educação. Desse embate com tão grande desafio e dessa reflexão simples, fraterna e apaixonante amadureceu o projeto “Educação para a Paz”, que Frei Fábio, como escriba do grupo, pôs no papel, e que orientou nossa ação educacional e evangelizadora à frente da que se tornou, dez anos depois, a Universidade São Francisco (USF). (PFICB, 2010, p. 119)

CAPÍTULO III – POSSÍVEIS CONEXÕES ENTRE A TRAJETÓRIA DAS FACULDADES FRANCISCANAS E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Neste III capítulo focalizamos o *Projeto Sócio-Educacional para a Paz* (1979) das Faculdades Franciscanas, porque este documento orientou as iniciativas implementadas pelos franciscanos na educação superior, após o período no qual se deu a passagem dos cursos e faculdades do IESRB para a manutenção da Casa Nossa Senhora da Paz. Entretanto, optamos por focalizar tal documento em sua versão impressa, localizada na obra *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985) para podermos contextualizá-lo com outros documentos relativos à presença e trajetória dos franciscanos na área da educação.

Ao privilegiarmos tal procedimento tivemos por intuito rastreamos e, se possível, flagrarmos as ideias que inspiraram e mobilizaram os franciscanos quando assumiram mais uma frente de ação: a do ensino superior, tal opção metodológica ensejou um olhar sensível para a materialidade da fonte (do *Projeto*) em relação ao contexto de sua produção e ao seu conteúdo, bem como as intencionalidades e possíveis tensões que ensejaram sua inserção e publicação futuras no impresso *Faculdades Franciscanas* (PFICB, 1985). Sendo assim, algumas questões nos mobilizaram na pesquisa e análise do impresso *Franciscanos na Educação* (1985): O que teria motivado a publicação desse impresso? Qual teria sido o mote de sua origem, organização e publicação? Qual seria o público leitor ao qual se destinava? Haveria uma intenção de mediar e contemporizar posições distintas no interior da própria Ordem acerca da presença dos franciscanos na educação?

Frente a esta opção, este capítulo ganhou o seguinte contorno: num primeiro momento apresentamos alguns aspectos da teologia da libertação, à luz do contexto sociocultural daquela década, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, considerando-se a complexidade do mesmo, com o objetivo de, na sequência, promover conexões com a nossa análise e compreensão do *Projeto Sócio-Educacional para a Paz* (1979), sobretudo em sua versão impressa no ano de 1985.

3.1. A teologia da libertação

Gonçalves, ao tratar da reflexão teológica mobilizada pós-Concílio Vaticano II, afirma:

Especial atenção merece a teologia da libertação latino-americana, cuja obra fundamental que referenda a sua origem é a “Teologia de la liberación” do peruano Gustavo Gutiérrez. Nessa obra, constata-se que as teologias do desenvolvimento e do progresso são presentes nas formas europeias de produção teológica respondem às questões concretas referente ao binômio opressão-libertação. E tampouco a teologia pode abdicar da mediação das ciências humanas, porque para sua eficácia torna-se necessário que sua compreensão acerca da realidade tenha eficiente precisão analítica. Nesse sentido, a teologia da libertação é um complexo capaz de teorizar a práxis histórica da libertação dos pobres à luz da fé, pois partindo da realidade histórica e da práxis dos oprimidos, ela formula sua palavra de fé, visualiza a revelação histórica de Deus como um Deus libertador. (2006, p. 145)

Pode-se afirmar que a teologia da libertação implica uma nova hermenêutica teológica, partindo da realidade sociocultural da pessoa humana, dialogando com as camadas populares.

A temática acerca dos pobres na Igreja, contudo, é introduzida pelo papa João XXIII¹⁷. Na Encíclica *Mater et magistra* (1961), aborda algumas questões sociais, e um mês antes da abertura do II Concílio Ecumênico Vaticano, numa mensagem de rádio no dia 11 de setembro de 1962, afirmou: “A Igreja é de todos e ninguém está excluído, mas ela é particularmente a Igreja dos pobres” (cf. <https://pt.aleteia.org/2013/05/30/francisco-e-joao-xxiii-a-opcao-pelos-pobres-nao-e-demagogia/> . Acesso em: 30 de maio de 2017).

Um Concílio é convocado na Igreja Católica para discutir e propor reformas na estrutura da própria Igreja, principalmente, nas questões referentes a doutrina. O Concílio de caráter ecumênico reúne representantes de todos os continentes. Ao convocar o II Concílio Ecumênico Vaticano, o papa João XXIII propôs a atualização da mensagem da Igreja Católica à década de 1960. O Vaticano II, como também é conhecido, realizou-se em quatro sessões: 1) de 11 de outubro a 8 de dezembro de 1962; 2) de 29 de setembro a 4 de dezembro de 1963; 3) de 14 de setembro a 21 de novembro de 1964; e 4) de 14 de setembro a 8 de dezembro de 1965. Participaram, em média, 2.400 representantes entre bispos, presbíteros, religiosos e religiosas e assessores leigos (cf. <http://www.ihu.unisinos.br/506998-vaticano-ii-um-concilio-ecumenico> - acesso em 10 de junho de 2017).

¹⁷ Foi papa da Igreja Católica de 28 de outubro de 1958 a 3 de junho de 1963 – data de seu falecimento. Em 25 de dezembro de 1961 convocou o II Concílio Ecumênico Vaticano, conhecido como Vaticano II. O papa João XXIII abriu o Concílio no dia 11 de outubro de 1962, porém faleceu antes do encerramento, em 1965.

A problemática acerca dos pobres foi apresentada e trabalhada nas sessões conciliares. As intervenções e posicionamento dos bispos foram fundamentais para exprimir suas inquietações, bem como a problemática da justiça social. Beozzo refere-se a um grupo, dentre os participantes do II Concílio Ecumênico Vaticano, como “Igreja dos pobres”, composto por diversos religiosos e religiosas e bispos de diferentes continentes, inclusive 16 bispos do Brasil. Foi desse grupo a iniciativa de reunir-se na Catacumba de Santa Domitila, no dia 16 de novembro de 1965, para celebrar o “Pacto das Catacumbas”¹⁸, no qual os bispos se comprometiam a viver em pobreza, renunciando aos símbolos e privilégios do poder e, principalmente, colocando os pobres no centro das iniciativas e ações pastorais (2004, p.117-162).

A Constituição Pastoral¹⁹ *Gaudium et Spes*, destaca em seu próêmio: “1. As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (VIER, 2000, 143). Trata-se de um posicionamento importante do II Concílio Ecumênico Vaticano sobre a questão dos pobres. Contudo, Beozzo afirma:

O grupo [da Igreja dos Pobres], consciente de que o Concílio não respondera, nem mesmo com a *Gaudium et spes*, às necessidades e expectativas do Terceiro Mundo, arrancara de Paulo VI²⁰ a promessa de uma encíclica que tratasse do crescente abismo entre ricos e pobres e do “desenvolvimento dos povos”. Paulo VI cumpriu, de fato, sua promessa quando na publicação da carta encíclica *Populorum progressio*, em 1967. (2004, p. 150)

Foi, de certo modo, para os religiosos católicos a oficialização de uma Igreja aberta e engajada no mundo dos pobres e da justiça social, temas centrais da teologia da libertação.

Teologia em tais circunstâncias, mais que uma abstrata teologia da secularização, a de ser compreendida como “o esforço para eliminar a situação atual, marcada pela injustiça e criar outra sociedade mais livre e mais humana”, onde “os homens possam viver dignamente e assumir nas mãos as rédeas do próprio destino”. Ou seja, uma Teologia eticamente orientada e de todo concentrada na práxis: mais exato, na “práxis da libertação”. Teologia que investe contra toda a elementar opressão sociopolítica (pobres, fracos, explorados), contra qualquer espécie de servidão erótico-sexual (a mulher como objeto de prazer) e pedagógica (as crianças domesticadas em sistema de

¹⁸ O texto na íntegra encontra-se disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/515573-o-pacto-das-catacumbas-para-uma-igreja-serva-e-pobre> - Acesso em: 24 de maio de 2017.

¹⁹ Trata-se de um documento emanado do II Concílio Ecumênico Vaticano e promulgado pelo papa Paulo VI no dia 7 de dezembro de 1965. Esse documento tem a intenção de exprimir as relações da Igreja Católica com a conjuntura da época.

²⁰ Paulo VI substituiu o papa João XXIII, estando à frente da hierarquia da Igreja Católica de 21 de junho de 1963 a 6 de agosto de 1978 – quando faleceu.

formação oligárquico-opressivo). Teologia que gostaria de apresentar um programa histórico de libertação político, econômica, sexual, cultural: como sinal e antecipação reais do definitivo escatológico, da liberdade total do Reino de Deus. (KUNG, 1976, p. 489-490)

Libânio ao referir-se ao pensamento do teólogo Gustavo Gutiérrez²¹, afirma que a libertação no horizonte da teologia é atravessada pela perspectiva da dominação de determinadas classes sociais sobre outras; entendida também como libertação a tudo que limita ou impede a liberdade do sujeito; e ainda como categoria teológica:

Com [o conceito de libertação], Gutiérrez procura superar a visão mais restrita da posição tradicional, que restringia a salvação a ações rigorosamente religiosas, praticadas com a intenção de agir na esfera da graça divina. O termo “libertação” associa a salvação a ações humanas praticadas no coração da história, na luta libertadora, que certamente não se verificam sem a graça de Deus. A visão tradicional limitava a salvação ao que se fazia explicitamente dentro da Igreja. O conceito de libertação estende-a a todo o âmbito humano, onde Deus está agindo de modo salvífico. Em suma, a compreensão tradicional vinculava excessivamente a salvação à outra vida. A categoria de libertação acentua o fato de as ações de justiça e de amor ao pobre já estarem prenhes de eternidade. Possuem uma força que vai além da morte, antecipando, assim, na história, a realidade definitiva. (2004, p. 23)

A reflexão teológica atravessada pela questão dos pobres torna-se mais evidente com o documento final da Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM), em 1968. Essas Conferências aconteceram nas cidades de:

- I CELAM, no Rio de Janeiro (Brasil), em 1955;
- II CELAM, na cidade de Medellín (Colômbia), em 1968;
- III CELAM, em Puebla (México), 1979;
- IV CELAM, em Santo Domingo (República Dominicana), no ano de 1992;
- V CELAM, na cidade de Aparecida (Brasil), em 2007.

A Conferência de Medellín, por diversas vezes, trouxe à baila os problemas derivados da pobreza, isto é, as diversas formas de opressão, marginalização, exploração. Deixando evidente que o pobre é vítima da injustiça, partindo da reflexão crítica da prática histórica, a libertação dos pobres é entendida sob os aspectos culturais, econômicos e políticos da realidade:

²¹ Gustavo Gutiérrez Merino, nasceu em Lima (Peru), em 8 de junho de 1928, padre da Ordem dos Pregadores, também conhecidos como Dominicanos. É considerado o fundador da teologia da libertação.

Em Medellín, a Teologia do Desenvolvimento e da Promoção Humana cede lugar à Teologia e Pastoral da Libertação. É a descoberta do submundo dos pobres dos Países Pobres, que é a maioria da humanidade, e pobres devido a uma situação de dependência opressora que gera injustiça. (CELAM, 2005, p. 77)

Beozzo coloca essa referência aos pobres, na II CELAM (Medellín, 1968), no prisma das contribuições do papa João XXIII:

Consciente também de que o sonho de João XXIII, de uma “Igreja dos pobres”, não conseguira empolgar o Concílio [Vaticano II], bispos latino-americanos empenharam-se para que, na América Latina, esta se tornasse a principal questão eclesial, já na preparação da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Esta realizou-se em Medellín, na Colômbia, de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, e o documento 14, consagrado à eclesiologia, teve como título e conteúdo “Pobreza na Igreja”. Medellín pavimentou o que ficou depois conhecido como a marca registrada da caminhada eclesial na América Latina: a opção preferencial pelos pobres. (2004, p. 150)

Por sua vez, o contexto sociocultural da Terceira Conferência do CELAM (1979), realizada em Puebla (México), foi marcado pelo abismo entre ricos e pobres, bem como pelo avanço dos regimes militares e a violação dos direitos humanos na América Latina. Assim como Medellín foi a atualização do Vaticano II, Puebla assumiu a tarefa de ambientar a exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* (1975), do papa Paulo VI, e aprofunda a reflexão acerca da opção preferencial pelos pobres:

Quando se fala em *pobres*, na expressão “opção preferencial pelos pobres”, deve-se entender pobreza no sentido que Puebla lhe confere [...] Pobre possui um sentido histórico e concreto e não apenas metafórico e espiritual, mas um sentido real, como aquele da parábola do Bom Samaritano “que caiu em poder dos ladrões e foi deixado semi-morto” (Lc 10,30.36) [...] Assim, a opção da Igreja pelos pobres significa uma opção pelos injustamente feitos pobres, portanto empobrecidos. (BOFF, 1984, p. 53)

Dessa forma, Puebla delinea os rostos ou “feições concretíssimas” dos pobres: as crianças abandonadas e exploradas, os jovens sem lugar na sociedade e frustrados, os indígenas e os afro-americanos que vivem segregados e em situações desumanas, os camponeses explorados ou sem terras, operários mal remunerados, os subempregados ou desempregados, os marginalizados e os anciãos postos à margem da sociedade (CELAM, 2005, p. 300s). Ou, nas palavras de Gustavo Gutiérrez:

É disto que se trata quando falamos da pobreza, da destruição das pessoas e dos povos, das culturas e das tradições. Em particular, da pobreza dos mais espoliados: índios, negros e mulheres, que, nessas camadas da população, se vêem duplamente marginalizados e oprimidos. Não se pode, portanto, limitar a noção de pobre a uma classe social determinada. Consequentemente, é errada e insuficiente, em nossa perspectiva, qualquer análise que reduza o pobre e a opção a seu favor ao plano puramente econômico e político. Também não estamos, como às vezes se pensa, somente diante do desafio de uma “situação social”, como se fosse uma coisa exterior às exigências fundamentais da mensagem evangélica. Estamos, em vez disso, diante de algo que é contra o Reino de vida anunciado pelo Senhor; logo, algo que o cristão deve rejeitar. (LIBÂNIO, 2004, p. 56-57)

O texto do documento final da III CELAM (1979), em Puebla, dá um passo adiante na percepção do pobre entendendo-o como sujeito ativo no processo da própria libertação. Na relação com o surgimento das comunidades eclesiais de base (CEBs)²²:

O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das comunidades de base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam, constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus. (CELAM, 2005, p. 550)

Portanto, os aspectos da teologia da libertação focalizados neste tópico referem-se ao contexto latino-americano das décadas privilegiadas nesta pesquisa, à crítica de “uma abstrata teologia da secularização” (KUNG, 1976, p.489-490) e da pobreza em seu sentido mais amplo, para além dos aspectos econômicos. Lembrando-se que no contexto da América Latina na década de 1960 tivemos

[...] uma onda de autoritarismo [...] que se ligava à contra-ofensiva a uma suposta ameaça comunista na América Latina, representada pela Revolução em Cuba que, em 1961, proclamou-se socialista. O golpe militar de 1964 no Brasil foi o primeiro de uma série. Em 1966, houve a invasão de tropas da Organização dos Estados Americanos (OEA) à República Dominicana [...] no mesmo ano, militares impuseram na Argentina um regime de força. Os acontecimentos de 1968, pondo em cheque os valores e costumes dominantes, vieram atemorizar ainda mais os adeptos do conservadorismo. Com os protestos do Vietnã [...] e a vitória de Allende, em 1970, no Chile, os Estados Unidos, já preocupados com a crise econômica mundial [...] intensificaram suas ações no sentido de articular uma estratégia para a reação conservadora. Desse modo, à eclosão da Guerra *do Yom Kippur*, à ascensão da esquerda pró-

²² As CEBs constituem-se no interior da Igreja Católica e algumas de suas características são: a coordenação das atividades de forma participativa e colegiada, a participação em diversas organizações populares, principalmente, aquelas que pautam as questões sociais e ambientais. No Capítulo I já havíamos feito referências às CEBs.

soviética em Angola, à queda do Xá Reza Pahlevi no Irã e ao triunfo da Revolução Sandinista, contrapuseram-se o golpe de Pinochet, o recrudescimento da ditadura militar argentina em 1976 ... (BUCHRUCKER, 1991, cf. RIBEIRO, 2002, p. 35)

3.2. Os franciscanos na Educação

Em Carta-apresentação, datada de 31 de outubro de 1979, destinada ao Capítulo Provincial e assinada por Frei Constâncio Nogara, Frei Caetano Ferrari, Frei Edgar Weist e Frei Fábio Panini se afirmava que:

[...] o PROJETO SÓCIO-EDUCACIONAL DAS FACULDADES FRANCISCANAS é um projeto da PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL, por esta assumido através de uma de suas instituições jurisdicionadas, a Casa de NOSSA SENHORA DA PAZ – AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA. (p. 4)

O *dossier*²³ Projeto Sócio-Educacional para a Paz das Faculdades Franciscanas, encontrado no arquivo da sede da Província Franciscana, em São Paulo, é composto por uma Carta ao Capítulo Provincial (1979), um Processo de transferência junto ao Conselho Federal de Educação, a apresentação dos objetivos básicos dos cursos e das realizações a partir de 1976 a 1979.

Esses *documentos*, excetuando a Carta ao Capítulo Provincial (1979), foram publicados pela Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, Setor da Pastoral, Departamento de Colégios e Universidades, no ano de 1985, em um impresso identificado na capa com o título *Franciscanos na Educação*, acompanhado na sua borda inferior das seguintes informações:

INTITUTOS EDUCACIONAIS DA PROVÍNCIA DA IMACULADA
CONCEIÇÃO DO BRASIL: BLUMENAU: COL. STO ANTÔNIO – LAGES:
COL. FRANCISCO DIOCESANO – CURITIBA: COL. BOM JESUS –
PETRÓPOLIS: ESC. GRATUITA²⁴ S. JOSÉ, INSTITUTO DOS MENINOS

²³ Entendemos por *dossier* ou dossiê uma coleção de documentos que contém papéis relativos a determinado assunto, processo, empresa ou pessoa.

²⁴ Chamamos a atenção para a expressão “gratuita” na identificação da Escola São José que é uma permanência do período em que esta unidade escolar foi criada em Petrópolis, acolhendo filhos da população mais carente de Petrópolis, sobretudo de imigrantes alemães, então recém-chegados ao Brasil. A explicitação da expressão “gratuita” nos estimulou a pontuar a ausência desta expressão ou da explicitação da natureza “particular” ou “privada” das demais entidades escolares franciscanas apresentadas. Esta observação é importante no contexto sociocultural do Brasil, mesmo na atualidade. A expressão “gratuita” junto a expressão escola tende a sugerir uma educação que se volta para as camadas menos favorecidas e que necessitavam da iniciativa e caridade religiosas, em um período que temos a emergência da educação pública no Brasil, sob os auspícios do modelo republicano paulista: os chamados grupos escolares.

CANTORES²⁵ – S. PAULO: COL. STO ANTÔNIO DO PARI – BRAGANÇA PAULISTA: UNIVERSIDADE S. FRANCISCO

No verso da contracapa do impresso *Franciscanos na Educação* (1985) temos a apresentação dos frades responsáveis pelo Setor Pastoral e Departamento de Colégios e Universidades:

Comissão Central: Frei Caetano Ferrari
 Frei Agostinho Salvador Piccolo
 Frei Pascoal Fusinato
 Frei Euclides Pizzamiglio

Revisão dos textos: Frei Odorico Durieux
 Frei Jurandir Teótimo Scoz

Impressão: Frei Constâncio Nogara
 Frei Antônio Gasparini

Logo, os frades identificados como responsáveis pelo órgão da Província que publicou tal impresso estavam diretamente engajados com a questão da presença franciscana na educação. É digno de nota que o Setor de Pastoral participou desta iniciativa. Sendo assim, podemos supor que os responsáveis por tal impresso entendiam que as iniciativas educacionais franciscanas estavam intimamente relacionadas com a ação pastoral e evangelizadora desses religiosos.

O impresso *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985) foi organizado nos seguintes tópicos e trouxe textos de diferentes frades:

| TÍTULO | AUTORIA | PÁGINAS |
|--|---|---|
| 1- Uma palavra de Introdução | Frei Clarêncio Neotti (então Responsável pelo Setor de Pastoral da Província) | Sem numeração, perfaz um total de 4 páginas impressas |
| 2- Colégio Santo Antônio 1877-1985 | Sem identificação de autoria | Numeração de páginas 1-16 |
| 3- Colégio Franciscano Diocesano 1895-1985 | Frei Nolvi Dalla Costa | Numeração de páginas 1-30 |
| 4- Colégio Bom Jesus 1896-1985 | Frei Crisóstomos Arns | Numeração de páginas 1-54 |
| 5 - Escola Gratuita São José 1897-1985 | Frei José Luiz Prim | Numeração de páginas 1-26 |

²⁵ Instituto ao qual se vinculam os Canarinhos de Petrópolis (RJ), citados no Capítulo II.

| | | |
|--|------------------------------|---------------------------|
| - Instituto dos Meninos Cantores 1942-1985 | | |
| 6- Colégio Santo Antônio do Pari 1935-1985 | Sem identificação de autoria | Numeração de páginas 1-26 |
| 7- FACULDADES FRANCISCANAS (em processo de reconhecimento como UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO) Bragança Paulista – Itatiba – São Paulo | Sem identificação de autoria | Numeração de páginas 1-60 |

Tabela I: Divisão por tema de *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985)

Fonte: dados extraídos e organizados por Thiago Alexandre Hayakawa

Na organização da tabela I obedecemos a grafia e a diagramação do título impresso com a intenção de destacar que no tópico das Faculdades Franciscanas o tamanho adotado para a fonte - a caixa alta; parece sugerir a ênfase dada pelos organizadores do impresso ao tema privilegiado na relação com os demais, bem como indicar que uma das pretensões do impresso era divulgar que o processo de reconhecimento das Faculdades Franciscanas como Universidade estava por se consolidar.

A diagramação do impresso *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985) acolheu em seus diferentes tópicos a inserção de fotografias antigas e da época, a referência a uma memória de atuação dos religiosos franciscanos na educação, a indicação em cada um dos tópicos da bibliografia consultada.

O tópico das Faculdades Franciscanas inclui a publicação de mapas indicando a área de abrangência das Faculdades Franciscanas, dos *campi* de Bragança Paulista e Itatiba, e ainda, da área de abrangência na Grande São Paulo, foram impressas tabelas, gráficos e quadros ilustrativos das realizações preconizadas e sua importância para a região bragantina. Chamou-nos a atenção o título e o detalhamento das tabelas, gráficos e quadros divulgados, todos sinalizavam a inserção social e vigor das Faculdades Franciscanas.

Após, foram publicadas no impresso *Franciscanos na Educação* (1985) vinte fotografias e suas respectivas legendas (1985, p. 41-51) que sugerem que os *campi* estão em movimento de franca expansão em direção ao preconizado pelo MEC em termos de laboratórios, destinação do espaço físico e articulação com o contexto social da região bragantina.

Tais fotografias foram seguidas pela publicação em três páginas por retratos e identificação dos frades (1985, p.52-54) que ocupavam cargos importantes na administração das Faculdades Franciscanas, são eles: Frei Constâncio Nogara (Diretor Geral, sua fotografia

se distingue das demais em dimensões e localização na página e por representa-lo sentado, atrás de uma mesa, com uma caneta na mão como se estivesse escrevendo ou assinando algo), Frei Leovigildo Balestieri (Fundador da Casa Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana), Frei Fábio Panini (Diretor Acadêmico), Frei Antonio Gasparini (Diretor Comunitário), Frei Caetano Ferrari (Diretor Administrativo), Frei Philippe Schillings (Vice-diretor Comunitário), Frei Albino Kops (Coordenador da Pastoral), Frei Edgar Weist (Diretor de Desenvolvimento e Planejamento, 1977 a 1982) e Frei Tadeu Hoeninghausen (Coordenador da Pastoral Universitária, 1977 a 1978). Nesta página, finalizando a apresentação dos freis temos uma fotografia do interior da capela, cuja legenda informa: “Capela para reflexão individual e celebração litúrgica para pequenos grupos de voluntários, em Bragança” (PFICB, 1985, p.54).

O término do tópico acerca das Faculdades Franciscanas, no impresso *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985), se dá com a publicação de quatro fotografias e pequenos textos explicativos da “Integração Docente – Discente – Assistente – Promocional e de Pesquisa”, no “Nosso Teto; na “Unidade Periférica de atenção Primária À Saúde – Nossa Senhora da Esperança” e da “Unidade Periférica de Atenção Primária à Saúde – Santa Lúcia”. O cuidado com o registro e a divulgação de tais ocorrências parece reafirmar a informação entre parênteses que aparece no início do tópico – “(em processo de reconhecimento como UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO)”; frente às informações publicadas fica claro o empenho dos franciscanos em atender as exigências do MEC para conseguir o reconhecimento das Faculdades como Universidade, o que veio a acontecer com a Portaria n. 821, do Ministério da Educação, de 24 de outubro de 1985.

3.3. O Projeto Sócio -Educativo para a Paz (1979) das Faculdades Franciscanas

Nas primeiras páginas do impresso *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985), tem-se o tópico “Uma Palavra de Introdução”, no qual Frei Clarêncio Neotti, então responsável pelo Setor de Pastoral da Província Imaculada Conceição, destaca que esta “[...] tem uma longa e rica história em torno de seus colégios e faculdades” (PFICB, 1985, p. s/p), elenca exemplos desde o período colonial, fazendo referências aos lugares e frades envolvidos.

A ênfase sobre a presença dos franciscanos na educação no Brasil é a marca deste tópico de sua autoria. Nele, frei Clarêncio preocupa-se em pontuar que as escolas paroquiais franciscanas foram “[...] nucleadoras da comunidade e fonte de evangelização” (PFICB, 1985, p. s/n). Mas, com particular atenção registra que

Os tempos recentes da Província, além da modernização dos prédios e programas dos velhos colégios assistiu à arribação das Faculdades Franciscanas, tornadas neste ano de 1985 em Universidade São Francisco de Assis, com um programa que honra o espírito franciscano do passado e as necessidades da hora presente, na defesa dos valores humanos e na adoção de critérios que possibilitem a esperada Civilização do Amor. (PFICB, 1985, p. s/n)

Em sua pequena argumentação parece-nos que constrói a ponte entre o passado e as transformações que se fizeram necessárias ao presente – a inserção dos franciscanos na seara do ensino superior, que se consolidaria com o reconhecimento da Universidade São Francisco.

Após o que, menciona aqueles que questionaram o papel da escola, religiosa ou particular, referindo-se ao “[...] livro de Ivan Illich, ‘Sociedade sem Escolas’ (Vozes, 1973), que foi citação obrigatória em 1970” (PFICB, 1985, p. s/n) com o objetivo de trazer ao seu texto, como elemento legitimador de sua defesa da inserção dos franciscanos na educação superior, um dos posicionamentos tirados de Puebla (CELAM,1979):

No que se refere à escola também Puebla aludiu as dúvidas, ao dizer que “entre os religiosos educadores surgem questionamentos sobre a instituição escolar católica, porque favoreceria o elitismo e a mentalidade classista” (n.1019). Reafirma, porém, uníssona aos pronunciamentos repetidos dos últimos, Papas, a necessidade da escola católica e sugere que se ajudem “os religiosos e religiosas educadores, especialmente os jovens, a redescobrirem e a aprofundarem o sentido pastoral de seu trabalho na escola” (n.1049). (PFICB, 1985, p. s/n)

Ao colocar a atuação franciscana na educação na esfera da pastoral, deslocou qualquer possível crítica relativa à esfera de atuação e objetivos da Igreja e dos franciscanos, centradas no fato de que estes não estariam afeitos ao domínio da educação escolar, por si só discriminatória e legitimadora da divisão social. Ao salientar sua preocupação com os jovens religiosos que atuam na área educacional, sinalizou sua preocupação com uma formação religiosa que lhes garantisse a compreensão do sentido pastoral de sua inserção na educação.

Propondo que o impresso intitulado *Franciscanos na Educação* (PFICB, 1985, p. s/n), enquanto uma monografia em suas palavras, se de um lado apresenta as

[...] histórias de casas que se tornaram e continuam sendo centros de evangelização, quer também [trazer] parte dos debates atuais sobre o tipo de escola que temos e o tipo de escola de que precisamos. Este debate é são, inteligente, construtivo e necessário. Porque sempre de novo precisamos ter certeza de que nosso apostolado está fulcrado na realidade do tempo e do lugar, e no ideal de uma educação integral. (PFICB, 1985, p. s/n)1985, p.s/n)

Frei Clarêncio, novamente se refere ao tempo presente e a inserção dos franciscanos na educação como uma ação que tem por meta a educação integral do homem, o que nos sugeriu que, talvez, na sua percepção, a educação tecnicista precisasse ser tensionada na relação com uma proposta de educação franciscana, atenta às exigências daquele contexto sociocultural, em suas diferentes esferas. No esteio destas considerações, Frei Clarêncio explicitou que o Setor de Pastoral da Província Franciscana dedicava-se com afinco a refletir e problematizar o papel das escolas na educação evangelizadora, no rastro de

[...] uma série de palavras sugeridas por Puebla (cf. n. 1027-1030), cuja concretização em atos está acontecendo: a humanização, a personalização, a integração no processo social, a função crítica na e da sociedade, a conversão do educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento da comunidade. (PFICB, 1985, p.s/n)

Consideração que parece ter legitimado sua preocupação em afirmar:

Nenhum de nossos colégios nasceu para servir especificamente uma classe social. Na prática, até hoje, serviram a classe média puxando para a pobre. Em 1984, 17% do alunado teve bolsas integrais ou parciais [...] Juntam-se aqui a preocupação pelos pobres e a preocupação pelos jovens na preocupação pelo futuro da família, que continuará sendo a base da sociedade. (PFICB, 1985, p. s/n)

O cuidado com que Frei Clarêncio abordou a questão da educação, ao que parece, em particular da inserção dos franciscanos no ensino superior, poderia ser uma estratégia para contemporizar as histórias e memórias dos franciscanos na educação do passado com a atuação franciscana no contexto sociocultural das décadas de 1970 e 1980? Estas questões nos autorizam a propor que haveriam resistências da parte de alguns franciscanos em relação a atuação na educação, em particular na esfera do ensino superior. Posto que, foi necessário referir-se às ideias que legitimariam as ações tomadas, sobretudo naquela época, pelos freis que defendiam a presença franciscana na educação. Essas questões emergiram no transcorrer da pesquisa e permanecem em aberto como provocações para futuros estudos sobre a temática. Mas, elas nos autorizam a propor que havia um franco diálogo destes freis que se engajaram e viabilizaram a presença dos franciscanos na educação, em particular no ensino superior, entre as décadas de 1970 até 1980, com ideias preconizadas pela teologia da libertação.

O tópico “FACULDADES FRANCISCANAS (em processo de reconhecimento como) UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO”, seguido do subtítulo “Uma Proposta de Educação para

a Paz”, publicado no impresso *Franciscanos na Educação* (PFICB ,1985, p. 1), no parágrafo introdutório, as Faculdades são apresentadas como um “organismo ainda em evolução [...] em processo de reconhecimento como Universidade”, logo este documento teve tal condição como norte em sua elaboração.

O primeiro tema abordado na sequência privilegiou “As Faculdades Franciscanas no contexto das origens das obras educacionais da Província”. Nesta perspectiva, considerou-se que as origens das Faculdades tinham aspectos em comum e distintos das demais Instituições de Educação da Província. O aspecto comum era que suas origens se localizavam “[...] na convicção de serem um válido instrumento de evangelização, na acepção histórica do termo”. Os aspectos que diferenciavam as Faculdades Franciscanas das demais Instituições era o fato de que estas se instalaram “[...] já como árvore crescida e de grande porte, embora acometida de grave doença e ameaçada de morte” (PFICB, 1985, p. 2), no esteio dessa metáfora se afirmou que a “seiva franciscana” garantiu sua sobrevivência. Mas, sobretudo, o que diferenciava as Faculdades das demais Instituições Educacionais franciscanas, era porque estas “[...] surgiram como instrumentos de evangelização no contexto de uma pastoral prevalente: a da pastoral paroquial” e aquelas “[...] porque, desde o início aparecem no contexto das atividades de evangelização da Província, com autonomia plena, enquanto instrumento típico de ação evangelizadora, com uma Proposta Educacional definida em seus princípios e metas específicas” (PFICB ,1985, p. 2), consolidando a presença da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, no cenário educacional do país. Neste tópico, fica evidente a natureza evangelizadora da empreitada educacional franciscana, em qualquer um dos seus níveis.

O segundo tema abordado focalizou “As circunstâncias históricas que originaram as Faculdades Franciscanas”. Esta temática, por sua vez, foi subdividida em quatro partes distintas: “O propósito da Província de marcar presença em meio à juventude universitária”, “As preocupações do MEC em relação à crise institucional nas ‘Faculdades de Bragança Paulista’ ”, “O encontro de interesses” e, a quarta parte: “O espírito que originou as Faculdades Franciscanas”. Na leitura desse tópico, flagramos que Província considerava que assumir uma instituição de Ensino Superior seria uma oportunidade desejável:

Conclui-se pela oportunidade de a Província consolidar sua já secular e ampla atividade cultural e educacional, quer formal quer informal, marcando presença no meio universitário de forma institucional. Assumir uma Instituição de Ensino Superior em condições de alcançar o “status” de Universidade, e por ela levar à comunidade universitária a mensagem cultural contida na Cosmovisão Franciscana, radicada na experiência de vida de São

Francisco de Assis, filosófica e teologicamente fundamenta pelos pensadores que compõem a assim chamada “Escola Franciscana”. (PFICB,1985, p. 3)

Esta segunda temática vai ao encontro do que já tratamos no Capítulo II dessa dissertação, mas julgamos importante destacar que, em determinada altura do documento, deparamo-nos com as seguintes afirmativas, em distintos parágrafos da página 6:

[...] um marco histórico na vida quer da Casa N. Sra. da Paz [...] quer da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, que juntas, através da EDUCAÇÃO PELA VIDA, se propõem servir a tão larga parcela da juventude brasileira, em ordem a capacitá-la a construir a PAZ da Nação Brasileira, e, por ela, da Comunidade das Nações, pela vivência individual e comunitária do BEM. (PFICB ,1985)

Concluindo [...] as razões que as nortearam na aceitação do convite para assumir a responsabilidade de dar continuidade a este complexo universitário [as Faculdades], ou seja: levar, à tão significativa parcela da juventude brasileira, a mensagem franciscana de “Paz e bem”, a fim de capacitá-la, humana e profissionalmente, pelo SABER e pelo SER... (PFICB ,1985)

As referências à juventude são uma constante no tópico das Faculdades Franciscanas. Elas aparecem acompanhadas sempre da preocupação de não privilegiar a formação profissional em detrimento da formação humana. Por conseguinte, a expressão “parcela significativa” da juventude nos provocou a refletir: a qual parcela da juventude a Proposta se reportava? Lembrando-se que, naquele contexto sociocultural (décadas de 1970-1980), a grande parcela da juventude, sobretudo pobre, se encontrava distante do ensino superior.

O terceiro tema que mereceu destaque no tópico FACULDADES FRANCISCANAS, foi “Restauração e consolidação”, subdividido em: Restauração e Consolidação na área acadêmica, Adequação regimental e curricular, Reconhecimento dos Cursos apenas autorizados, A criação de um Conselho de Diretores e O processo de Integração Institucional. Regimento Unificado. Os títulos das subdivisões já indicam que a terceira temática voltou-se para questões que garantissem o atendimento de todas as exigências legais para o funcionamento de cursos do ensino superior. Destacamos que, de acordo com o documento:

Para melhor êxito nesta tarefa todo o pessoal técnico-administrativo foi envolvido em cursos intensivos de estudo e treinamento, auxiliados por Técnicos em Assuntos Educacionais, da Delegacia Regional de Ensino Superior do MEC/SP, e das próprias Comissões Verificadoras do então Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (DAU-MEC), hoje Secretaria do Ensino Superior (SESU). (PFICB, 1985, p.9)

A interlocução com os órgãos do governo federal sinaliza a preocupação dos franciscanos em dirimir quaisquer problemas herdados. Posto que, quando assumiram a manutenção das Faculdades se depararam com o Curso de Medicina sob intervenção e sem ser reconhecido, como outros Cursos dos *campi* de São Paulo e Itatiba também sob ameaça de intervenção (PFICB, 1985, p.10).

Situação herdada que não destoa do cenário educacional mais amplo, abordado anteriormente no Capítulo I, no que tange ao rápido crescimento do número de instituições isoladas de ensino superior e a precariedade, em muitos casos, da formação ofertada aos alunos. Entre fins da década de 1960 e a década de 1980 do país. De acordo com esse documento (PFICB, 1985), em janeiro de 1978, esta situação já estava sanada.

Ainda, como temática abordada neste terceiro tópico, temos algumas considerações tecidas acerca da situação encontrada na Área comunitária, posto que no documento se registra que a situação encontrada em 1 de maio de 1976 foi a de [...] “comercialização do ensino” com todas as suas consequências negativas (PFICB, 1985, p.13), dentre as quais destacaram-se negativamente as seguintes características

- enfoque meramente profissionalizante [...]
- métodos didáticos mais preocupados com a mera transmissão de conhecimentos [...]
- as faculdades eram mero local de passagem [...] alheia a preocupação com a problemática sócio-econômica da comunidade local e regional;
- dispersão do ambiente universitário, como consequência da mentalidade individualista e classista, de ausência de sociabilidade, predominando a competitividade [...]
- ausência de cultura, entendida como capacidade de síntese criadora de todas as experiências humanas, além de noções meramente repetidas e aprendidas. (PFICB, 1985, p.13-14)

A par de tais consequências negativas herdadas, neste terceiro tópico os franciscanos aparecem mobilizados pelo intuito de

Criar para os seus jovens acadêmicos [...] meios e condições que lhes possibilitem capacitar-se, humana e profissionalmente a serem, durante e após seu período de formação universitária, sujeitos ativos no processo de desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens, para que assim, pela prática individual e comunitária do Bem, se faça a Paz, entendida esta como “status” pessoal e comunitário resultante da passagem de condições menos humanas para condições mais humanas. (PFICB, 1985, p.15)

Novamente, nos deparamos com a questão da juventude acadêmica frente a uma postura sensível a garantia de condições necessárias para a “[...] passagem de condições menos humanas para condições mais humanas.”

O quarto tópico do impresso *Franciscanos na Educação* (1985) tem por temas as FACULDADES FRANCISCANAS e se volta ao Projeto Sócio-Educacional para a Paz. Neste tópico encontramos o seguinte subitem: “A Universidade como Instrumento-Chave no Processo de Evangelização” (1985, p. 20). Ou seja, trata-se de assumir uma Instituição de Ensino Superior com vistas à Evangelização, definida como:

[...] **Processo Multidimensional de Desenvolvimento Integral do Homem**, ao nível da profundidade e amplitude de sua dignidade como pessoa humana, em ordem a capacitá-lo a ser o sujeito ativo do desenvolvimento de sua personalidade e do desenvolvimento da comunidade em que está inserido, a exemplo de Cristo. (PFICB, 1985, p. 20)

Os fundamentos do Projeto Sócio-Educacional para a Paz das Faculdades Franciscanas são expressos da seguinte forma:

Ao se proporem desenvolver este Projeto Sócio-Educacional, os Franciscanos o fizeram em atitude de consciente resposta aos apelos da mensagem sócio-cultural e político-religiosa que lhes deixou São Francisco de Assis. Buscaram nele ulterior inspiração nos princípios maiores que levaram a Igreja a um comprometimento exposto com o desenvolvimento dos povos latino-americanos, de acordo com as diretrizes traçadas, a partir do Concílio Vaticano II, pelas IIa e IIIa Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, realizadas em Medellín e Puebla, nos anos de 1968 e 1979, respectivamente. (PFICB, 1985, p. 20)

No contexto da teologia católica, a referência às cidades de Medellín e Puebla indica as Conferências do Episcopado Latino-Americano (CELAM), respectivamente a II (1968) e a III Conferência (1979) – conforme mencionamos anteriormente e, por conseguinte, há um alinhamento do Projeto Sócio-Educacional para a Paz (1979) das Faculdades Franciscanas junto à teologia da libertação, haja vista que Manzatto (cf. 2006, p. 181s.) afirma a relevância do Concílio Vaticano II para o desenvolvimento da II CELAM de Medellín e, conseqüentemente, a constituição de um pensamento teológico forjado no contexto latino-americano, definido como teologia da libertação, desta feita vamos nos ater às alusões feitas às Conferências de Medellín e Puebla.

Como apresentado nos Capítulos anteriores, os anos das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) no Brasil são atravessados pelo autoritarismo do Governo Militar, a Ditadura. Libânio destaca que:

Medellín rompeu nitidamente com a teologia apologética e clerical da Conferência do Rio [1955] e avançou para além do Concílio Vaticano II, ao interpretar, a partir da categoria socioteológica dos sinais dos tempos, a realidade social e eclesial do continente, especialmente o conflito entre opressão e libertação. (LIBÂNIO, 2007, p. 23)

E conclui afirmando: “Resumindo: a Igreja, como um todo, assumiu uma postura profética nos discursos, práticas, formas institucionais até o martírio. Predominou o aspecto socioestrutural e concentrou-se na libertação dos pobres” (LIBÂNIO, 2007, p. 25).

Desse modo, Medellín (CELAM, 1968) incorporou a seu documento final e, conseqüentemente, aos documentos da Igreja Católica, a opção pelos pobres.

Nesse terreno exatamente se situa uma das maiores contribuições da teologia da libertação à reflexão teológica universal e ao próprio pensamento humano. Trata-se do que ficou conhecido como opção preferencial pelos pobres. Através dela a teologia marcava sua presença ao lado dos empobrecidos da sociedade. (MANZATTO, 2006, p. 187)

A CELAM de Puebla (1979), por sua vez, acontece em meio à repressão e terríveis violências cometidas pelos regimes militares latino americanos. No âmbito do catolicismo, a convocação dessa Conferência é feita pelo papa Paulo VI (em 12 dezembro de 1977), porém, no ano seguinte, é eleito o papa João Paulo II²⁶.

Entre a convocação de Puebla por Paulo VI e sua realização, houve a morte de dois pontífices e a eleição de João Paulo II. Bem no início do pontificado, desconhecendo naturalmente a realidade da Igreja da América Latina, o Papa fez longo discurso inaugural da Conferência, refletindo a tendência eclesial de desconfiança em face da Igreja da libertação, que se remetia às opções de Medellín (LIBÂNIO, 2007, p. 29)

Vale ressaltar que nesse período começam a surgir críticas, por parte do clero conservador que:

Denunciava que na Igreja latino-americana se fizera falsa interpretação de Medellín, ao radicalizarem a opção pelos pobres, o compromisso social, a base

²⁶ Papa de 16 de outubro de 1978 a 2 de abril de 2005 – data de seu falecimento.

da Igreja – leia-se comunidade eclesial de base – numa verdadeira “Igreja popular”. Além disso, acusava a vida religiosa, propugnada pela CLAR e consubstanciada na inserção popular de religiosos/as, de “magistério²⁷ paralelo” em atrito com bispos locais. Estigmatizara a teologia da libertação de marxismo. (LIBÂNIO, 2007, p. 29)

Assim, sob a tutela do papa João Paulo II, enfraqueceu-se a opção pelos pobres – claramente expressa em Medellín, com a adoção da opção pelos jovens, na CELAM de Puebla (1979): “Como tal opção não nasceu do desejo interno da Conferência, mas de injunção externa praticamente não produziu efeito pastoral nos anos seguintes” (LIBÂNIO, 2007, p. 30). Mas, talvez, a expressão jovens tenha sido usada em alguns documentos religiosos, mais alinhados as ideias da teologia da libertação, estrategicamente para minimizar qualquer pressão externa. É fato que, em diferentes documentos pesquisados das Faculdades Franciscanas, encontramos a expressão “jovens”. Quem sabe, numa tentativa de amenizar críticas e interferências externas de setores conservadores, haja vista que muitas das ações implementadas nas Faculdades Franciscanas, naquele contexto sociocultural, iam ao encontro do que era preconizado pela teologia da libertação, como veremos adiante. Se entendemos que a Igreja Católica Apostólica Romana não pode ser tomada como um monólito, humanizando nossa visão das relações eclesiais, poderemos entender a diversidade de ideias e posicionamentos que se mobilizam no interior da própria Igreja. Será então possível, entendermos arranjos e rearranjos necessários a implementação de algumas ações em seu interior, passíveis de serem flagrados em algumas ambivalências que podem ser problematizadas, por entre seus documentos

Essas duas opções pelos pobres e pelos jovens aparecem explicitamente nos objetivos básicos do Projeto Sócio-Educacional para a Paz das Faculdades Franciscanas, o que nos permite supor que havia uma franca afinidade entre as ideias preconizadas pelos documentos das CELAM de Medellín e de Puebla e os documentos das Faculdades Franciscanas, como nos sugerem com ênfase os tópicos que se sucedem a partir do item 4.2 do impresso os Franciscanos na Educação (PFICB, 1985, p. 20s.).

O teólogo Leonardo Boff, ao sinalizar as tensões e conflitos no contexto de Puebla (1979), afirma que: “Apesar disto a produção teológica-pastoral continuou; praticamente quase tudo o que se produz na A. Latina se inscreve no marco da teologia da libertação” (1979, p. 30). Manzatto situa justamente nesse período o desenvolvimento da teologia da libertação (cf. 2006, p. 185s.)

²⁷ Magistério refere-se ao Magistério da Igreja Católica que compreende a função de ensinar a doutrina. É composto de documentos emanados pela hierarquia católica.

Em 2011, ao escrever sobre os 40 anos da teologia da libertação, Boff afirmou:

Teologia da Libertação celebra neste ano de 2011 40 anos de existência. Em 1971 Gustavo Gutiérrez publicava no Peru seu livro fundador “Teologia da Libertação. Perspectivas”. Eu publicava também em 1971 em forma de artigos, numa revista de religiosas – Grande Sinal – para escapar da repressão militar o meu Jesus Cristo Libertador, depois lançado em livro. Ninguém sabia um do outro. Mas estávamos no mesmo espírito. Desde então surgiram três gerações de teólogos e teólogas que se inscrevem dentro da Teologia da Libertação. (2011)

Como vimos afirmando, a presença dos franciscanos na Educação Superior consolida-se através das Faculdades Franciscanas, quando assumem a manutenção dos cursos e faculdades até então mantidos pelo IESRB, em 1976. Dentre os primeiros franciscanos que chegam a Bragança Paulista para assumir os trabalhos nas faculdades estão frei Constâncio Nogara e frei Fábio Panini – ambos advindos do Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis, no qual atuaram como professores de teologia, em companhia do ex-frade Leonardo Boff – expoente da teologia da libertação no Brasil.

Nessa perspectiva, também podemos entrever rastros da teologia da libertação na presença e atuação dos franciscanos frente às Faculdades, considerando o trabalho dos freis Constâncio e Fábio como docentes de teologia. Frei Constâncio, entre os anos de 1966 e 1968, e frei Fábio, de 1963 a 1970. Esses dois religiosos franciscanos também exerceram funções importantes junto a Confederação Caribenha e Latino-Americana dos Religiosos/as (CLAR), ligada à Santa Sé e responsável por congregar as Conferências de âmbito nacional dos religiosos/as; por exemplo, no Brasil, a Conferência dos Religiosos/as do Brasil (CRB).

No necrológio de frei Constâncio Nogara faz-se referência a sua atuação junto à CRB, como Secretário Executivo, entre os anos de 1968 e 1976, quando é transferido para os trabalhos nas Faculdades Franciscanas. Nas atividades relacionadas à CRB, frei Constâncio participou de diversos encontros da CLAR, principalmente como Conselheiro, representando o Brasil (VIDA FRANCISCANA, dez/2003, p. 333s.). Por sua vez, Frei Fábio Panini também atuou como Assessor Jurídico-Canônico da CRB durante os anos de 1970 a 1974.

Como apresentado acima, vale ressaltar a atuação dos dois junto à CRB e à CLAR, e como esses organismos dialogavam com a teologia da libertação. Dessa forma, é possível perceber a intencionalidade ao flagrarmos nos objetivos básicos do Projeto Sócio-Educacional para a Paz a clara referência, através de citações de textos das Conferências do Episcopado

Latino-Americano, realizadas nas cidades de Medellín e Puebla e, conseqüentemente, aos pressupostos da teologia da libertação.

3.4. Desenvolvimento integral do homem

No estudo do item 4.3, do impresso *Franciscanos na Educação* (1985) acerca das “Opções Determinantes do Projeto Sócio-Educacional”, encontra-se posto:

Esta atenção especial dispensada à Educação, deve ser interpretada à luz das duas opções preferenciais da Igreja latino-americana, definidas nas Conferências Gerais Episcopais de Medellín e de Puebla, a saber: a **Opção preferencial e solidária pelos pobres** e a **Opção preferencial pelos jovens**, sendo a segunda consequência da primeira e em função dela, e ambas exigências imperativas da obra da **evangelização: o processo multidimensional de desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens, em sua dimensão pessoal e comunitária**. (PFICB, 1985, p. 21)

A proposta de “desenvolvimento integral do homem” é realizada na direção dos textos finais do CELAM de Medellín e Puebla, bem como das contribuições do papa Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio*, como se apresenta no número “4.5 – O Objetivo Maior das Faculdades Franciscanas”, donde se qualifica o Projeto Sócio-Educacional – para a Paz e apresenta a compreensão sobre a Paz:

Paz, entendida em seu novo conceito de desenvolvimento integral do Homem todo e de todos os homens, conforme definição que lhe deu o Papa Paulo VI, na Encíclica “*Populorum Progressio*”, n. 20-21, endossada pela II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín: - “A paz somente se obtém criando uma nova ordem que comporte uma justiça mais perfeita entre os homens. É neste sentido que o desenvolvimento integral do homem, a passagem de condições menos humanas para condições mais humanas, é o nome novo da paz” (2.14). (PFICB, 1985, p. 23)

Ao mobilizar a temática da Paz, o Projeto Sócio-Educacional, insere-se na questão social da justiça, da “passagem de condições menos humanas para condições mais humanas”, na esteira do “desenvolvimento integral do Homem todo e de todos os homens”. Faz-se mister salientar essa relação que se estabelece entre a *Populorum Progressio*, do papa Paulo VI, e sua recepção pela Conferência do Episcopado Latino-Americano de Medellín, pois segundo Condini:

O documento de Medellín, ao discutir o aspecto humano e cristão da educação, apresenta a proposta de uma educação libertadora para a América Latina e considera missão da Igreja a construção dessa educação libertadora. O entendimento de educação libertadora para o documento de Medellín é o seguinte: “A educação que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento, libertando o indivíduo de toda servidão, fazendo ascender de condições de vida menos humanas para condições mais humanas (MEDELLÍN, 1977, p. 50). (2014, p. 130)

Ao mobilizar o desenvolvimento integral do homem, o Projeto Sócio-Educacional para a Paz vai ao encontro da proposta da *libertação integral*, assim descrita por BOFF:

Ela [libertação integral] assenta sobre “dois elementos complementares e inseparáveis: libertação *de* todas as servidões... e libertação *para* o crescimento progressivo no ser” (n. 482). Por ser integral a libertação abarca todas as dimensões: pessoal, social, política, econômica, cultural, religiosa e “o conjunto das relações entre elas” ... (n. 483). (1979, p. 42)

E o objetivo principal das Faculdades Franciscanas, isto é, a capacitação do sujeito para desenvolver-se a si e aos outros, fica definido como:

Criar, para seus jovens acadêmicos, nas várias áreas do saber eficaz, meios e condições que lhes possibilitem capacitar-se, humana e profissionalmente, a serem, durante e após seu período de formação universitária, sujeitos ativos no processo de desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens, para que assim, pela prática individual e comunitária do Bem, se faça a Paz, entendida esta como o ‘status’ pessoal a comunitário resultante da passagem de condições menos humanas para condições mais humanas. (citado em: PFICB, 1985, p. 15)

Para tanto, é proposto um Projeto de Ação Integrada (PAI) – item 5 da publicação dos franciscanos (cf. PFICB, 1985, p. 25s.) – e a implantação dos Centros Comunitários Integrados, com vistas à operacionalização do Projeto Sócio-Educacional para a Paz das Faculdades Franciscanas, com a criação de quatro programas institucionais relacionados às áreas do conhecimento:

- a) Programa pró promoção e assistência à saúde (PPROPAS) desenvolvido nos diversos níveis de atenção primária (unidades básicas de saúde ou postos de saúde), secundária (clínicas e unidades de pronto atendimento e hospitais escolas) e terciária (hospitais de grande porte): para os cursos da área da saúde;
- b) Programa pró meio-ambiente (PPROMAM): para os cursos das áreas das ciências naturais e exatas;

- c) Programa pró organização sócio econômica e política (PPROSEP): para os cursos da área de ciências humanas e sociais;
- d) Programa pró pesquisa-meio (PPROPEM), cujo objetivo é oferecer suporte aos outros três programas, principalmente, no tocante as pesquisas de iniciação científica e de campo.

Ao deparar-nos com a coleção de textos que compõem o Projeto Sócio-Educacional para a Paz, dos franciscanos frente às Faculdades Franciscanas, fica evidente o objetivo desse grupo religioso de estabelecer-se no Ensino Superior particular do País, haja vista, nesse contexto da década de 1970, a expansão desse segmento educacional.

O motivo dos franciscanos envidarem esforços na aquisição de uma Instituição de Ensino Superior está explícito na exposição de motivos encaminhada ao Ministério da Educação e Cultura:

A razão única e fundamental que motivou as Suplicantes a aceitar o convite de dar continuidade a esse Complexo Educacional é o desejo fraterno e amigo de levar, aos cerca de 10.000 jovens matriculados e aos que venham a matricular-se nos diversos Cursos, a sempre viva e poderosamente eficaz mensagem de São Francisco de Assis, consubstanciada nas palavras – ‘Paz e Bem’ – com que a todos saudava e a todos a si atraía, a todos confraternizando. (PFICB, 1985, p. 6)

Para realizar tal empreitada, os franciscanos fazem valer as relações com o então Ministro da Educação e Cultura do governo militar, Ney Braga, descritas no II capítulo do presente trabalho. Ou seja, a atuação dos franciscanos na educação dialoga com o poder tomado mediante golpe, por parte dos militares e, ao mesmo tempo, tece um Projeto Sócio-Educacional atravessado por temáticas sensibilizadas pela teologia da libertação

Para implementar o processo libertador, a teologia da libertação deve considerar a racionalidade própria de cada passo, fazer juízos prudenciais sobre a viabilidade de seus projectos e levar em conta o regime geral de cativeiro no qual estão mergulhados quase todos os países do continente, o que impõe à práxis de fé novas tarefas: tarefa de semear, de sustentar a esperança, de lutar com meios mais simples e menos espectaculares, preparar uma conscientização profunda para o momento de organizar a libertação-acto. (BOFF, 1980, p. 44)

Na análise dos documentos do Projeto Sócio-Educacional não se encontra referendada a expressão teologia da libertação. Contudo,

Com o estabelecimento de regimes militares em muitos países da América Latina e diante do totalitarismo da ideologia da Segurança Nacional modificaram-se as tarefas da teologia da libertação. Urge viver e pensar a partir de uma situação de cativo; deve-se elaborar uma verdadeira teologia do cativo. Esta não é uma alternativa da teologia da libertação; é uma nova fase sua, dentro e a partir de regimes repressivos. (BOFF, 1980, p. 39)

Ou seja, no Projeto Sócio-Educacional para a Paz das Faculdades Franciscanas fica evidente a alusão às Conferências do Episcopado Latino-Americano celebradas em Medellín e Puebla. E, como nessas duas Conferências, a temática da teologia da libertação perpassou as discussões e, conseqüentemente, o documento final. Assim, ficamos com o questionamento: quais outros interesses mobilizaram os franciscanos a atuarem no Ensino Superior? A escolha dos textos do CELAM de Medellín (1968) e Puebla (1979) fundamenta um modo de colocar-se na Educação atravessado pela teologia da libertação? Outros elementos permitem-nos flagrar matizes da teologia da libertação nas Faculdades Franciscanas?

3.5. Práxis educacional?

Leonardo Boff define a práxis como segue:

Sobre a práxis: É a realidade humana fontal. Na práxis existe unidade de fazer e saber. Vida já é práxis, e por isso na práxis se dá, como em forma condensada, toda a realidade. A tematização teórica é explicitação daquilo que já estava presente, de maneira difusa e atemática, na práxis. (1980, p. 43)

Libânio vai ao encontro da definição de Boff ao citar outro teólogo iniciador da Teologia da libertação, o padre Gutiérrez:

A teologia como reflexão crítica da práxis histórica é assim uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto, também da porção dela – reunida em *ecclesia* – que confessa abertamente Cristo. Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se – no protesto ante a dignidade pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna. (2004, p. 15-16)

A presença dos franciscanos no Ensino Superior, nas Faculdades Franciscanas, é atravessada por diversos contextos, momentos e acontecimentos. Entrecruzamos duas

referências acerca da práxis educacional dos franciscanos: a experiência do “Nosso Teto” e do Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN).

a) “Nosso Teto”

Em publicação do Departamento de Colégios e Faculdades da Província Franciscana deparamo-nos com o núcleo residencial “Nosso Teto”.

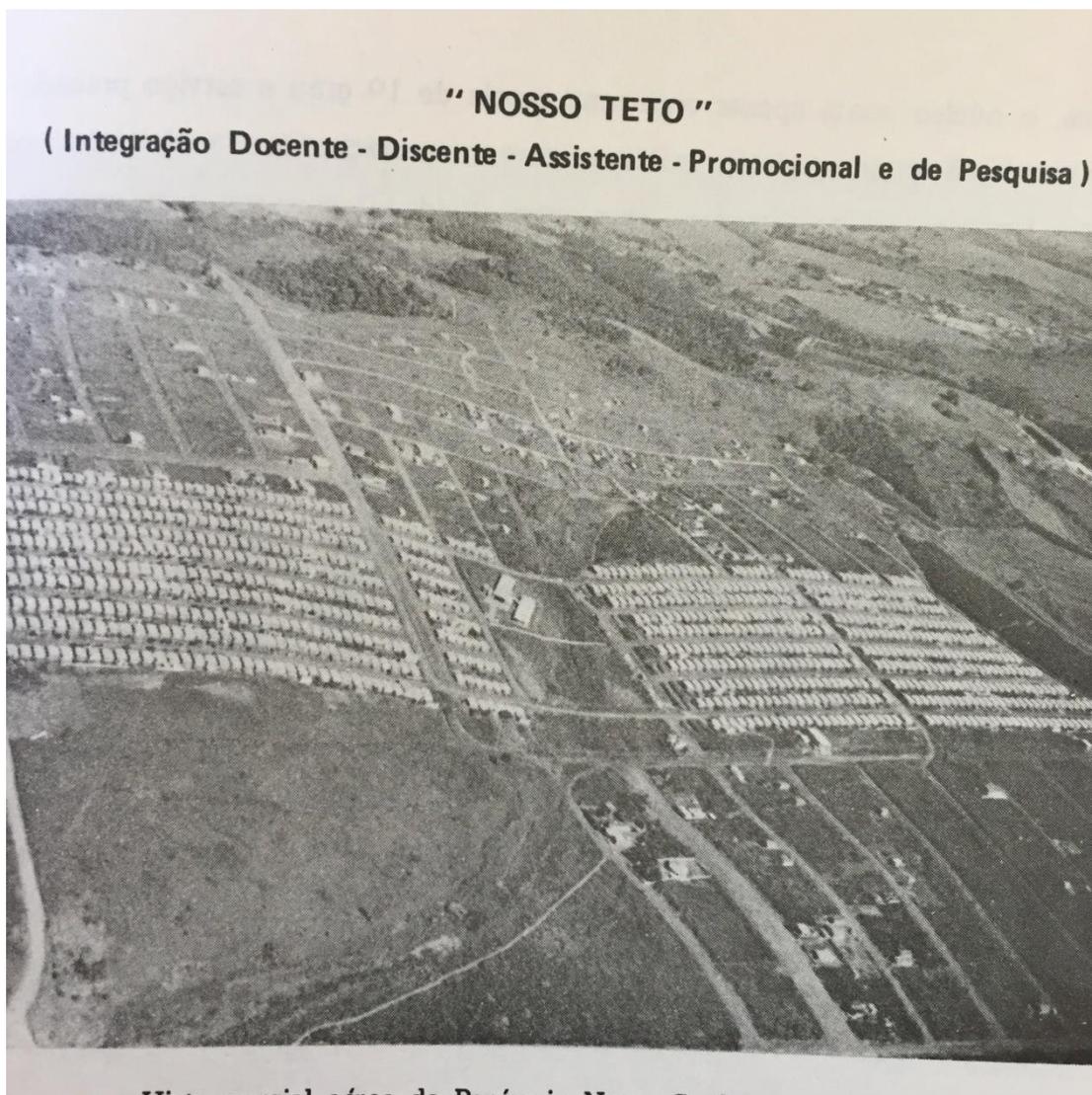


Figura 12: Nosso Teto
Fonte: PFICB, 1985, p. 55.

Trata-se da implementação de núcleo residencial, implantado em 1982 pela Prefeitura de Bragança Paulista, de casas populares para famílias de “até 3 salários mínimos” (PFICB, 1985, p. 55). O local é afastado do centro comercial da cidade e conhecido como Parque dos Estados.

As Faculdades Franciscanas estiveram presentes desde antes da entrega das chaves às famílias, participando, na pessoa de Frei Fábio, das Assembléias de Mutuários. Viu-se, nesta comunidade pobre, a perspectiva de lá implantar um dos Centros Comunitários Integrados, nos termos previstos no Projeto Sócio-Educacional, o que já está se tornando realidade neste ano de 1985, com o início das atividades de uma Unidade Periférica de Atenção Primária à Saúde, em Convênio da Paróquia Nossa Senhora da Esperança. (PFICB, 1985, p. 56)

A proposta e atuação dos Centros Comunitários Integrados faz parte do Projeto de Ação Integrada (PAI) e encontram-se descritas no documento:

Implantação de Centros Comunitários Integrados, em regiões mais carentes, que rurais quer sub-urbanos, nos limites de sua área de abrangência e de influencia. Através destes Centros Comunitários Integrados, que se concebem como uma “miniaturização” localizada e sinalizadas de si mesmas, as Faculdades Franciscanas se dispõem desenvolver Programas de Integração Docente-Discente-Assistente-Promocionais e de pesquisa, com a participação direta da Comunidade Acadêmica Docente e Discente, sempre e enquanto possível em íntima conexão com as forças vivas e detectáveis nas respectivas comunidades locais e regionais que abrigam ou vierem a abrigar semelhantes Centros Comunitários. (PFICB, 1985, p. 25)

O documento que descreve o núcleo residencial “Nosso Teto” apresenta dados importantes da localidade, como a existência de apenas uma escola e a ausência de serviços públicos básicos: transporte, ambulatório médico, creches. Informa também questões de infraestrutura de água, esgoto, luz e asfaltamento das ruas. Apresenta, ainda, a constituição de parte da população ali residente: “de biscateiros, de bóias-frias, ou de desempregados” (PFICB, 1985, p. 56).

As Faculdades Franciscanas se fizeram presentes na atuação de frei Fábio. Atuação religiosa, pois ele é nomeado o primeiro pároco, em 3 de dezembro de 1983, da recém-criada Paróquia Nossa Senhora da Esperança. O texto acima referenciado também dá conta de registrar que essa atuação vai além do âmbito religioso, ao afirmar a participação do frei nas “Assembléias de Mutuários”.

A par dessas informações, pensamos que o Projeto Sócio-Educacional extrapolou os limites físicos das Faculdades Franciscanas ao promover a interação da Comunidade Acadêmica com a Comunidade do entorno da Instituição. Mais precisamente, uma comunidade afastada do centro comercial, nessa perspectiva, periférica e desprovida de serviços públicos.

b) O Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN)

O IFAN aparece no contexto da operacionalização do Projeto Sócio-Educacional como um “órgão de pesquisa”, com duas áreas de atuação: o Centro de Memória Franciscana e o Centro de Memória Regional (PFICB, 1985).

O objetivo principal do Centro de Memória Franciscana é descrito como “[...] basicamente, numa Biblioteca especializada em Franciscanismo, e num Centro de Documentação de História do Franciscanismo Latino-Americano” (PFICB, 1985, p. 27).

Por sua vez, o Centro de Memória Regional: “[...] destina-se à coleta e custódia de obras já editadas e de documentos inéditos referentes à história das comunidades locais e regionais, bem como reunir expressões artísticas e religiosas da Cultura Regional. “ (PFICB, 1985, p. 27)

Na continuação da descrição do IFAN fica posto que neste instituto se entrecruzou o franciscanismo – e, principalmente, o franciscanismo latino-americano – com as ciências, artes e culturas das comunidades do entorno da região bragantina. O IFAN foi criado por deliberação do Conselho de Administração Superior (CAS) das Faculdades Franciscanas, em 4 de maio de 1984, com a:

Finalidade desenvolver a pesquisa pura, com vistas a aprofundar e divulgar o conteúdo da mensagem que Francisco de Assis descobriu e viveu elaborada, em termos filosóficos e teológicos pelos mestres pertencentes à assim chamada Escola Franciscana; pesquisa esta que será cotejada com as conquistas científicas modernas, e as novas expressões culturais de nossos dias (INFORMATIVO DAS FACULDADES FRANCISCANAS, 1984).

SOUZA (2012) o IFAN destinava-se a garantir a preservação da memória da Ordem dos Franciscanos e a oferta do curso à distância, Missionaridade franciscana, segundo o primeiro coordenador do IFAN, frei Hugo Baggio:

Nessa entrevista, Frei Hugo fala de tais desdobramentos dizendo que, em primeiro lugar, é um Centro de Memória Franciscana, e como tal, deveria se ocupar com a presença franciscana, suas realizações e sua influência no Brasil, desde 1500, quando os franciscanos aqui aportaram. Nessa perspectiva, Frei Hugo preocupou-se em identificar, conservar, preservar e acessar acervos, esquecidos em vários locais do Brasil. Ele ressaltou, também, que o IFAN constituiu o Centro de Memória Regional, destinado a fazer o levantamento da história da região, onde se localizava a Universidade, preocupando-se, ainda, com a memória da própria Universidade. “É um esforço para recolher e perpetuar a história da comunidade e sua cultura Regional”. (INFORMATIVO DAS FACULDADES FRANCISCANAS, 1985)

Outrossim, o IFAN começa a acolher e preservar arquivos da Província Franciscana, a custodiar documentos públicos e a constituir sua biblioteca. Atua igualmente no diálogo com outros centros de arquivos e memórias da região bragantina, bem como na participação de encontros nacionais, na prática arquivística. O IFAN passa a promover eventos acadêmicos e, principalmente, a publicar:

No período que coordenou o IFAN [o frei Orlando Bernardi] lançou, em 1992, uma publicação intitulada *Cadernos do IFAN*, que eram temáticos e destinados a veicular a produção teórico-científica do Instituto pela publicação das contribuições mais significativas apresentadas em seus seminários, colóquios e semanas de estudos, dando, assim, expressão ao pensamento e à investigação dos pesquisadores ligados às atividades do IFAN e dos demais cursos da USF, utilizados por professores e alunos como instrumentos e provocação de trabalho. (SOUZA, 2012, p. 38)

Contudo, outro elemento apresentado na tese de SOUZA chama-nos a atenção:

Vale lembrar algumas situações significativas do histórico da época da criação da biblioteca franciscana, entre 1985-1986, no Brasil, tais como: eleição para presidente, fim da ditadura, presença marcante da Teologia da Libertação e da CEB's – e o IFAN acolhe a iniciativa com este viés. Tudo isso permite aproximações e convida à leitura das tensões. Há possibilidades de a biblioteca franciscana dar conta de registrar as tensões daquele momento pela formação do acervo, pois nos remete ao cotidiano. (2012, p. 74)

E ainda “[...] foram identificados, classificados e catalogados por assunto no acervo da biblioteca do IFAN 50 títulos, correspondendo a 69 exemplares sobre teologia da Libertação num total de 2.344 títulos” (2012, p. 82).

Essa informação permite-nos afirmar que o Projeto Sócio-Educacional das Faculdades Franciscanas foi atravessado pela teologia da libertação e sua práxis, haja vista o entrecruzamento das pesquisas, eventos e publicações do IFAN com as comunidades locais.

Da teologia da libertação aprendemos que toda a reflexão tematizada resulta de um certo tipo de práxis. A reflexão elaborada constitui a palavra segunda, o esforço de articulação da racionalidade presente no seio de um certo modo de viver. Esse determinado modo de viver forma a palavra ou realidade primeira, matriz geradora da reflexão, controladora de seu desenvolvimento e lugar de verificação de sua verdade. Na interação entre práxis e teoria dá-se a verdade concreta e a unidade coerente da vida humana (BOFF, 1980, p. 45)

No diálogo com as fontes, principalmente no imbricamento da constituição do Projeto Sócio-Educacional para a Paz e sua articulação integrada com as diversas atuações do Projeto de Ação Integrada (PAI), como por exemplo no “Nosso Teto”, ou ainda, na constituição do IFAN, é possível entrever a práxis educacional dos franciscanos no viés da teologia da Libertação, “na interação entre práxis e teoria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início dessa prosa se deu com o Memorial, no qual entrecruzamos memórias da infância, do sentar-se à rua inúmeras vezes para jogar conversa fora. A criança que éramos intuitivamente adivinhava que, naquelas conversas, os mais velhos compartilhavam suas experiências e saberes conosco.

Conversas essas que aconteciam e acontecem no encontro com sujeitos tocados, atravessados e mobilizados pelo modo de ser da religião ou, ainda, sujeitos constituídos na vivência do seguimento de Francisco de Assis. As conversas, os diálogos se desenrolam na medida em que se defrontam e confrontam com o outro – outros sujeitos, outros contextos, outras imagens, no exercício da alteridade que pressupõem os encontros. Seja qual for o outro, os encontros podem seduzir ou provocar os sentidos: ouvir uma conversa que desperta o interesse; a cena que cativa o olhar para um retrato; o toque nos materiais que hoje levam o nome de arquivos do passado. Contudo, há encontros que provocam incômodos, que nos deslocam para um outro modo de dialogar, por exemplo, o encontro com o formalismo acadêmico, a produção acadêmica. Aí o verso de Mário Quintana desvela-se: “Por isso a palavra escrita é sempre triste...” (2015, p. 150).

Entretanto, foi no convívio acadêmico da Universidade São Francisco, atravessados por reminiscências de sujeitos e de memórias dessa Instituição de Ensino Superior, mobilizados pelas experiências compartilhadas, que fomos, pouco a pouco, descobrindo e perscrutando fontes iconográficas, audiovisuais e textuais que nos intrigaram e nos mobilizaram em direção ao que veio se conformar como objeto desta pesquisa – a trajetória histórica das Faculdades Franciscanas. Iniciou-se assim a tessitura de uma trama que ganhou forma, corpo e contornos no entrecruzamento de experiências plurais, na tentativa de trazer à tona tal trajetória na década de 1970-1980.

Desta feita, os encontros-confrontos com os diversos outros deslocaram e propiciaram o traçado que norteou o itinerário da dissertação, na tentativa de “encontrar completudes provisórias” (GERALDI, 2013).

Nesta perspectiva, tentamos flagrar intencionalidades nas diversas fontes documentais e a compreensão de diferentes modos de se relacionar com as histórias e memórias das Faculdades Franciscanas. Sendo assim, promovemos o diálogo entre diversos documentos relacionados aos frades franciscanos, a aquisição das faculdades e cursos, até então mantidas pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, e a atuação desses frades no Ensino

Superior, através das Faculdades Franciscanas. Ou seja, nesta pesquisa reunimos documentos da atuação dos franciscanos na educação brasileira, de modo específico na área do Ensino Superior; até o momento não localizamos muitos trabalhos nessa direção. Para além desse procedimento, entrecruzamos a trajetória das Faculdades Franciscanas com o contexto da região bragantina e estabelecemos conexões com a conjuntura sociocultural.

Nesse itinerário da pesquisa acadêmica, os diversos encontros com os outros sensibilizaram-nos para outras possibilidades da Educação e, também, para o estranhamento frente ao próprio objeto da dissertação. Muito embora, essa tenha sido a condição que possibilitou que a tessitura da trama relatada ganhasse forma e contorno para além de uma versão tomada por efemérides e memórias institucionalizadas.

O Brasil nas décadas de 1960 a 1980 vivenciou a marca da ditadura militar. De caráter autoritário e nacionalista, o regime imposto dissolveu o Congresso Nacional, suprimiu as liberdades civis e instituiu um código de processo penal militar, dando amplos poderes ao exército brasileiro e à polícia militar. A perseguição, repressão, prisão e tortura mancharam a história brasileira.

É nesse contexto sociocultural que os franciscanos deslocam uma de suas entidades jurisdicionadas, a Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, da cidade do Rio de Janeiro, para assumir a manutenção dos cursos superiores até então geridos pelos IESRB, com unidades em São Paulo, Itatiba e sede em Bragança Paulista. Na pesquisa evidenciamos que, se os franciscanos tinham interesse na transação, o governo federal também tinha, posto que as faculdades mantidas pelo IESRB enfrentavam diversos problemas e passavam pela intervenção do Ministério da Educação e Cultura. Esta pesquisa permitiu contextualizar e analisar tal fato junto ao processo de crescimento das Instituições de Ensino Superior após a Reforma Universitária de 1968 e, conseqüentemente, a diversificação das instituições particulares atuando no ensino superior.

Na análise dos documentos textuais foi possível, igualmente, atentar para a relação dos franciscanos com o governo militar ditatorial. Figura central nesse contexto foi o Ministro da Educação e Cultura, o militar Ney Braga. Oriundo de carreira política constituída no Paraná, conhecia a atuação dos franciscanos frente às escolas de primeiro e segundo grau que esses religiosos mantinham. Aprofundou essa relação ao aproximar-se do Instituto dos Meninos Cantores de Petrópolis, que abriga o coro dos “Canarinhos de Petrópolis” – obra também dos franciscanos. Na questão da transferência de manutenção dos cursos superiores do IESRB para a CNSP-ASF, a relação do Ministro Ney Braga foi decisiva, com anuência do MEC.

Por sua vez, a análise do Projeto Sócio-Educacional para a Paz, das Faculdades Franciscanas, permitiu-nos rastrear os elementos constituintes do modo de fazer teologia de um determinado segmento cristão na América Latina, no período de 1970-1980, isto é, o surgimento e a consolidação da teologia da libertação.

Apesar de não encontrarmos explicitamente a expressão teologia da libertação no Projeto Sócio-Educacional para a Paz, em todo o seu texto encontramos claras referências às Conferências do Episcopado Latino-Americano acontecidas nas cidades de Medellín (1968) e Puebla (1979), mais especificamente nas opções emanadas dessas Conferências: a opção preferencial pelos pobres (Medellín) e a opção preferencial pelos jovens (Puebla), ao longo de todo o texto desse documento franciscano, bem como em outras fontes pesquisadas.

A leitura atenta do Projeto Sócio-Educacional para a Paz e de diversas fontes franciscanas permitiu-nos tanto entrever rastros da atuação peculiar dos franciscanos no Ensino Superior quanto flagrá-los, em momentos distintos, numa práxis educacional em franco diálogo com o contexto sociocultural: a presença do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (da cidade de São Paulo e conhecido pela sua atuação na defesa dos direitos humanos diante dos abusos do regime militar), a atuação dos franciscanos junto ao núcleo residencial Nosso Teto, do município de Bragança Paulista, e a criação do Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN). Esta pesquisa também evidenciou no IFAN marcas da teologia da libertação em seus diferentes projetos e ações, como pontuado por Souza (2012).

O encontro-confronto com o Projeto Sócio-Educacional para a Paz permitiu-nos cotejar algumas temáticas da teologia da libertação. Nesse sentido, a proposta educacional dos franciscanos, principalmente no ensino superior, é incomodada e provocada a estar atenta a conjuntura social, política, cultural e, principalmente, econômica, correndo-se o risco de tornar-se mais uma na cadeia produtiva de profissionais úteis, produtos para o mercado consumista.

Esta foi nossa primeira incursão nesses rastros da presença e atuação dos franciscanos no ensino superior brasileiro. Ao término da dissertação, nos flagramos motivados para, em pesquisas futuras, nos voltarmos para as histórias e memórias dos franciscanos nas Faculdades Franciscanas, mobilizando e colocando em conexão as contribuições da história oral, da leitura de imagens fotográficas e iconográficas e da produção bibliográfica de alguns desses franciscanos em franca relação com o contexto sociocultural mais amplo.

Propor-se a trabalhar com as histórias, evocando memórias, significou deixar-se atravessar por vozes de interlocutores plurais, permitindo-se, portanto, deslocamentos que trouxeram evidências de uma história do Ensino Superior no Brasil marcada pela presença franciscana, para além de outras ordens religiosas, particularmente no contexto das Faculdades

Franciscanas. Este trabalho arregimentou fontes textuais que poderão vir a subsidiar outras pesquisas e de outros pesquisadores.

Esta pesquisa constituiu-se ao longo de quase três anos de mestrado no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Em seu desenrolar fomos ao encontro do diálogo com diferentes segmentos da Universidade São Francisco e da própria comunidade regional, através da diversidade de fontes e memórias mobilizadas.

Por fim, acreditamos que esse trabalho segue ao encontro da proposta educacional franciscana alinhavada pelo teólogo Alberto Moreira (1992), isto é, uma educação que respeita as singularidades de cada sujeito; que deixa-se atravessar pela utopia, pelo sonho, pelo desejo de humanização; educação da sensibilidade, através da cultura e da arte, possibilitando o entrecruzamento da cientificidade com a bondade, a solidariedade e a compaixão; enfim, uma educação que provoca a indignação e possibilita a autonomia do sujeito.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BENJAMIN, W. **Paris do segundo Império: a boêmia; flâuner; a modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Experiência e pobreza. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. p. 114-119.

_____. **O narrador. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p. 197- 221.

_____. Experiência e pobreza. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BEOZZO, J. O. Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II. In: BOMBONATTO, Vera I.; GONÇALVES, Paulo S. L. (org.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 117-162.

BERNARDI NETO, D. **Aspectos demográficos e ambientais de abairramentos urbanos de entorno do lago do Taboão** – sul do município de Bragança Paulista. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise de Usos e Conservação de Recursos Naturais) – Universidade Estadual de Campinas – NEPAM, Campinas, 1998.

BOFF, C.; BOFF, L. **Da libertação: o teológico das libertações sócio-históricas**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BOFF, L. **Eclesiogênese**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Do lugar do pobre**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **América Latina**: da conquista à nova evangelização. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Jesus Cristo libertador**. Petrópolis: Vozes, 2012

_____. Quarenta anos da Teologia da Libertação. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/> - Acesso em 16 de maio de 2017.

BOMENY, H. O sentido político da educação de Jango. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango – acesso em 23 de maio de 2017.

BRAGHINI, K. M. Z. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a09.pdf> - acesso em 30 de maio de 2017.

BUENO, M. F. G. **O corpo e as sensibilidades modernas**: Bragança (1900-1920). 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CADERNOS DO IFAN. **Meninos de Barro: trabalho infantil nas olarias**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998, n°20-21.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. **Trajetória e identidades, 1797-1997**. Bragança Paulista, SP: Câmara Municipal, 1998.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE. **Educação e fraternidade**: a verdade vos libertará. Setor da Pastoral, Faculdades Franciscanas, 1982.

CEFEPAL. **Dicionário franciscano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CENSO-IBGE. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=_EN&codmun=350760&idtema=118

&search=sao-paulo|braganca-paulista|municipal-human-development-index-IDHM->. Acesso em: 7 fev. 2017.

CENSO-SEADE. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em: 7 fev. 2017.

CPDOC- FVG. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart>. Acesso em: 10 maio 2017).

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 5. reimp. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONOMICOS LEGISLATURA DE 1993-1996. **Caderno I Economia**. Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, 1996.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA (CELAM). **Documentos do CELAM**. São Paulo: Paulus, 2005.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; Veiga, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. SP: USP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FÁVERO, M. de L. de A. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

GERALDI, J. W. Bakhtin tudo ou nada diz aos educadores: os educadores podem dizer muito com Bakhtin. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Educação, arte e vida em Bakhtin**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GILZ, C.; GUIMARAES, M. F. Dos livros de leitura às memórias e histórias da Tipografia São José. **Linha Mestra** (Associação de Leitura do Brasil), v. 24, p. 771-775, 2014.

_____. Livros de Leitura da Tipografia São José – discursos, sujeitos e saberes. In: ENCUENTRO DE LAS CIENCIAS HUMANAS Y TECNOLÓGICAS PARA LA INTEGRACIÓN DE LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – Internacional del

Conocimiento: Diálogos en Nuestra América, 3, 2015, Goiânia-GO. **Anales**. Rede Acadêmica de Diálogos Mercosur, 2015. p. 1781-1790.

GONÇALVES, P. S. L. O contexto Teológico, a Teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências históricas. **Notícia bibliográfica e histórica**. Campinas, nº 201, p. 129-148, 2006.

GUIMARÃES, M. F. **Corpo e cidade**: sensibilidades, memórias e histórias. Jundiaí: Paco, 2013.

_____; SOUZA, C. A. Frei Pedro Sinzig: da imprensa católica à privacidade das famílias. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – COLUBHE, 10, 2014, Curitiba. Percursos e desafios na história da educação Luso-Brasileira. Curitiba: PUC-PR, 2014. v. 1, p. 1-12.

_____; SOUZA, C. A. Um guia exemplar para as consciências. In: Congresso Nacional de Educação: EDUCERE, III SIRSSE, V SIPD/CÁTEDRA UNESCO, 12; ENAEH, 9, 2015, Curitiba. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. Curitiba, 2015, p. 7118-7134. Disponível em: <<http://educere.bruc.com.br/anais/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 28, 1957.

INSTITUTO FRANCISCANO DE ANTROPOLOGIA (IFAN). **Cadernos do IFAN**, Bragança Paulista: EDUSF, n. 1, 1992-1998.

ISHIZU, A. L. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista 1884-1967**. 278 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAU, USP, São Paulo, 2009.

KUNG, H. **Ser cristão**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LAMARÃO, S. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso em: 19 maio 2017.

LEITE, D. **Universidade e ensino de graduação: memória e caracterização na UFRGS e na UFPEL**. Pelotas: UFPEL, 1997.

LIBÂNIO, J. B. **Gustavo Gutiérrez**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Conferências gerais do episcopado latino-americano: do Rio de Janeiro a Aparecida**. São Paulo: Paulus, 2007.

LIBÂNIO, J. B.; ANTONIAZZI, A. **20 anos de teologia na América Latina e no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MANZATTO, J. M. T. de. O contexto **histórico** do Concílio do Vaticano II. **Notícia bibliográfica e histórica**. Campinas, nº 201, p. 129-148, 2006.

MARTINS, C. B. (org.). **Ensino superior brasileiro – transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006>. Acesso em: 26 maio 2017.

MARX, K. Excertos da ideologia alemã. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MOREIRA, A. Inspirações franciscanas para uma educação humanizadora. In: IFAN. **Cadernos do IFAN: pensamento franciscano, educação, arte sacra**. Bragança Paulista: EDUSF, n. 22, 1992.

MOREIRA, A. Meninos de barro: trabalho infantil nas olarias. In: IFAN. **Cadernos do IFAN**. Bragança Paulista: EDUSF, n. 20/21, 1998.

MOREIRA, A. S.; ARENDIT, E. J.; MATTOS, F. A. M. Bragança Paulista – histórico e evolução recente de alguns indicadores. In: MOREIRA, A. et. al. **Economia regional**: Bragança Paulista. Bragança Paulista: EDUSF, 1997. p. 9-21.

MOROSINI, M. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 3.

NUNES, C. G. **Formação do território e espaço urbano de Bragança Paulista: dos primórdios a 1830**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

PEREZ, M. D.; ARTIGAS, P. T.; LOLLO, N. Levantamento parasitológico realizado na cidade de Bragança Paulista (Estado de São Paulo), com contribuição ao levantamento da carta planorbídica do Estado de São Paulo. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, v. 7, n. 3, p. 167-176, maio-jun. 1973.

PRADO, A. **Poesia reunida**. São Paulo: Record, 2015.

PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL. **Vida franciscana**. São Paulo: PFICB, julho/1977.

_____. **Vida franciscana**. São Paulo: PFICB, julho/1979.

_____. **Franciscanos na educação**. São Paulo: PFICB, 1985.

_____. **Vida franciscana**. São Paulo: PFICB, dez./2003.

_____. **Vida franciscana**. São Paulo: PFICB, dez./2010.

QUINTANA, M. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

RIBEIRO, M. das G. M. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SANGENIS, L. F. C. **Gênese do pensamento único em Educação: franciscanismo e jesuitismo na Educação Brasileira**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SARAMAGO, J. **O evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA JR., J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SOUZA, C. A. de. **Biblioteca do Instituto Franciscano de Antropologia: histórias e memórias**. 144 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

_____; GUIMARAES, M. F. Violetas: de frei Pedro Sinzig às visões de mundo e sensibilidades de uma obra. **Linha Mestra** (Associação de Leitura do Brasil), v. 8, p. 804-808, 2014.

SOUZA, S. A. **“El terrible anarquista” Joseph Jubert: por entre rastros, memórias e histórias**. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO. **Semeando**. Bragança Paulista: USF, abril/maio 1996.

VIER, F. (coord). **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOCUMENTOS

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, 14/3/1976.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, 27/4/1976.

Carta de Frei Fábio Panini ao Ministro Provincial Frei Antônio A. Nader, 13/2/1976.

Crônicas da Fraternidade São Francisco de Assis, v. 1976-1984.

Impresso da Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana, Rio de Janeiro, 1951.

Parecer do Centro de Estudos de Administração Eclesiástica, 12/3/1976.

Parecer 7.585 do CFE, 1985.

Pedido de mudança de mantenedora de Faculdades e Cursos de Grau Superior, 4/4/1976.

Projeto Sócio-Educacional, 1979.

Termo de Compromisso de Cessão e Transferência de Direitos, 31/3/1976.

PERIÓDICOS

A Voz de Bragança

Bragança Jornal Diário

Comunicações da Província

A Voz de Bragança

Semeando Pastoral Universitária

Vida Franciscana

ANEXO I

Quadro elaborado a partir da tese doutoral de Cleonice Aparecida de Souza. Existem outros autores da Teologia no acervo da Biblioteca do IFAN; não foram arrolados no quadro abaixo porque não foram publicados pela Editora Vozes.

| AUTORES | OBRAS PUBLICADAS PELA VOZES |
|--|--|
| JORGE V. PIXLEY e BOFF, Clodovis | PIXLEY, Jorge V.; BOFF, Clodovis. Opção pelos pobres. Petrópolis: Vozes, 1986. 280 p. |
| CLODOVIS BOFF | BOFF, Clodovis et al. Cristãos: como fazer política. Petrópolis: Vozes, 1987. 165 p. BOFF, Clodovis. Teologia e prática: teologia do político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1978. 408 p. |
| LEONARDO BOFF | BOFF, Leonardo et al. O franciscanismo no mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 1981. 118 p. BOFF, Leonardo. A fé na periferia do mundo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 128 p. BOFF, Leonardo. A vida religiosa e a igreja no processo de libertação. 2. ed. Petrópolis: Vozes: Conferência dos Religiosos do Brasil, 1976. 101 p. BOFF, Leonardo. Antropologia teológica. Petrópolis: Vozes, 1976. 133 p. BOFF, Leonardo. Francisco de Assis: homem do paraíso. Petrópolis: Vozes, 1985. 126 p. BOFF, Leonardo. Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante. Petrópolis: Vozes, 1981-1982. 249 p. BOFF, Leonardo. O caminhar da igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas rumo à Terra Prometida. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 351 p. BOFF, Leonardo. O destino do homem e do mundo: ensaio sobre a vocação humana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1974. 166 p. BOFF, Leonardo. O destino do homem e do mundo: ensaio sobre a vocação humana. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 181 p. BOFF, Leonardo. O evangelho do Cristo cósmico: a realidade de um mito, o mito de uma realidade. Petrópolis: Vozes, 1971. 121 p BOFF, Leonardo. São Francisco de Assis: ternura e vigor: uma leitura a partir dos pobres. Petrópolis: Vozes, 1981. 197 p. BOFF, Leonardo. Teologia do cativo e da libertação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980. 274 p. BOFF, Leonardo. Teologia do cativo e da libertação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 271 p. |

| | |
|--|--|
| | <p>BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Como fazer teologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 1986. 141 p.</p> <p>BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Da libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas. Petrópolis: Vozes, 1979. 114 p.</p> <p>BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Teologia da libertação no debate atual. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 77 p.</p> <p>BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Teologia da libertação no debate atual. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 77 p.</p> <p>BOFF, Leonardo; BUHLMANN, Walbert (Coord.). Os franciscanos ante os desafios do Terceiro Mundo: Congresso Missionário Interfranciscano de Mattli (Suíça), realizado de 13 a 25 de setembro de 1982. Petrópolis: Vozes: CEFEPAL, 1983. 250 p.</p> |
| JOSÉ ALDUNATE | ALDUNATE, José (Coord.). Direitos humanos, direito dos pobres . Petrópolis: Vozes, 1991. 207 p. |
| MANUEL DÍAZ MATEOS | DÍAZ MATEOS, Manuel. A vida nova : fé, esperança e caridade. Petrópolis: Vozes, 1993. 278 p. |
| FREI BETTO | Betto. Cristianismo & marxismo . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 47 p. |
| GUSTAVO GUTIÉRREZ | GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da libertação : perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1975. 274 p. |
| ENRIQUE DUSSEL | DUSSEL, Enrique D. Ética comunitária . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 285 p. |
| IVONE GEBARA e MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER | GEBARA, Ivone; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Maria, mãe de Deus e mãe dos pobres : um ensaio da mulher e da América Latina. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 208 p. |
| HUGO ASSMANN | ASSMANN, Hugo. René Girard com teólogos da libertação : um diálogo sobre ídolos e sacrifícios. Petrópolis: Vozes; Piracicaba [SP]: Unimep, 1991. 331 p. |
| JOSEPH COMBLIN | COMBLIN, Joseph. Teologia da libertação, teologia neoconservadora e teologia liberal . Petrópolis: Vozes, 1985. 135 p. |
| PAULO M. TONUCCI | TONUCCI, Paulo M. Teologia da libertação, o que é? 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 33 p. |